

**Semanário**

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 775  
3 de Novembro de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



Para a marcha dos TFPs...



... vieram delegações...



... de todo o país...



... exigindo diálogo...



... o que o Governo PSD responde ao empurrão

**TFPs E PROFESSORES**

## GRANDE ADESÃO

Págs. 1 e 2/Semana

## A revisão constitucional e a situação política

Editorial • Pág. 11/Semana



O 3.º Congresso do MDM na Aula Magna da Reitoria

## 3.º CONGRESSO NACIONAL DO MDM Aprovada a «Carta dos Direitos da Mulher»

Págs. 8 e 9/Semana

## Em Foco

**XII**  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avancada  
no limiar  
do século  
XXI

- **Informação**
- **Reportagens**
- **A batalha ideológica**
- **O desenvolvimento económico assente numa economia mista**
- **O PCP e os números**
- **Cartas do leitor**

## DORAA ANALISA ELEIÇÕES NOS AÇORES

Pág. 5/Semana



## Tarefa nacional das forças democráticas

**E**m termos políticos, a existência de uma ameaça potencialmente aguda não significa necessariamente que se concretize, que não seja possível travá-la no seu desenvolvimento, inverter o processo, anulá-la em definitivo.

A experiência de luta do nosso povo é rica de exemplos desses.

A grave ameaça que pesa sobre o regime democrático — que se poderá tornar efectiva se se concretizar a revisão constitucional de que as forças da direita e do grande capital têm necessidade para levarem avante os seus planos de restauração dos monopólios — pode ser ainda conjurada, a sua anulação está ainda nas mãos do povo português, das forças democráticas, do movimento operário e popular.

Mas a possibilidade de se tornar efectiva é também real se os pressupostos da sua anulação não forem observados.

Dizíamos há uma semana neste espaço que problemas políticos, institucionais, económicos, financeiros e sociais pesavam e confluíam na conjuntura portuguesa actual conferindo-lhe uma agudeza potencial muito particular.

Os acontecimentos posteriores e um deles em especial — a autodemissão de Vítor Constâncio de secretário-geral do PS — vieram confirmá-lo de maneira flagrante e demonstrar que a passagem do estado potencial a efectivo não é uma simples especulação política sem base mas um fenómeno que se inscreve na própria lógica das situações criadas.

**A**s causas da autodemissão do secretário-geral do PS, gesto que não é novo nos anais da história recente do Partido Socialista, não são ainda conhecidas do grande público. Mas, independentemente de outros factores que lhe possam estar na origem (e nos quais não pretendemos imiscuir-nos dada a sua provável natureza partidária interna) não pode ser desligada da assinatura do acordo político de revisão constitucional por Constâncio e Cavaco em nome do PS e do PSD. É indubitável que não se pode desligar de um tal «acordo» a nova e grave crise directiva do primeiro daqueles dois partidos signatários.

Os desmentidos e as declarações apressadas, subsequentes de um e de outro lado, de que a autodemissão de Vítor Constâncio não punha em causa o «acordo», além de uma ingénua tentativa de velar «sob o manto diáfano da fantasia a luz crua da verdade», mais reforçam a convicção de que os traumas causados no seio do PS pela conclusão do acordo, estão na base, como grande questão de fundo, da surpreendente decisão do autodemitido secretário-geral do Partido Socialista.

De facto o referido acordo político de revisão da

Constituição assinado pelos dois dirigentes políticos em 14 de Outubro, embora não tenha qualquer valor institucional, configura no momento actual (por ser um acordo entre dois partidos que dispõem em conjunto de dois terços de deputados na AR) a maior ameaça potencial sobre a ordem constitucional saída do 25 de Abril. É compreensível que a sua conclusão e as graves cedências à direita tenham provocado profundo mal-estar e movimentos desenhados nas fileiras do PS, onde um grande número de socialistas se dão conta do carácter subversivo da revisão acordada.

**E**ntretanto, a assinatura do «acordo», com toda a sua carga política real, não significa para já a concretização da subversiva revisão constitucional acordada entre o PS e o PSD, nem a materialização na prática dos compromissos assumidos pelos dois líderes partidários (no caso do PS, como agora transpira para o exterior, à revelia da massa dos seus aderentes e mesmo, como se depreende, de um número considerável dos seus quadros mais destacados).

A revisão constitucional não está ainda feita.

Apesar da gravidade dos compromissos assumidos e da ameaça latente que configura sobre o regime democrático saído da Revolução de Abril, deve-se, contudo, insistir em que o «acordo» em si não tem qualquer validade institucional, que não é ainda líquida a sua passagem com os requeridos dois terços dos votos dos deputados da Assembleia da República, que não haja ainda tempo para uma séria reflexão dos socialistas sobre as consequências do «acordo» para a democracia portuguesa e para si próprios como partido democrático que se reclama do socialismo, mesmo tratando-se de um projecto de que substancialmente diferimos.

**M**esmo discordando basicamente das concepções bipolarizadoras e hegemónicas até agora defendidas pela actual direcção do PS, o PCP está interessado e empenhado em aprofundar as acções comuns e convergentes com o PS em defesa do regime democrático e na luta comum contra o domínio da direita, está interessado e empenhado em reforçar os laços unitários que ligam na diversas frentes de luta a maioria dos trabalhadores socialistas e comunistas.

Mas chama vivamente a atenção dos actuais dirigentes e outros destacados militantes do PS para as graves consequências do «acordo» político de revisão constitucional com o PSD e das graves concessões ao projecto restauracionista da direita; para o que representam não só para a sobrevivência do regime democrático como para o seu próprio partido; para as graves responsabilidades históricas

que inevitavelmente contrairão se um tal «acordo» se concretizar na prática.

Os desafios do futuro têm de encontrar uma resposta adequada que só as forças democráticas mais consequentes estão em condições de dar para a defesa e consolidação da democracia e progresso social do nosso país e do nosso povo. Não é obviamente em alianças com a direita que uma tal resposta pode ser dada.

**C**hamar a atenção dos «agentes económicos e sociais» para «o desafio de 1992» em carta aberta de Cavaco Silva datada de 3 de Outubro e, curiosamente, só tornada pública 23 dias depois em anúncio de página inteira nos órgãos da imprensa escrita merecedores das simpatias do Governo não constitui seguramente a resposta necessária que o povo português tem de dar aos desafios do futuro mas pode ser uma diversão para desviar as atenções da opinião pública dos grandes problemas decorrentes da política antipopular e antinacional do Governo cavaquista.

O panorama é concludente e nele residem as causas objectivas de uma contestação a generalizar-se contra a política do Governo. Trabalhadores da indústria e dos serviços; agricultores; profissionais dos sectores da Saúde, do Ensino, da Função Pública; «parceiros sociais»; órgãos do Poder Local e outros manifestam-se contra os projectos de despedimentos em massa no processo de reprivatização das empresas públicas de sectores básicos da nossa economia; contra os intentos de impor de novo tectos salariais com base em taxas de inflação que a realidade já mostrou fictícias; contra os cortes orçamentais para serviços básicos da população; contra os cortes orçamentais para serviços básicos da população; contra o agravamento de facto da carga fiscal sob o eufemismo do «imposto único» e pela duplicação do pagamento em 1989; contra a rarefacção e encarecimento do crédito; contra as fraudes na utilização dos fundos comunitários que só no caso do FSE atingem já cerca de 1 milhão de contos.

**D**éfi ce orçamental de cerca de 500 milhões de contos; défi ce comercial de cerca de 400 milhões num recurso indiscriminado às importações, principalmente de bens não essenciais (só nos primeiros 9 meses deste ano foram vendidos mais de 61 000 carros do que em igual período de 1987); subida das taxas de juro (tornadas «livres» pelo Governo) de 17% para mais de 20%; inversão do saldo positivo da Balança de Transacções Correntes que se prevê negativo já no final do ano em curso e, apesar das remessas dos emigrantes, um défi ce de balança de pagamentos igual a 4% do PIB,

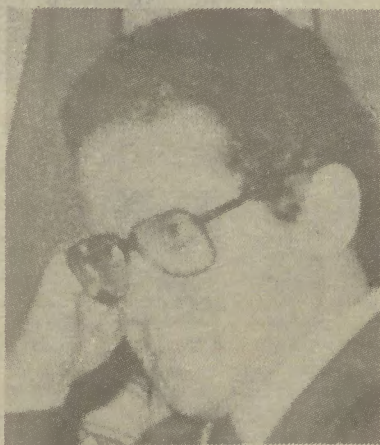


# Resumo

## 26 Quarta-feira

Organizações representativas dos trabalhadores e dirigentes sindicais da CGTP e da UGT representados na Quimigal decidem conjugar esforços em defesa dos direitos dos trabalhadores e da empresa ■ Uma escolta prisional composta por viaturas da GNR choca em cadeia na Segunda Circular da capital. Um fotógrafo da Lusa é agredido por um soldado da corporação ao tentar fazer a reportagem do acidente ■ O coronel Costa Brás é empossado novamente no cargo de Alto Comissário da Alta Autoridade Contra a Corrupção ■ Delegação de Macau é recebida em Pequim pelos dirigentes máximos da República Popular da China ■ Ao concluir a visita à URSS, o chanceler da RFA, Khol, manifesta a sua satisfação pela «quebra do gelo» nas relações entre os dois países ■ A aviação israelita bombardeia os arredores de Beirute e de Saída, no Líbano, ao mesmo tempo que as milícias fascistas deste país desencadeiam vasta ofensiva para desalojar os patriotas.

## 27 Quinta-feira



Vitor Constâncio anuncia à imprensa a sua demissão de secretário-geral do Partido Socialista ■ Em operação conjunta seguida por amplos meios de comunicação, soviéticos e americanos abrem caminho a um par de baleias bloqueadas pelo gelo no Ártico ■ A lista da UGT ganha as eleições dos Bancários do Norte ■ Conselho de Ministros decide iniciar processo de privatização das seguradoras e entregar aos privados a gestão da Setenave ■ Soviete Supremo da URSS inicia debates sobre Orçamento e Plano para 1989, abordando pela primeira vez a questão do défice orçamental ■ Os ministros da Defesa dos países da NATO reúnem-se em Haia para debate da reestruturação do arsenal atómico da organização atlântica ■ Chega a Moscovo para visita oficial o Presidente da República Popular de Angola, Eduardo dos Santos.

## 28 Sexta-feira

Começam a surgir as «manifestações de apoio» a Constâncio após a demissão deste e a notícia de que será convocado de urgência um con-

gresso do PS ■ Realiza-se em todo o país uma greve de professores que é classificada pela Fenprof como um êxito nacional ■ O secretário de Estado da Comunicação Social anuncia em Faro que o regulamento do concurso das rádios locais deve ser publicado na próxima semana ■ Os trabalhadores da Administração Local ma-



nifestam-se em Lisboa. Ao mesmo tempo os trabalhadores da Função Pública realizam uma jornada de luta ■ O chefe do governo espanhol, Felipe Gonzalez propõe em Madrid que Portugal e Espanha estudem a possibilidade de antecipação ao Mercado Comum, eliminando antes as barreiras entre ambos os países ■ Realizam-se em Évora as I Jornadas sobre Desertificação do Alentejo, com a participação de 150 especialistas ■ As federações sindicais ferroviárias de Portugal e de Espanha, da CGTP e das Comisiones Obreras, acordam em colaborar na «definição de acções comuns ou convergentes» no quadro das organizações congéneres dos países da CEE.

## 29 Sábado

O Movimento Democrático de Mulheres inicia Congresso Nacional ■ Sindicatos do PSD decidem criar nova estrutura sindical — a «União dos Sindicatos Reformistas», embora outros elementos da Tesired considerem a iniciativa «inoportuna» ■ António Guterres afirma em Setúbal que o secretariado Nacional do PS «tudo fará» para manter Constâncio na liderança daquele partido ■ Basílio Horta garante aos jornalistas que nenhum «centrista» participará sem sanções em listas do PSD para as autarquias ■ Reunidos em Budapeste, os ministros dos Estrangeiros do Pacto de Varsóvia aprovam declaração com vista ao desarmamento na Europa ■ Governo chileno ordena à polícia o recenseamento da população, por meio de visitas a todas as casas ■ É adiado o lançamento do vaivém soviético «Burán», no seguimento da detecção de deficiências no sistema de lançamento.

## 30 Domingo

O Congresso do Movimento Democrático de Mulheres, reunido em Lisboa durante o fim-de-semana, termina



com a aprovação de uma Carta dos Direitos da Mulher ■ Bastonário da Ordem dos Médicos acusa o Governo de querer tornar os médicos tarefeiros e acabar com a carreira de clínica geral ■ Várias Federações do Partido Socialista exprimem o seu apoio ao secretário-geral demissionário Constâncio ■ Ao celebrar com um programa o cinquentenário do programa que Orson Welles editou sobre a «Guerra dos Mundos», a Rádio Braga lança o pânico na população do distrito que acredita na invasão dos marcianos ■ O Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, acusa os Estados Unidos de apoiarem a preparação de nova ofensiva terrorista aproveitando-se das dificuldades criadas pelo furacão «Joan» ■ A hierarquia da Igreja católica da Argentina critica a situação económica do país e chama a atenção para a miséria existente em grandes franjas da população.

## 31 Segunda-feira

Depois de um atentado contra um autocarro israelita em Jericó, as autoridades sionistas aumentam a repressão contra os palestinianos ■ É anunciada a vitória do CDS na repetição das eleições na freguesia de Santo Antão, retirando um deputado ao PSD na Assembleia Regional dos Açores, que fica composta por 26 deputados do partido de Mota Amaral e 25 dos partidos da oposição ■ A Federação dos Ferroviários informa que a greve nos barcos da CP teve uma adesão de 100 por cento ■ O governo polaco decide encerrar os estaleiros de Gdansk a partir de 1 de Dezembro ■ Kenneth Kaunda toma posse como Presidente da Zâmbia, iniciando o seu sexto mandato consecutivo ■ Regressa a Portugal um grupo de ginastas que na RFA ganharam, entre outras medalhas, os títulos de campeão e vice-campeão da Europa de trampolim.

## 1 Terça-feira

Inicia-se, com 64 jogos em todo o país, a disputa da Taça de Portugal de futebol ■ Nos termos do acordo quadripartido de Genebra, devia começar hoje a aplicação da resolução 435 do Conselho de Segurança da



ONU sobre a independência da Namíbia ■ Realizam-se eleições gerais em Israel ■ Suharto visita Timor-Leste, iniciativa que provoca um surto de protestos contra a ocupação do território pela Indonésia.

o que até os amiguinhos do Banco Mundial consideram insustentável; subida de 7,3% nas rendas de casa, que no caso das casas dos bairros sociais se projecta fazer subir de 1400 para 16 000 escudos, a que deve acrescentar-se a criação de um novo imposto sobre a compra de casa própria; novos planos para a criação de fundos não controláveis e de reedição dos «sacos azuis» do Governo para fins eleitoralistas e demagógicos; agravamento dos desequilíbrios do acordo de política de rendimentos no âmbito do Conselho de Concertação Social; o atraso para as «calendas gregas» do pagamento de subsídios à lavoura em razão dos prejuízos das intempéries, que em alguns casos provocaram quedas de cerca de 90% da produção agrícola; cerca de 700 processos de corrupção, etc., etc.

Este é o quadro necessariamente incompleto da nova política de austeridade «aperta-o-cinto» que o Governo PSD/Cavaco se prepara para impor de novo ao povo português.

Na sua «carta aberta» aos Agentes Económicos e Sociais Cavaco Silva, depois de caracterizar com justeza Portugal como «um País com um mercado de dimensão reduzida onde predominam as pequenas e médias empresas e com uma tradição de economia aberta» diz estranhamente que (por isso) «são maiores as nossas possibilidades de desenvolvimento no quadro da livre circulação e fácil acesso dos nossos produtos aos mercados europeus» (!)

E a este país de «mercado reduzido» e «economia aberta» em que «predominam (prolíferam) as pequenas e médias empresas», consigna o actual Primeiro-Ministro a ciclópica tarefa de enfrentar o formidável embate das poderosas multinacionais a partir de 1992 e a da «modernização dos processos produtivos», da intensificação «da inovação tecnológica», da introdução «de métodos de gestão modernos, do investimento» na formação profissional» que o desafio de 1992 implica. Em suma, uma tarefa que só a existência de um forte sector nacionalizado (que o Governo cavaquista está destruindo e se propõe em definitivo liquidar), de um sector cooperativo e de um sector privado com a sua dinâmica própria, poderá enfrentar e viabilizar a médio e a longo prazo.

É este o quadro em que se vai definir o sentido da revisão constitucional, da política económica, financeira e social do Governo PSD/Cavaco Silva.

Criar uma barreira intransponível ao assalto das forças restauracionistas do poder dos monopólios é uma tarefa nacional do movimento operário e popular e dos partidos e forças democráticas a quem incumbe a defesa das conquistas fundamentais do 25 de Abril.

## Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

**PROPRIEDADE:** Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

**ADMINISTRAÇÃO:**  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO:**  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

**Casa da Venda em Lisboa:** Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

**Centro Distribuidor de Évora:**  
Alcova de Baixo, 13 — 7000 Évora  
Tel. 26361

**Centro Distribuidor de Faro:**  
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro  
Tel. 24417

**Delegação do Norte**  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

**Centro Distribuidor de Coimbra:**  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

**ASSINATURAS:**  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

**EXPEDIÇÃO:**  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

**PUBLICIDADE CENTRAL:**  
Alameda St.º António dos Capuchos  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
**Porto** — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

**Composto e impresso na Heka Portuguesa** — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Outubro: 25 275 exemplares



## Greve nacional dos professores

# FENPROF manifesta grande capacidade mobilizadora

Dezenas de milhares de professores estiveram em greve sexta-feira passada em todo o território nacional. Alvo de solidariedade generalizada, inclusivamente a nível internacional, a luta dos professores pode implicar de novo o recurso à paralisação no próximo dia 18, se se mantiver a posição de «não ata nem desata», que tem caracterizado o Ministério na questão nuclear do estatuto profissional e remuneratório dos professores. Estes não aceitam a pseudojustificação do ministro, Roberto Carneiro, que se escuda, segundo o Secretariado Nacional da FENPROF, na «ausência de orientação global do Governo para a reorganização das carreiras na Função Pública». Estará o Governo desorientado nesta matéria, como dão a entender as palavras do ministro?

Parece não ser o caso. A FENPROF, que acusa o ministro da Educação de ter proporcionado em público uma «manifestação exibição de desrespeito pela inteligência e dignidade dos docentes», desafia Roberto Carneiro «a apresentar uma proposta concreta». Desde segunda-feira passada que a Federa-

que, desde a apresentação dessa proposta, não houve da parte do ME outra resposta que não fosse «a falta de orientação» dos governantes. No entanto, a Federação fez sempre notar que «a revalorização material da profissão constitui matéria essencial». A FENPROF refere-se exactamente ao estatuto da car-

## ● A não haver desbloqueamento prevista nova greve

e remuneratório alcance pleno êxito».

Entretanto, a Federação e os sindicatos forneciam à comunicação social numerosos dados esclarecedores sobre a adesão à greve nacional. Ressalta nos Açores (RAA) a média geral global de 60-70 por cento. Segundo a FENPROF, «pela primeira vez na RAA os professores do preparatório e secundário, que estão em greve, foram para a escola e estão em

reunião a discutir o estatuto» (carreiras e remuneratório). Sublinha também a Federação que na Madeira (RAM) a média global de adesão à greve foi igualmente de 60-70 por cento, atingindo os 85 por cento no pré-escolar e os 80 por cento no ensino especial. Regiões como Viseu registaram uma adesão surpreendente. O mesmo aconteceu na região da Grande Lisboa e noutros pontos do País. O SPGL afirmava que

nesta última região se fez «a maior greve de sempre».

Recorde-se que a FENPROF abrange todo o território nacional e nela estão filiados os maiores sindicatos do sector das regiões Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas.

### Solidariedade significativa

Além de saudações da mais variada origem e mani-

festações solidárias a nível nacional, a FENPROF destaca a solidariedade manifestada pela CMOPE (Confederação das Organizações da Profissão Docente) que representa, a nível internacional, 11 milhões de professores.

Destaca ainda a FENPROF a solidariedade manifestada pela FISE (Federação Internacional Sindical de Ensino), com 26 milhões de professores e educadores representados, a da Federação de Ensino das Comisiones Obreras, da Espanha, e do maior sindicato francês do sector, o SNI-PEGC (mais de 200 mil filiados).

Essas organizações prestigiadas e fortes no plano internacional enviaram ao ministro português telegramas de apoio às reivindicações da FENPROF e dos professores.

## Debate hoje

A direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) organiza hoje um debate sobre o acesso ao ensino superior. A iniciativa decorre a partir das 16 horas no Hotel Berna em Lisboa.

O SPGL tornou público que o debate se prende com a publicação recente de regulamentações para o acesso àquele tipo de ensino. São introduzidas «profundas alterações ao esquema vigente».

Além dos professores e técnicos ligados à questão, participam no debate membros das associações de estudantes das escolas da área da Grande Lisboa.

ção «se disponibiliza a negociar» essa proposta.

Ao mesmo tempo que considera lamentável o facto de o ministro ter tentado confundir a opinião pública, por ocasião da greve, com «um discurso de meias verdades e de manifestamente falsas acusações de índole partidária», a Federação Nacional dos Professores sublinha a circunstância de ter apresentado em Julho «uma proposta concreta de nova grelha salarial, declarando aguardar que o ME (Ministério) contrapusesse a sua resposta».

### Revalorização material é indispensável

A FENPROF, através da sua direcção (SN) reafirma

reia no âmbito dos docentes do ensino básico e secundário, assim como da educação pré-escolar.

Foi mais uma tentativa para desbloquear esta questão que levou os professores à greve sexta-feira passada.

Recorde-se que nada de concreto tem surgido das negociações entre Ministério e organizações sindicais. Assim, aquela acção de luta aparece no seguimento de «um processo longo». Inclusivamente, no final do passado ano lectivo, foram entregues no Ministério mais de 50 000 assinaturas, depois de um participado desfile efectuado em Lisboa.

A FENPROF salienta, por outro lado, que se abrem vastos «caminhos da unidade para que o combate por um novo estatuto profissional



Professores e alunos este ano no 1.º de Maio em Lisboa



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# O Militante

A preparação  
do Congresso  
e as lutas de massas



## Trabalhadores

### Jornada Nacional dos Funcionários

# Que se abram as portas ao diálogo — reclamam os sindicatos

## Já chega!

O Governo «errou na previsão da inflação».  
O Governo «age com autoritarismo à Luís XIV».  
O Governo «deve no mínimo 3 por cento de salário aos funcionários públicos».  
O Governo «subtraiu 300 milhões de contos aos salários».  
O Governo «quer ter a carteira no Terceiro Mundo e o discurso na Europa».  
O Governo «perdeu credibilidade».  
Isto é uma amostra do que há dias foi dito na Assembleia da República.  
Ao Governo, que é do PSD.  
Quem assim falou, pasme-se, foram representantes do PS.  
O mesmo PS — ou seus representantes, até prova em contrário — que dias antes havia assinado com o PSD o famigerado acordo de revisão constitucional.  
O mesmo PS que dias depois ficava sem secretário-geral, auto-demitido por alegadas faltas de solidariedade interna dos seus pares, tornadas públicas num discurso cifrado, onde sem apontar ninguém se acusa quase toda a gente, para concluir num tom de dramática renúncia que Vítor Constâncio não aceita «ser líder de transição».  
É evidente que as questões internas do PS dizem respeito ao próprio PS.

Mas não é menos evidente que a prática política do PS — logo dos seus representantes — pertence ao domínio público.

É assim que a interpelação do PS à política económica do Governo e a demissão de Vítor Constâncio justificam, enquanto parte dessa prática, uma reflexão sobre a sua incidência na vida política nacional.

E, o que não é menos importante, uma reflexão sobre a seriedade da política do PS.

A avaliar pela intervenção socialista na Assembleia, o Governo PSD/Cavaco Silva demonstrou à evidência não servir os interesses nacionais.

A avaliar pelo acordo de revisão constitucional PS/PSD, os dois partidos entendem-se o bastante para alterar a Lei Fundamental. Ou seja, estão de acordo.

A avaliar pelas explicações de Vítor Constâncio sobre a decisão de se demitir, no PS há quem pense que já se devia «ter conseguido derrubar o Governo»; que é «necessário mais espectáculo e mais demagogia»; que há «solidariedades que não se traduzem em actos»; há «muitos apoiantes e poucos defensores»; há «quem, aparentemente, só pense em preservar-se para o futuro».

A avaliar pelas declarações dos dirigentes socialistas, conhecida que foi a demissão de Constâncio, o acordo de revisão constitucional não é posto em causa.

Ficamos sem saber, por mais esforçadamente que se procure, qual o PS em que devemos acreditar: se o que critica o PSD se o que concorda com ele; se o que está solidário com os acordos feitos ou se com o que se preserva para o futuro; se o da solidariedade sem actos ou o dos actos sem solidariedade.

Assim como ficamos sem saber como é que um político como Vítor Constâncio, que classifica o seu estilo de racional e pedagógico, conduz um processo de tamanha importância como o acordo de revisão constitucional até às últimas consequências, quando, como ele próprio confessa, já antes tinha decidido demitir-se.  
É óbvio que é ainda demasiado cedo para avaliar todas as implicações destes acontecimentos.  
Mas não é menos óbvio que para espectáculo e demagogia já chega!

■ A.F.

A abertura do diálogo por parte do Governo no que respeita a questões vitais para os trabalhadores da Função Pública levou mais uma vez à rua o protesto dos funcionários e dos sindicatos representativos dos sectores da Administração Central, Regional e Local. A iniciativa principal da jornada decorreu em Lisboa, com um desfile sexta-feira passada entre o Marquês e São Bento, onde se situa a residência oficial do Primeiro-Ministro.

Convocada a nível nacional, a jornada dos TFPs registou ainda larga adesão aos plênários de delegados sindicais em todos os distritos e acções de esclarecimento em vários pontos do País, em especial Coimbra, Aveiro e Viseu.

Da agenda a discutir com o Governo, mais exactamente com as secretarias de Estado mais ligadas aos sectores, constam:

- A revisão salarial intercalar e a concretização da compensação já prometida pelo Governo;
- A revisão das questões salariais para 1989;
- A neutralidade dos efeitos da aplicação do Imposto Único em 1989;
- A alteração negociada da situação de várias carreiras profissionais, que fo-



No final da passada sexta-feira milhares de trabalhadores da Administração Central, Regional e Local manifestaram-se em Lisboa, entre o Marquês de Pombal e a residência oficial do Primeiro-Ministro, em luta por algumas questões centrais — salários e carreiras, nomeadamente — e contra a política gravosa do Governo, que em relação a estes trabalhadores tem tido incidências particulares, como a imposição de aumentos salariais muito abaixo da taxa de inflação e, recentemente, o «pagamento» dessa perda, decidido pelo executivo de Cavaco Silva, através de certificados de aforro (daí a acutilância de um dos panos que vimos na manifestação afirmando taxativamente: «Não nos enfiar o gorro/com um e meio de aforro»). A luta e o protesto da Função Pública está a assumir um carácter verdadeiramente nacional, como ficou bem patente na manifestação de sexta-feira onde se viam representações das mais diversas Câmaras Municipais, como Gaia, Gondomar, Porto, Coimbra, Guarda, Setúbal, Barreiro, Sines, Redondo, Grândola, Seixal, Moita, Almada, Évora, Castelo Branco, Marinha Grande ou distrito de Braga — isto referindo apenas as que observámos, em breve nota de reportagem

ram objecto de propostas dos sindicatos;

- A redução do horário máximo para 40 horas semanais;

• Outras matérias do maior interesse para os TFPs, especialmente as questões de segurança e estabilidade do emprego.

## Greve nas Embaixadas

Entre ontem, dia 2, e o próximo dia 10, estarão em greve os trabalhadores das embaixadas, consulados e missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro — anuncia o departamento de informação da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

De acordo com a FNSFP, o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE) justifica a convocação da greve com «a circunstância de o Ministério dos Negócios Estrangeiros

não ter procedido até agora (o telex é de sexta-feira passada) à actualização dos vencimentos» daqueles trabalhadores.

O STCDE afirma que existe dotação orçamental para o pagamento dos salários actualizados, e a Federação recorda os inevitáveis transtornos a que esses trabalhadores ficam sujeitos, vivendo no estrangeiro. Há mesmo «graves problemas de subsistência», sublinha aquela Federação Nacional.

## Admitida greve na Petrogal

Quarta-feira próxima, dia 9, reúne-se a Comissão Executiva da Federação dos Químicos (FSTIQF) que tornará públicas as formas de luta aprovadas entretanto pelos trabalhadores da Petrogal, que não afastam o recurso à greve enquanto a gestão da

empresa mantiver suspensas as negociações directas do acordo colectivo de trabalho, cuja revisão deverá vigorar entre 1 de Outubro de 1988 e 30 de Setembro de 1989.

Quarta-feira da semana passada, a Comissão Executiva da FSTIQF salientava

que a proposta do conselho de gerência da Petrogal, EP se mantinha nos 4,5 por cento de aumentos salariais, enquanto que a CSN (comissão sindical negociadora) continuava a reivindicar 11,8 por cento e «uma compensação de 3 por cento relativa aos salários de 1987, uma vez que estes foram impostos numa previsão de inflação de 6 por cento, que não se verificou e que veio a atingir nesse período os 9,2 por cento».

No mesmo dia, 26 do corrente, numa reunião dos sindicatos filiados na FSTIQF e da CSN, foram propostas aos trabalhadores da Petrogal «formas de luta diversificadas, incluindo a greve».

Dia 27, quinta-feira, iniciaram-se reuniões em todos os locais de trabalho da Petrogal para tratar do assunto.

## Greve na CP

A adesão à greve na via fluvial da CP foi de 100 por cento. Segunda-feira passada, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) acrescentava que os trabalhadores em greve lutam pelo cumprimento do protocolo de 25 de Abril de 1986 referente às negociações do regulamento de carreiras profissionais e pela reposição da legalidade nas escalas de serviço.

Hoje, dia 3, a confirmar-se o que foi anunciado, realiza-se novo plenário geral de trabalhadores para «decidir sobre a continuação da luta e suas formas».

Recorde-se que a gestão da CP diz que não tem tempo para receber os representantes dos trabalhadores e que tanto o conselho de gerência como o Governo são «responsáveis pela continuação do conflito», segundo a Federação.

## A compensação não foi negociada com os sindicatos

O Governo não cumpriu a obrigação legal de negociar com os sindicatos a compensação de «parte do excedente entre a inflação real e a prevista». A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), que convocou a jornada nacional de sexta-feira, afirma que essa decisão unilateral se registou também, isto é, não houve da parte do Governo qualquer contacto com os sindicatos, no que respeita à fixação dos «montantes para a massa salarial a inscrever na proposta de Orçamento do Estado», que o Executivo de Cavaco apresentou à Assembleia da República.

Entretanto, num plenário em Viseu, com dirigentes, delegados e activistas sindicais da Função Pública, foi manifestado «total repúdio pela falta de seriedade e transparência de que o Governo tem usado e abusado no processo negocial tendente à revisão salarial para o ano de 1989».

Numa moção aprovada pelo mesmo plenário sexta-feira passada, aqueles sindicalistas da FP consideram como principais reivindicações dos trabalhadores que representam:

- Um aumento salarial de 2,5 por cento em 1988;
- Aumentos de 12 por cento nos salários e pensões de 1989;
- Diuturnidades de 2750 escudos, no mínimo;
- Subsídio de refeição de 400 escudos;
- Reforma da Administração Pública até 1992.



Trabalhadores

## Salles Caldeira com salários atrasados

# «Que rumo vai isto tomar?»

A culminar um processo de degradação que os trabalhadores e suas organizações têm acompanhado com apreensão desde 1982, a J. Salles Caldeira terminou o mês de Outubro pagando salários a prestações de 10 contos por semana e com uma situação que pode pôr em causa o futuro da empresa e das cerca de 200 pessoas que nela trabalham. Dirigentes do Sindicato da Indústria Alimentar do Sul e Ilhas (STIAHCSI) manifestaram ao «Avante!» a sua preocupação por a entidade patronal não dar qualquer resposta às justas interrogações dos trabalhadores quanto ao futuro da fábrica de bolachas Elba e Riviera.

No passado dia 26 realizou-se na J. Salles Caldeira (Ourela, Lisboa) um mini-plenário do pessoal, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de

apesar de esta ter condições objectivas para prosperar.

Já em 1982 os subsídios de Natal não tinham sido pagos em devido tempo; em Janeiro de 1983 o sindicato teve uma primeira interven-

processo, até ao seu encerramento, será acompanhado pelos representantes dos trabalhadores».

«Em Janeiro de 1985 pedimos um esclarecimento à Secretaria de Estado do Emprego para saber como estava a ser aplicado o empréstimo, mas ainda hoje não tivemos resposta» — afirmaram contudo os dirigentes do Sindicato e os membros das ORTs da empresa.

As inquietações são acrescentadas pelo facto de, também em 1983, ter sido criada pelo mesmo patrão da J. Salles Caldeira uma outra empresa (Caldeira e Vareiro), que «sugou vendas» à



Depois do miniplenário trabalhadores da J. Salles Caldeira e dirigentes do Sindicato das Indústrias Alimentares falaram ao «Avante!», do lado de fora dos portões, sobre a situação na empresa

Carbono do Sul e Ilhas. Como vem já sendo habitual, também nesta empresa não foi autorizada a entrada de jornalistas para assistirem à reunião, pelo que fomos obrigados a conversar do lado de fora dos portões.

### Do Natal de 82...

De acordo com os dirigentes sindicais — e os membros das organizações representativas dos trabalhadores que os acompanhavam — esta situação de instabilidade na J. Salles Caldeira não é nova e tem a ver com uma atitude, difícil de entender à primeira vista, da administração, que não investe na empresa.

ção junto do Ministério do Trabalho.

No final de Dezembro desse ano os ministérios das Finanças e do Trabalho decidiram conceder, através do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, um empréstimo de 60 mil contos à J. Salles Caldeira para fundo de maneo. De acordo com o despacho nesse sentido publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, a empresa comprometia-se — até completar o reembolso do subsídio — a não reduzir o nível de emprego e pagar integralmente as remunerações aos trabalhadores.

Uma das 13 alíneas do despacho afirmava que «o

fábrica da Ourela, chegando mesmo a comercializar a bolacha desta.

### ...até quando?

A partir de fins do ano passado «as coisas agravaram-se» — disseram-nos os representantes dos trabalhadores, acrescentando que no Verão deste ano se passou a viver um ambiente de notória insegurança. Por duas vezes as instalações estiveram quase a ser leiloadas em hasta pública.

As dívidas a fornecedores (moagens, gorduras, açúcar) passaram já a barreira do milhão de contos. No dia 26 de Outubro ainda não tinham sido pagos na totalidade os salários de Setembro. A fábrica está a trabalhar apenas para a Manutenção Militar. A nova gerência, que tomou posse a 26 de Setembro, cancelou os pagamentos a credores e furta-se ao diálogo com os trabalhadores.

Estes, entretanto, afirmam que «os pedidos que temos davam para a fábrica trabalhar dia e noite sem parar» e declararam-se dispostos a «empenhar-se para manter a empresa e os postos de trabalho», com o apoio do Estado e dos credores e na base, por exemplo, do estabelecido pela Lei 17/86. A palavra deles aqui fica. Até que se pronunciem as outras partes — nomeadamente a administração da J. Salles Caldeira — fica a pergunta feita pelos representantes dos trabalhadores à nossa reportagem: «que rumo vai isto tomar?».

## Sumário sindical



V Encontro das Operárias Agrícolas, sábado, em Montemor-o-Novo (foto de arquivo)

**STDB** — O Sindicato Têxtil do Distrito de Braga enviou ao ministro das Finanças uma petição em abaixo-assinado até agora sem resposta pedindo a **isenção do imposto complementar** a pagar este mês pelos trabalhadores da **Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe**, que se encontram há **três meses sem receber salários** e outras remunerações. O silêncio do Ministério das Finanças obrigou o STDB a vir a público solicitar uma resposta imediata para este caso, pois nessa empresa «sem perspectivas futuras imediatas» chegam a trabalhar, «em muitos casos, marido e mulher e, em alguns casos, marido, mulher e filhos».

**USB** — A União dos Sindicatos de Bragança, numa reunião para preparar a participação distrital no Encontro Nacional sobre **Trabalho Precário** promovido pela CGTP, afirma sobre esse assunto que, no respeitante ao distrito, «são várias as irregularidades», com maior incidência na construção civil, CTT/TLP, Função Pública, agricultura, sector mineiro, autarquias, hotelaria, transportes, indústrias eléctricas e sivil cultura, entre outras actividades. Segundo a USB, «a precariedade atinge em alguns casos valores da ordem dos 80 a 90 por cento».

**FSTIQF** — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica, que trouxe a público a questão dos **fósforos turcos**, protesta contra as entidades governamentais (Ministérios dos Estrangeiros, Indústria e Comércio) junto das quais interveio sem êxito para pôr termo à importação daquele produto que «põe em causa as empresas fosforeiras nacionais e os respectivos postos de trabalho, em clara violação das regras comunitárias que regulam a concorrência», pois se trata de uma operação de «dumping» — os fósforos são exportados a preço inferior aos custos de produção.

**CGTP-IN** — Numa nota recente, a Central, referindo-se à «correção pelo Governo dos salários dos TFPs», reclama que «em consonância e coerência com a atitude assumida na Função Pública», o mesmo Governo «**desbloqueie os processos de contratação colectiva em empresas públicas**, deixando de insistir em referências de inflação que ele próprio expressamente reconheceu que estavam errados».

**USL** — A União dos Sindicatos de Lisboa anuncia que cerca de 60 sindicalistas do distrito constituem a delegação da **USL/CGTP-IN ao II Encontro de Sindicalistas Madrid-Lisboa**. A iniciativa organizada pela União dos Sindicatos de Madrid/Comissões Obreras decorre na capital espanhola entre 29.10 e 1.11. Os temas abordados relacionam-se com saúde laboral, política reivindicativa, contratação colectiva e emprego.

**FESHOT** — A Federação dos Sindicatos da Hoteleira e Turismo de Portugal anuncia que apresentou à Sociedade Estoril Sol uma proposta para «o estabelecimento de condições colectivas de trabalho actualizadas», que inclui as reivindicações de **aumentos salariais de 14,5 por cento** e a redução do tempo de trabalho para 40 horas semanais». De acordo com uma nota da FESHOT, a Sociedade Estoril Sol «tem apresentado sucessivos e concretos resultados líquidos, tendo atingido os 365 mil contos em 1987». De outros elementos fornecidos pela Federação destaca-se que «a produtividade aumentou em termos reais (deflacionados) em mais 33,7 por

cento no período de 1984/87, ao passo que os salários em termos reais (deflacionados) praticamente não aumentaram. **As despesas com pessoal, que eram em 1984 de 71,2 por cento do VAB** (valor acrescentado bruto) **diminuíram para 66,3 por cento em 1987**, passando a representar apenas 27,8 por cento na estrutura dos custos contra 37,3 por cento em 1984».

**STADE** — O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora realiza depois de amanhã, com início às 10 horas, no Cine-Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, o **5.º Encontro de Mulheres Operárias Agrícolas do Distrito de Évora**. Os principais temas do Encontro sintetizam-se na luta pelo emprego e por melhores condições de vida no presente e no futuro.

**STIC** — O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Centro, e a propósito de visita recente do ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, ao **Centro Fabril de Cacia da Portucel**, traz a público alguns elementos sobre a empresa entre os quais destacamos que «a administração, já depois de pressionada, apenas admite negociar aumentos (salariais: acordo de empresa) de 6,8 por cento, percentagem muito inferior à da inflação, que rondará os 10 por cento com as rendas de casa». Os trabalhadores de Cacia «reivindicam 12 por cento, de forma a repor parte do poder de compra perdido nos anos anteriores». Afirma ainda o mesmo Sindicato que «a visita de Mira Amaral foi pretexto para a gerência criar dificuldades suplementares à actividade dos representantes dos trabalhadores, não cedendo a cantina para a realização de um plenário de trabalhadores, como era habitual, apenas autorizando que o mesmo se realizasse num telheiro para guardar papel, local sem as condições mínimas apropriadas».

**SPGL** — O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa efectuou um seminário sobre a regulamentação da **lei de bases do sistema educativo**. No âmbito das jornadas pedagógicas do SPGL, a iniciativa realizou-se em 31 de Outubro findo no Instituto Franco-Português. O SPGL anunciou a presença de várias individualidades ligadas ao ensino.

**FENPROF** — A Federação Nacional dos Professores anunciou a visita ao nosso país de uma delegação do sindicato dos professores franceses do ensino básico (SNI-PEGC). A delegação, que viajou a convite da Fenprof, manifestou a sua solidariedade à greve nacional dos professores portugueses, no passado dia 28.

**USDE** — A União dos Sindicatos do Distrito de Évora enviou a Espanha uma delegação de onze sindicalistas. A visita efectua-se a convite das Comissões Obreras de Sevilha. A delegação portuguesa partiu para o país vizinho quinta-feira passada.

**CGTP** — A Central unitária enviou uma saudação às Nações Unidas por ocasião da **Semana Mundial do Desarmamento**. Num serviço de imprensa sobre o assunto, a CGTP reafirma à ONU e aos seus representantes em Portugal «a sua disponibilidade para prosseguir com a sensibilização e mobilização dos trabalhadores e do povo português para a luta em prol de um futuro pacífico e mais próspero para o nosso planeta».

## F. Camelo conseguiu tudo

Os trabalhadores da empresa têxtil F. Camelo, de Sarromão (Seia) conseguiram levar a bom termo as negociações do acordo (caderno reivindicativo) de empresa, depois de quatro dias de greve com adesão total.

A F. Camelo emprega cerca de 80 pessoas e o caderno reivindicativo dos trabalhadores foi apresentado em fins de Setembro/princípio de Outubro. Nele se exigia um aumento salarial de 2500 escudos, a passagem a efectivos dos trabalhadores contratados a prazo (cerca de 50%) e a possibilidade (antes prevista no contrato colectivo do sector, mas que foi retirada com a assinatura da UGT) de cada trabalhador usufruir de 4 horas mensais para ir ao médico.

Depois de uma greve que teve adesão total e se prolongou pelos dias 17, 18, 19 e 20 de Outubro, os trabalhadores e a entidade patronal chegaram a acordo e todas aquelas exigências foram satisfeitas.



**Trabalhadores**

# Com vantagens e mistérios vem aí o gás natural

Já se fala nisso há alguns anos e a PGP (Petroquímica e Gás de Portugal, EP) vem estudando o assunto desde 1979: o gás natural vai ser introduzido em Portugal, com vantagens para o país e para os consumidores. Mas, para além disto, pouco mais se sabe de concreto.

Entendendo que este é um tema de grande importância, a federação sindical da Química e Farmacêutica (FSTIQFP) veio a público manifestar a sua posição favorável ao gás natural e alertar a opinião pública para as condições em que este processo está a ser conduzido pelo Governo.

«Para além das afirmações genéricas de intenções, o Governo não concretiza as bases em que assenta a projectada introdução de gás natural, não se pronunciando sobre as empresas existentes e/ou a criar que se vão ocupar dele, não quantificando os investimentos necessários e suas formas de financiamento e

não explicitando o **faseamento** da concretização do projecto».

A partir desta situação — caracterizada num documento distribuído aos jornalistas pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal — foi elaborado um estudo que teve por base informações

na posse da FSTIQFP, análise de projectos idênticos na Finlândia, Grécia e Espanha, e as opiniões das organizações representativas dos trabalhadores das empresas envolvidas neste projecto.

A CEE tem directivas e orientações que, no domínio da energia, apontam a necessidade de os Estados membros diminuírem a sua dependência face ao petróleo e avança com uma estimativa de peso: os utilizadores podem reduzir os custos de energia em 20 a 30 por cento com a passagem do petróleo para o gás natural.

Portugal — segundo a Federação — depende em 80% do petróleo como fonte energética. A aplicação do gás natural no nosso país (como combustível industrial e doméstico, como matéria-prima petroquímica e como

fonte da produção de outras formas energéticas) vai promover a concorrência com os derivados do petróleo e com o carvão e a hidroelectricidade.

«**O acesso do nosso país ao gás natural reduziria a dependência exagerada face ao petróleo e permitiria a redução dos custos em energia**», afirma a Federação, realçando que esta é «**uma variável fundamental para permitir a competitividade da nossa actividade industrial no quadro da integração na Europa comunitária**».

A Federação considera assim o gás natural «uma alternativa segura, barata e muito pouco poluente» e regista ainda os «efeitos positivos ao nível do emprego, dado que a globalidade do projecto de instalação, ao

longo do período de execução, criará cerca de 4 mil postos de trabalho».

Mas, quando os países europeus estavam a negociar e concretizar acordos com a URSS para terem acesso ao gás natural da Sibéria, em Portugal o tempo era consumido a «fazer os estudos, parar os estudos, rever os estudos» — constata a FSTIQFP.

Foi assim que o gasoduto euro-siberiano chegou até Espanha sem estar garantido o seu prolongamento a Portugal...

«A rendibilidade do projecto de introdução do gás natural só poderá ser apreciada tendo em conta os custos previsíveis da instalação das infra-estruturas de acesso e o montante do consumo» — recorda a Federação da Química e Farmacêutica.

E afirma que, de acordo com os estudos que efectuou, «o projecto só é rendível se pelo menos 15% do consumo nacional de energia passar a ter como fonte o gás natural».

Mas — alertam os sindicalistas — o Governo de Cavaco Silva «mantém-se indefinido quanto à forma de termos acesso ao gás natural» e também «não são conhecidos estudos precisos que deem a conhecer o mercado potencial». Outra questão «fundamental» deste processo — considera a FSTIQFP — tem a ver com a definição de quem vai importar, transportar, armazenar e distribuir o gás natural.

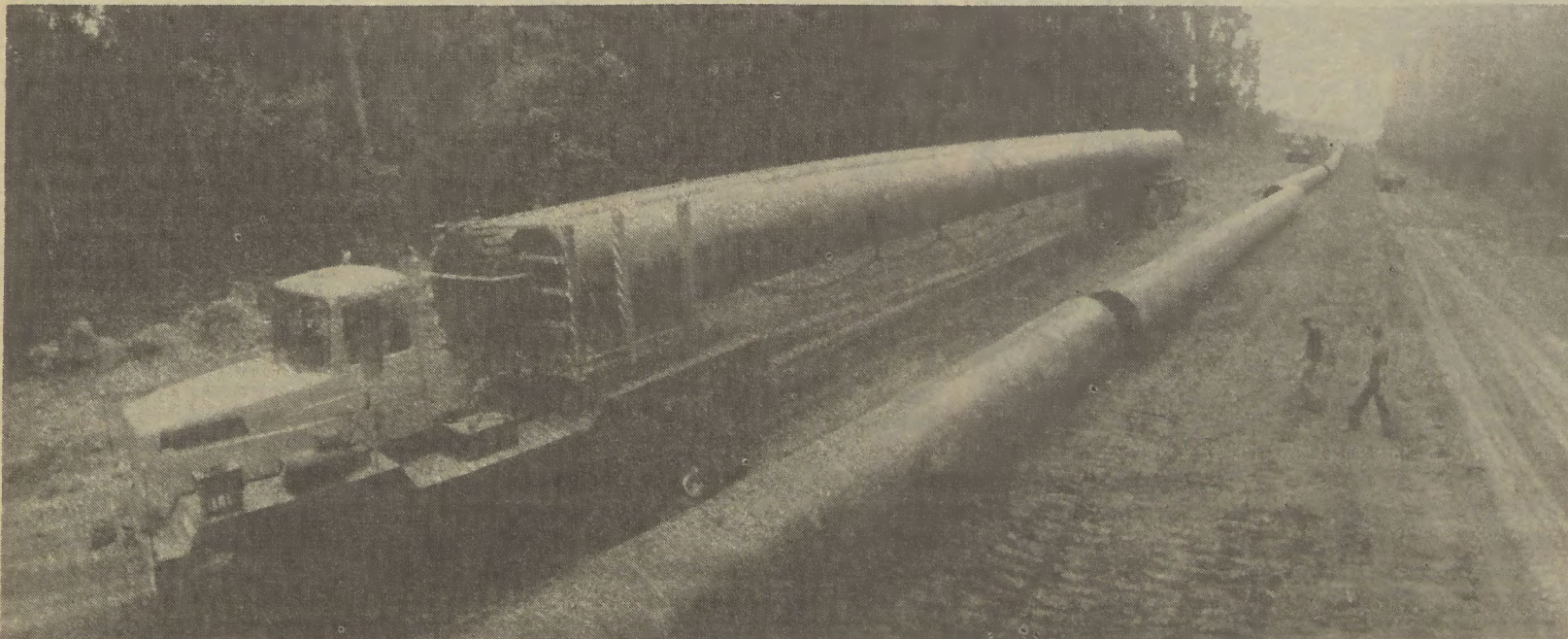
Têm sido ventiladas, como hipóteses de acesso ao gás natural, a ligação ao gasoduto euro-siberiano e a criação de um terminal marítimo para acesso ao gás natural do Norte de África. Tem havido forte movimentação de grandes empresas transnacionais, nomeadamente reunindo com o secretário de Estado da Energia. O Governo avança com as suas pretensões de entregar a PGP e a Petrogal ao capital privado.

Logo se adivinha que há fortes interesses económicos em jogo (apesar da falta de informações, a FSTIQFP prevê um montante de investimentos de **150 a 200 milhões de contos**). O que não se vê em toda esta indefinição é o lugar dos interesses nacionais de que, na sua propaganda, os governantes tanto falam.

A abertura ao capital privado — alerta a Federação — «**levaria de imediato à penetração das sociedades transnacionais**, cujos interesses se chocariam com a lógica do primado da salvaguarda dos interesses da economia nacional e provocaria uma situação de dependência num sector estratégico como é o da energia, o que corresponderia a um agravamento relativamente à situação actualmente existente, gorando-se assim as principais vantagens potenciais da introdução do gás natural».

Para a FSTIQFP «**o projecto de introdução de gás natural deve ser integrado no sector público, com participação dominante da PGP e da Petrogal**»; a Federação da Química e Farmacêutica fundamenta esta posição na «natureza de serviço público» do projecto, nos «interesses estratégicos em jogo» e na «incidência crucial» no desenvolvimento da economia portuguesa.

A Petroquímica e Gás de Portugal «deveria ser a líder do processo, dada a especialização desta empresa pública na área da produção e distribuição de gás», enquanto a Petrogal «deveria ter a sua participação assegurada, dado ter uma boa experiência acumulada no sector do gás e ser a empresa que mais directamente vai sofrer com a concorrência da introdução deste novo produto».



O gasoduto euro-siberiano já garante o abastecimento de gás natural a Espanha. Entretanto, em Portugal, faltam estudos e sobram interrogações, havendo apenas a certeza de que o gás é que não tem a culpa dos interesses que se movem a reboque dele

## Privatizações vão mudar o capital para o capital

Com a anunciada entrega ao capital privado das cinco empresas públicas da indústria química (Quimigal, PGP, Petrogal, CNP e Portucel) «**a independência nacional é frontalmente atingida, correndo-se o risco de Portugal, a muito curto prazo, se transformar numa mera periferia económica regida segundo os meros e egoístas interesses das sociedades transnacionais da química**» — alerta a Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica (FSTIQFP), numa nota divulgada à comunicação social na semana passada.

«Como se a Constituição já estivesse formalmente revista», o Governo avança com medidas como a transformação da Quimigal em sociedade anónima, fragmentando a sua actividade em várias empresas autónomas, ou a avaliação de várias propostas para entrega da Companhia Nacional de Petroquímica a um grupo capitalista.

Para a FSTIQFP «é compreensível que estas empresas despertem ao grande capital uma enorme gula», já que se trata de «empresas com avultados volumes de negócios e valores acrescentados, fornecedores de maté-

rias-primas e produtos acabados e com importância nas exportações e em grandes projectos de elevados investimentos».

Mas «**o que já não é compreensível nem admissível é que o Governo faça tábua rasa dos interesses nacionais e se disponha a ceder ao grande capital importantes alavancas económicas**» — sublinha a Federação.

### Entretanto...

Enquanto não se consuma a concretização dos projectos privatizadores, integrados

numa política que põe o interesse político de reconstituição do capitalismo monopolista acima dos interesses nacionais de independência e desenvolvimento, «**assiste-se nas empresas pública da Química a uma concertada ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, os postos de trabalho e as regalias sociais adquiridas**».

A Federação pormenoriza alguns aspectos dessa ofensiva.

No conjunto das acima referidas cinco empresas já foram destruídos mais de 5 mil postos de trabalho; só na Portucel foram gastos 6 milhões de contos em rescisões de contratos;

A par da diminuição do emprego, **intensifica-se a precarização** dos vínculos laborais, com o aumento da entrega de serviços a empreiteiros e alugadores de mão-de-obra (numa média de 400 trabalhadores/dia na Quimigal-Barreiro a 350 na CNP).

São retiradas regalias so-

ciais (como sucedeu com a liquidação da creche da Quimigal-Ansião e a comparticipação de medicamentos na Petrogal).

Põe-se em causa a **contratação colectiva** (ameaça de fragmentação do acordo de empresa da Quimigal em contratos sectoriais segundo a lógica da constituição da holding e fragmentação da empresa) e recusa-se a negociação colectiva (impondo salários de miséria por actos de gestão, como aconteceu na Quimigal e na PGP, ou bloqueando a contratação, como na Petrogal).

Para cúmulo, **recusa-se o diálogo** com as organizações representativas dos trabalhadores: o conselho de gerência da PGP recusa-se há cinco meses a receber a CT, e o da Petrogal anunciou há poucos dias que não pretende voltar a reunir com a comissão de trabalhadores.

### Ir para a luta

Os trabalhadores e as suas organizações não estão dis-

postos a assistir passivamente a todo este espectáculo. Reunidos no passado dia 21 com a FSTIQFP, membros das ORTs da Quimigal, Petrogal, PGP, CNP e Portucel decidiram efectuar uma «ampla acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores destas empresas com vista à organização da resistência às medidas privatizadoras do Governo» e pedir uma série de audiências aos órgãos de soberania para lhes expor os seus pontos de vista.

No encontro com os jornalistas foi informado que já está marcada uma audiência com o ministro Mira Amaral e o secretário de Estado da Indústria para dia 14 de Novembro. «Lamentamos que o sr. Ribeiro da Silva, secretário de Estado da Energia, não esteja presente» — disseram os sindicalistas da Federação da Química, que pretendem levar a estas audiências os problemas mais **quentes** que o sector vive neste momento.



PCP

## AÇORES

# Uma reflexão sobre as eleições

O «rescaldo» das eleições de 9 de Outubro na Região Autónoma dos Açores é o tema que propomos nesta página aos leitores do «Avante!». A enorme abstenção, a bipolarização estimulada — designadamente em S. Miguel —, a solidariedade para com a CDU, o êxito nas Flores (eleição de Paulo Valadão) e a perda do deputado por S. Miguel (José Decq Mota), a decisão do Tribunal Constitucional sobre a votação numa freguesia do concelho da Calheta (S. Jorge) e as perspectivas de trabalho da CDU são aspectos desenvolvidos nestas colunas, na base dum apontamento obtido com as conclusões da recente reunião do Executivo da DORAA ( direcção do Partido nos Açores), que destacou também alguns aspectos de ordem política nacional e regional, tendo analisado ainda «questões relacionadas com o funcionamento e a actividade do Partido na Região» e o XII Congresso.

A Comissão Executiva da DORAA, ao iniciar a análise dos resultados das eleições de 9 de Outubro, concluiu que no plano político global os resultados eleitorais têm que ser interpretados como uma séria condenação das arbitrariedades e das políticas injustas cometidas pelos sucessivos governos regionais do PSD e mascaradas e mistificadas pelo aparelho político desse partido.

Ao perder a maioria absoluta de votos expressos e ao receber votos que correspondem apenas a 28,5% dos eleitores inscritos, ficou demonstrado que a maioria dos açorianos não aceita que a governação se transforme em domínio.

A relativa concentração de votos oposicionistas e descontentes no PS, defendida pela política inconsequente do exclusivismo desse partido e fomentada claramente a partir da pré-campanha pela bipolarização incentivada pelo Presidente do Governo, evitou que uma distribuição mais pluralista de votos e mandatos retirasse a maioria absoluta de deputados ao PSD.

No desenvolvimento da situação política regional, com o novo quadro parlamentar e com a nova correlação de forças existentes, ir-se-á verificar que a construção de uma verdadeira alternativa depende não apenas de factores quantitativos mas também de factores qualitativos.

O PCP e os seus aliados na CDU, embora tivessem sido prejudicados pela dinâmica bipolarizadora artificialmente introduzida na vida política regional, continuará a empenhar todos os esforços no sentido do descontentamento se transformar em acção mais forte e no sentido da perspectiva de defesa dos interesses de todos os que vivem do seu trabalho e de todas as classes e camadas desfavorecidas continuarem a ter uma influência crescente na vida regional.

### Bipolarização não favorece a vida democrática

A Comissão Executiva da DORAA ao discutir os resultados das eleições no que toca à CDU considerou prioritariamente a necessidade de se proceder, no interior do PCP e no âmbito mais alargado da CDU, a uma ponderada e pormenorizada análise das eventuais causas políticas e operacionais dos resultados obtidos pela CDU nas diversas ilhas da Região. A determinação de todas as razões do insucesso eleitoral

global e da vitória eleitoral registada nas Flores é essencial para que se possa orientar correctamente o trabalho político no futuro imediato.

A não confirmação do mandato obtido em S. Miguel em 1984 foi a consequência mais séria e gravosa da descaída eleitoral verificada, uma vez que impediu o reforço do número de deputados eleitos pela CDU.

Não obstante ser indispensável aprofundar a análise dos resultados eleitorais, o Executivo da DORAA considerou como **causa política determinante** para a sua perda do mandato em S. Miguel a bipolarização artificialmente montada na cena política regional, bipolarização essa que fez convergir no PS uma parte da votação recolhida em 84 pela ex-APU, que fez conservar no PSD uma faixa de vontades descontentes com o PSD mas receosos desse partido perder a maioria e que atirou ou manteve na abstenção uma faixa de eleitores indisponíveis para votar no PSD ou no PS e que, face à bipolarização, considerou não valer a pena votar noutros partidos.

### Solidariedade

A Comissão Executiva da DORAA registou e apreciou as inúmeras demonstrações de solidariedade e consternação manifestadas por largas centenas de cidadãos, de forma pública e privada, pelo facto de José Decq Mota não ter sido reeleito para a 4.ª Legislatura.

Tais manifestações foram sempre acompanhadas quer por referências positivas à forma como o deputado comunista desenvolveu o mandato de deputado na 3.ª legislatura, quer por referências ao facto da CDU não se ter reforçado numericamente, o que constituirá um factor negativo no trabalho da 4.ª legislatura.

### O êxito nas Flores

A DORAA considerou como **causa política determinante** para o sucesso eleitoral registado pela CDU na ilha das Flores, a forma permanente, ao longo de muitos anos, como a organização do PCP e os seus aliados na CDU, quer na Ilha das Flores, quer numa perspectiva regional, sempre se opuseram e denunciaram o abandono que o Governo Regional votou àquela ilha e o papel mistificador da verdade que os principais dirigentes locais do PSD sempre assumiram a esse respeito.

Apresentando-se ao eleito-

rado com uma lista prestigiada e com um programa claro para a rectificação desse profundo abandono, a CDU não só elegeu um deputado, como ganhou no concelho de St.ª Cruz e alcançou uma forte posição no concelho das Lages.

A Comissão Executiva da DORAA considerou que na Ilha das Flores, onde o peso das razões locais tiveram muito mais força que a bipolarização artificialmente montada, o resultado eleitoral foi bem mais conforme com a realidade que resulta da prática, da orientação e das propostas das diversas forças políticas.

A eleição para a Assembleia Regional do membro da DORAA do PCP, Paulo Valadão, constituiu um elemento de decisiva importância para



que sejam adoptadas políticas de verdadeiro desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região, para que seja rectificado o abandono a que as Flores foi votada e assegura a representatividade parlamentar regional do PCP.

### Nova votação em S. Jorge

Por decisão do Tribunal Constitucional foi entretanto repetida a votação para a Assembleia Regional, na freguesia de St.º Antão, concelho da Calheta, ilha de S. Jorge, tendo o PSD perdido mais um deputado, no caso a favor do CDS.

Ao considerar procedente o recurso interposto referente à decisão que tinha recaído sobre o protesto de diversos votos na freguesia de St.º Antão, o Tribunal Constitucional garantiu, como lhe compete, a legalidade do acto eleitoral.

Ao decidir declarar nulas as eleições nessa freguesia

o Tribunal Constitucional limitou-se a cumprir o disposto no artigo 119.º da Lei Eleitoral.

A Comissão Executiva da DORAA considera as decisões tomadas como positivas lamentando, entretanto, que notórias deficiências na fiscalização do acto eleitoral (deficiências essas que são da responsabilidade dos partidos) limitem a possibilidade de serem anuladas e rectificadas ilegalidades de vários tipos que alguns persistem em realizar.

### CDU: o trabalho continua

A Direcção do PCP no arquipélago entende que o esforço de análise, quer dos resultados eleitorais, quer das consequências e perspectivas políticas imediatas de médio e longo prazo que a actual situação cria, deve ser continuado e aprofundado. Nesse sentido, por convocatória da Comissão Executiva da DORAA, realizou-se nos dias 29 e 30 de Outubro uma reunião plenária da DORAA, em Ponta Delgada, para análise da situação existente e definição das principais linhas de força da actuação do Partido na Região nos próximos tempos.

tender «liderar», no país e na região, a oposição ao PSD, coincidir com a direita em relação a interesses estratégicos tão fundamentais.

É também extremamente grave que o PS tenha aceite fazer, à margem da Assembleia da República, uma negociação que diminui e limita o papel da própria Assembleia da República e das suas Comissões, preferindo antes uma obscura negociação de bastidores da qual se desconhece a dimensão das cedências feitas.

O Executivo da DORAA continua a reclamar que o debate das questões respeitantes à Autonomia, no quadro da Revisão Constitucional deve ser feito de forma transparente, envolvendo a Assembleia Regional dos Açores, condenando desde já a proposta publicamente ontem feita pelo PS ao PSD no sentido de ser realizada uma idêntica negociação de bastidores na Região, quanto à Autonomia.

### Financiamento das RAs

O **aperfeiçoamento das regras de financiamento das Regiões Autónomas**, tendo em conta as necessidades de desenvolvimento e

mente justo para a Região e compatível com as possibilidades financeiras do País.

A Comissão Executiva da DORAA, pela parte que lhe toca, actuará nesse sentido, recusando liminarmente a prática de outros anos do PSD/A que determina, sem qualquer espécie de cooperação com as restantes forças regionais, um défice artificial e exagerado, procurando depois envolver todos numa reivindicação inadequada e imprópria.

### O Governo de Mota Amaral

O anúncio recente, pelo Presidente do Governo, da composição do novo Governo Regional mereceu devida ponderação do Executivo da DORAA, que concluiu ter Mota Amaral mantido no 4.º Governo boa parte da inoperância que provava o 3.º Governo tendo ainda recuperado do 2.º Governo o elemento que menor aceitação pública teve nessa altura. As poucas inovações introduzidas dizem respeito a figuras desconhecidas e apagadas da vida regional.

Com um Governo deste tipo, pode concluir-se que o PSD não tem intenções de rectificar de forma séria o estilo e as políticas que geraram tão forte descontentamento.

### Recenseamento

A realização, de acordo com a Lei n.º 81/88 de 20 de Julho, de um período suplementar de actualização do recenseamento eleitoral leva a Comissão Executiva da DORAA a considerar ser necessário grande rigor, por forma a não se verificarem eliminações abusivas, por forma a que sejam inscritos os milhares de cidadãos que ainda não se inscreveram e por forma a que os cadernos não fiquem com os erros e omissões detectados nas últimas eleições.

### Crise sísmica

A Comissão Executiva da DORAA analisou as situações decorrentes de recentes fenómenos da natureza (crise sísmica na Povoação e Vila Franca e destruições por efeito de ventanias no Faial) e entende dever frisar a prontidão com que os serviços de protecção civil garantiram o esclarecimento e a informação necessária e a capacidade e espírito de dedicação que os departamentos científicos (Universidade dos Açores e Serviço Nacional de Meteorologia e Geofísica) demonstraram. Ao mesmo tempo alerta para a necessidade dos serviços governamentais competentes resolverem, de forma completa, os prejuízos e situações precárias, felizmente em números relativamente baixos, que se verificaram. A este propósito é de recordar que em situações anteriores nem sempre as entidades competentes resolveram, de forma correcta e pronta, situações desta índole.



**Nacional****C.º de Fiação e Tecidos – Fábrica de Ferro de Fafe**

# Uma importante unidade industrial à deriva

Uma delegação do PCP deslocou-se recentemente à Companhia de Fiação e Tecidos, mais conhecida pela Fábrica do Ferro, em Fafe, para se inteirar localmente da grave situação vivida pelos cerca de 900 trabalhadores daquela importante unidade industrial têxtil, que há vários meses se encontra com a laboração praticamente paralisada e com os salários e subsídios por pagar aos trabalhadores.

A delegação do Partido, que integrava **Henrique Sousa**, do Comité Central e da DORM (Direcção Regional do Minho) e o deputado do PCP **José Manuel Mendes**, teve oportunidade de se encontrar, a seu pedido, com dirigentes do Sindicato Têxtil do distrito e com os representantes sindicais na empresa, bem como de reunir com centenas de trabalha-

dores. Os trabalhadores testemunharam de viva voz a gravíssima situação vivida por centenas de famílias, privadas dos necessários meios de subsistência e sujeitas à solidiedade de amigos e familiares, ao mesmo tempo que demonstraram com numerosos factos a responsabilidade dos patrões da empresa na situação criada, no não cumprimento dos seus compromissos legais e contra-

## • Delegação do PCP avistou-se com os trabalhadores

tuais para com os trabalhadores, na paralisia, endividamento e degradação da empresa, na falta de esclarecimento sobre o seu futuro.

Os trabalhadores da Fábrica do Ferro afirmaram também perante a delegação do PCP a sua vontade unânime de lutar pelos seus postos de trabalho, pelos seus direitos e pela viabilização desta grande unidade industrial.

### PCP com os trabalhadores

**Henrique Sousa**, intervenido na reunião com os trabalhadores, afirmou:

«Faremos tudo quanto estiver ao nosso alcance para apoiar a luta dos trabalhadores da Fábrica do Ferro.

«Esperamos que procedam do mesmo modo todas as outras forças políticas democráticas e todos quantos compreendem a gravidade e as implicações sociais da situação da empresa e dos seus trabalhadores. Ao mesmo tempo que aqui afirmamos a nossa solidariedade activa, queremos também tornar claro que nada pode substituir a vossa unidade e a vossa luta.

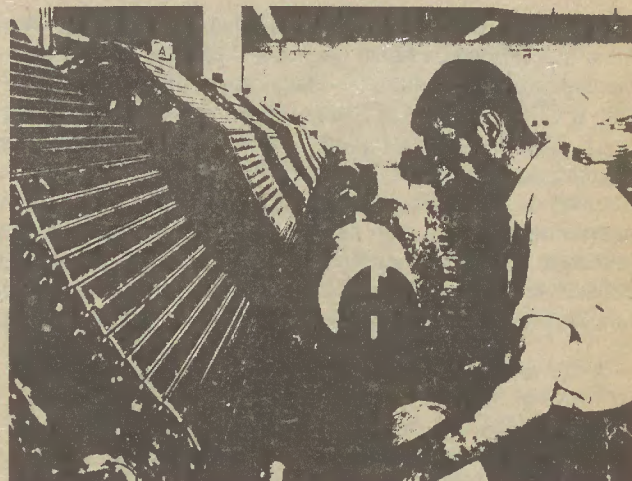
«Quanto a nós, PCP, como força política responsável e como partido identificado com as aspirações dos trabalhadores interviremos junto das instituições para que seja ultrapassada a passividade manifesta do Governo; para que seja exigida pelas autoridades competentes o respeito da legalidade e dos direitos dos trabalhadores por parte da administração da empresa; para que o Governo não se exima às suas responsabilidades políticas relativamente à viabilização de uma empresa determinante na vida económica e social de Fafe e da região; para que sejam adoptadas medidas sociais de emergência que ajudem a minorar a aflictiva situação dos trabalhadores, designadamente a não cobrança do Imposto Complementar tendo em consideração os salários em atraso, bem como a atribuição de um subsídio extraordinário que possa ser deduzido nas dívidas patronais aos trabalhadores».

Também o deputado **José Manuel Mendes** assegurou aos trabalhadores o compromisso de, «no âmbito das competências da Assembleia da República, tomar as iniciativas adequadas para que seja esclarecido o que pensa o Governo fazer face à gravidade da situação da Fábrica do Ferro e em apoio das reclamações dos trabalhadores que visam, afinal, o próprio cumprimento da legalidade desrespeitada pelos patrões».

### Garantir 900 postos de trabalho

A informação colhida pela delegação do PCP junto dos trabalhadores da Fábrica do Ferro reforça e confirma a necessidade de que tudo seja feito para impedir o ecerramento desta importante e histórica unidade industrial têxtil da nossa região, de que tudo seja feito para garantir os 900 postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores ameaçados. Para que sejam evitadas as graves consequências económicas e sociais que, para Fafe e para os seus trabalhadores, resultariam do desaparecimento da sua maior unidade empregadora e da evidente impossibilidade de geração correspondente de novos empregos.

A propagandeada modernização e reestruturação da indústria têxtil não pode ser



realizada assim, à custa de desemprego massivo, da ofensa dos direitos laborais, de graves prejuízos do desenvolvimento regional.

A Comissão Distrital de Braga do PCP, tendo em conta o exame feito à situação na Fábrica do Ferro e às suas implicações económicas e sociais, decidiu tomar as seguintes iniciativas:

- Apelar a todas as forças democráticas do distrito para que conivjam na defesa dos direitos dos 900 trabalhadores da Fábrica do Ferro, pela viabilização da empresa e no apoio a medidas de emergência social que tenham em conta a gravidade da situação;

- Reclamar do Governo e dos seus representantes no distrito medidas práticas visando obrigar a administração da empresa a assumir as responsabilidades que lhe cabem quanto à laboração da empresa e quanto ao respeito dos direitos laborais;

## Camaradas Falecidos

### Alda Rodrigues

A direcção do Sector de Artes e Letras e a célula dos trabalhadores do Teatro da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português lamentam profundamente o falecimento da grande actriz **Alda Rodrigues**, querida camarada e militante do PCP.

A sua morte é uma enorme perda para o teatro, para a democracia e para o País que ela tanto amava. No seu partido, o PCP, recordá-la-emos sempre como uma mulher inteligente e sensível, que estava, na vida e na arte, com todos os trabalhadores, participando firmemente na luta pela revolução e pelo socialismo, salientam aqueles organismos do Partido.

### Joaquim José Quintino

Doente há já alguns meses, faleceu recentemente o nosso camarada **Joaquim José Quintino**, de 58 anos, membro do secretariado da célula da Siderurgia Nacional (SN), do Selxal, onde exercia as funções de controlador de produção. Trabalhador respeitadíssimo, foi um activo membro do

- Propor que seja atribuído um subsídio imediato e extraordinário de emergência pelo Governo aos trabalhadores da Fábrica do Ferro, a deduzir nos salários devidos pela entidade patronal, e que não seja cobrado o Imposto Complementar, atendendo à situação existente de salários em atraso, como já foi proposto pelos trabalhadores em abaixo-assinado ao ministro das Finanças;

- Requerer, por via do Grupo Parlamentar do PCP, o esclarecimento de quais as intenções e acções do Governo para responder à grave situação social existente na Fábrica do Ferro e à ilegalidade do procedimento patronal.

A Comissão Distrital de Braga do PCP enviou uma exposição com estas preocupações e propostas às direcções distritais do PS e do PRD e ao governador civil, na sua qualidade de representante do Governo no distrito, a quem igualmente solicitou uma entrevista sobre este assunto.

nosso Partido, com múltiplas provas de dedicação e empenhamento.

### Isaías Brioso

Membro da organização local de Vialonga (concelho de V. Franca de Xira), faleceu o camarada **Isaías Brioso**, de 71 anos, activista do Partido na freguesia.

### Bartolomeu Mateus

Informa-nos a Comissão de Freguesia de Vialonga do PCP que faleceu o militante comunista **Bartolomeu Mateus**, de 79 anos, antifascista de longa data.

### Anacleto Gouveia Nobre

Membro da organização concelhia de Mortágua, distrito de Viseu, faleceu o militante comunista **Anacleto Gouveia Nobre**, de 73 anos, reformado.

★ ★

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» transmite sentidas condolências.

**Covilhã**

## Lanofabril deve ser apoiada

Através da Comissão Concelhia, os comunistas da Covilhã manifestam a sua total e inteira solidariedade à luta que os cerca de 300 trabalhadores da **Lanofabril** têm desenvolvido pelo pagamento de salários, a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

Para o PCP a situação desta empresa tem origens na péssima gestão praticada e foi agravada pela incompetência de sucessivos governos que não tomaram as medidas que levassem ao saneamento financeiro da empresa e à sua viabilização.

A empresa deve 16 mil contos desde 1984, e, a estes, já acumulou um débito de 40% do 13.º mês de 1987 e o subsídio de férias de 1988.

É por isso incompreensível e como tal inaceitável que a administração pretenda que os trabalhadores aceitem apenas uma parte

dos salários. A administração da empresa tem de assumir as suas responsabilidades perante todos os que na empresa trabalham, sublinha a Comissão Concelhia do PCP.

No momento em que a empresa se apresentou a Tribunal com vista à realização de uma concordata, é lógico que por parte dos principais credores haja disponibilidade e abertura para a negociação do pagamento das dívidas da empresa e assim dar um contributo à continuação da empresa.

Por parte do Governo é necessário que demonstre com actos, e não com propaganda como fez com a des-

locação de Cavaco Silva à Covilhã, que está interessado na verdadeira reestruturação da indústria de lanifícios (estará?)

Com efeito, estando publicada a portaria e o despacho normativo que declara em reestruturação a indústria de lanifícios, ganha particular força a exigência de que também a **Lanofabril** deve ser apoiada com os fundos da reestruturação.

A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP exorta todos os trabalhadores a continuarem firmes, determinados e unidos.

Só assim poderão garantir o pagamento dos salários, a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

O PCP reafirma o seu inteiro apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores da **Lanofabril**.

**Anadia e Mealhada**

## Em contacto com a realidade

As Comissões Concelhias do PCP de **Anadia** e **Mealhada** promoveram recentemente uma intensa jornada de levantamento de problemas sentidos nesta região bairradina. Participaram o deputado do PCP **Fernando Gomes**, membros da Comissão Distrital de Aveiro, das Comissões Concelhias locais e ainda eleitos nas autarquias.

Esta delegação deslocou-se a vários estabelecimentos de carácter social, inteirando-se das suas inúmeras carências. Foi visível o pouco apoio prestado pelas respectivas autarquias na resolução de algumas questões que poderiam minimizar as dificuldades mais sentidas.

A visita envolveu os Hospitais de **Anadia** e **Mealhada**, a Escola Secundária da **Mealhada**, Bombeiros

Voluntários da **Mealhada** e **Pampilhosa** e a Junta de Freguesia de **Freguesia de Pampilhosa**.

Nas preocupações desta delegação estiveram ainda os problemas de tráfego e poluição, tendo-se deslocado aos lugares de **Paraimo**, **Mogofôres**, **Malaposta** e **Peneireiro**.

No **Paraimo** (Sangalhos) a população aguardava o deputado do PCP para, de viva voz, lhe exprimirem o seu desespero pela poluição do rio **Lindo**, provocada pelas descargas de uma empresa de destilaria, que para além de queimar as hordas, lhes invade as casas com um cheiro pestilento e pragas de insectos.

Também a população do **Peneireiro** em luta pela reabertura da passagem de nível, veio pedir ao deputado

do PCP que intervenha na AR sobre este assunto, na esperança de ver reaberta esta passagem de nível, que se encontra encerrada das 20 às 7 horas, o que causa grandes embaraços às populações de **Agulm**, **Peneireiro**, **Ventosa do Bairro** e **Seins**.

Outra situação desesperada é vivida pelos alunos das escolas secundária e preparatória da **Mealhada**, que, por falta de zonas cobertas, têm de aguardar à chuva a sua vez de almoçar ou apanhar transporte.

Cabe perguntar que aproveitamento podem ter estes alunos, quando têm de assistir às aulas completamente encharcados, para já não voltar a falar nos riscos que continuam a correr por atravessarem a Estrada Nacional n.º 1 sem qualquer sinalização?



Nacional

## DORT do PCP lembra

# Ministério Barreto «esqueceu» chuvadas do início do Verão...

### • Lavoura em situação difícil

Cada dia que passa confirma a gravidade da situação em que se encontram muitos agricultores do nosso país, a braços com as consequências das chuvadas do início do Verão. Conhecendo com rigor a realidade dos distritos de Vila Real e Bragança, o Executivo da DORT (Direcção Regional de Trás-os-Montes) do PCP volta ao contacto com os órgãos de Comunicação Social. Ao mesmo tempo que recorda o que sucedeu no início do Verão, a DORT critica o moroso «processo» do Governo Cavaco, em contraste flagrante com a aflição dos agricultores.

«De imediato», lembra a Direcção Regional do PCP, «diversas organizações de agricultores, autarquias e o Grupo Parlamentar do PCP chamaram a atenção do Governo para o desespero de milhares de agricultores, que viam todo o seu esforço e investimentos perdidos, tanto mais que o chamado «Seguro Agrícola» continua a não responder a estes problemas. Esta situação foi amplamente denunciada e documentada por diversos órgãos de Comunicação Social».

Que fez então o Governo, nomeadamente através do titular da Agricultura?

«Na altura da intempérie — são palavras da DORT — o Governo, com a sua habitual demagogia, rodopiou apressadamente pela Televisão e jornais, proclamando que ia tomar medidas urgentes. Ministros houve que se deslocaram às regiões, anunciando milhares e milhares de contos e a linha de crédito com juros muito bonificados. Todavia, vieram as férias, os ministros foram bronzear-se e as apregoadas medidas ficaram por tomar».

### «Aqui é que a porca torce o rabo»...

Continuando o breve «histórico» do problema, a DORT recorda: «Em 15 de Setembro, no Conselho de Ministros, o titular da Agricultura apresentou um relatório sobre os prejuízos. Com base

nesse relatório, o Governo considerou que a situação não era suficientemente grave, que justificasse a atribuição de um subsídio a fundo perdido. É aqui que a porca torce o rabo, ou seja:

1. O Governo, através dos serviços do Ministério da Agricultura, não tomou as medidas necessárias para uma avaliação dos prejuízos;
2. Apesar desse alheamento e total inactividade governamental, e até de certa hostilidade de alguns serviços oficiais, as organizações de agricultores, em colaboração com certas autarquias, fizeram esse levantamento e obtiveram dados que contrariam e refutam os dados oficiais.»

### Urgência de caracol...

Prossegue a DORT do PCP: A urgência do Governo é

assim: o mau tempo fez-se sentir até meados de Julho, o Conselho de Ministros decidiu em 15 de Setembro, o decreto-lei é publicado em 24 de Outubro, e os agricultores terão direito ao crédito lá para Outubro de 1989... Isto é, passado mais de um ano sobre os temporais: é a chamada urgência do caracol!

É evidente que o decreto não responde às dificuldades para que aparentemente é criado: «facultar recursos para financiamento do capital fixo e circulante das unidades produtivas do sector, com o objectivo de reparar prejuízos causados, através da reposição dos rendimentos e da capacidade produtiva das empresas...» (do preâmbulo do decreto-lei). Será que para o Governo não há campanha agrícola em 88/89?

Também os juros agora anunciados (8,5 no 1.º e 2.º ano e crescente até 100% no 6.º ano) não correspondem às propagandas em Agosto pelo Ministério das Finanças que falava de 6 ou 7%...

Mas a questão principal é que estas linhas de crédito não respondem aos problemas dos pequenos e médios agricultores, os mais atingidos e os que maiores dificuldades terão em se recompor. Os créditos não servem o pequeno, que tendo já dificuldades em assegurar rendimentos para aguentar a exploração e alimentar a família, nada lhe sobre em anos normais para pagar juros e amortizações. Ele necessita do subsídio a fundo perdido, quer para os investimentos da presente campanha quer

para alimentar, vestir e educar até ao próximo S. Miguel os seus filhos».

E podemos até prever que muitos destes créditos, à semelhança de situações anteriores, vão ser aproveitados em grande parte pelos proprietários absentistas para engordarem mais com as bonificações dos juros.

### A proposta do PCP

A 5 de Julho o Grupo Parlamentar do PCP interveio na sessão plenária da Assembleia da República e entregou na Mesa um projecto de resolução para os problemas dos milhares de agricultores atingidos pela calamidade climática. Durante o período de férias voltaram a insistir junto da Comissão Permanente da Assembleia da República. A cumplicidade dos deputados do PSD com o seu Governo e a passividade dos outros (PS, PRD e CDS) perante o problema levou a que a resolução ainda não tivesse sido votada e melhorada.

Eis a proposta apresentada pelos parlamentares comunistas:

● Deferimento, por dois anos, sem juros, do pagamento dos débitos contraídos pelos agricultores, individuais ou colectivos, junto da EPAC e outras empresas na aquisição de sementes e outros factores de produção para a campanha de Outono/Inverno 87/88 e Primavera/Verão 88, sobre-rogando-se o Estado nos créditos das empresas em causa.

● Concessão aos agricultores afectados de um subsídio a fundo perdido em função dos prejuízos concretos registados e das respectivas receitas não realizadas;

● Alargamento do âmbito de cobertura do Seguro Agrícola de colheitas;

● Criação, no âmbito da Comissão de Agricultura, de uma subcomissão eventual para análise dos prejuízos sofridos pelos agricultores e que, em cooperação com o Governo, as autarquias das áreas atingidas e as organizações representativas da lavoura, faça o levantamento da situação e proponha e acompanhe as medidas adequadas.

Não é em vão que dizemos: dos agricultores, esses partidos e Cavaco Silva só querem os votos nas eleições.

Continuaremos a lutar para que a lavoura tenha os subsídios que necessita. Não ardeu só o Chiado em Lisboa: infelizmente, toda a agricultura nacional é um imenso Chiado!... Comenta o Executivo da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP.

## Efacec/Rabor

# Incerteza e coacção

«Em perfeita sintonia com a política do Governo PSD, a administração da Efacec/Rabor vem pondo em execução na empresa toda uma série de medidas, reestruturadas e ordens de serviço, que se traduzem na redução drástica dos postos de trabalho e atingem os direitos dos trabalhadores. Procura assim antecipar-se cá dentro à aplicação do pacote laboral», alertava em comunicado divulgado há dias a célula do PCP na Rabor, em Ovar.

Dirigida aos trabalhadores e à opinião pública, a breve nota, onde se apela à defesa dos postos de trabalho, a célula do PCP na empresa esclarece mais adiante:

«A sangria de quadros e outros trabalhadores da Rabor — cerca de duas centenas nos últimos sete anos — obedece a todo um plano previamente programado pela administração da empresa com aquele fim.

«Sucessivas declarações solenes e entrevistas, feitas aos jornais em Abril de 1981 pelos seus responsáveis, de garantia absoluta na manutenção dos postos de trabalho (mesmo com o recurso a novas tecnologias) serviram tão somente para encobrir os seus verdadeiros planos em reduzir o número de trabalhadores.

«Após um longo período de perseguições continuas e discriminações, tanto profissionais como salariais, aos trabalhadores, a administração da Efacec/Rabor criou na empresa um ambiente de incerteza e coacção psicológica tendente à diminuição acelerada dos postos de trabalho. É esse o resultado da pretensa modernização.

«Longe de resolver os problemas dos trabalhadores, melhorar as suas condições de trabalho e de remuneração a administração da Efacec/Rabor agrava-os de dia para dia.

«A implementação recente de um novo programa de «segurança», com o recurso a empresas especializadas é mais um novo e preocupante factor de pressão e intimidação dos trabalhadores.»

### Aposta na divisão

A concluir, a célula do PCP refere que «a administração da Efacec/Rabor não se fica por aqui. A revelia das organizações dos trabalhadores, pretende introduzir na empresa uma nova «classificação de níveis remuneratórios» ainda mais sofisticada do que os prémios de mérito, e assim intensificar os ritmos de trabalho.

«À instabilidade e degradação das relações de trabalho já criadas, a administração da empresa teima desta forma a dividir a divisão entre trabalhadores, que lhe facilite a aplicação de novos meios de repressão e exploração.

«A célula da Rabor do PCP denuncia todas estas medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores, dos seus direitos constitucionais e contratuais, e apela à unidade dos trabalhadores e ao reforço das suas organizações representativas como único meio de travar esta ofensiva repressiva e divisionista.»

## Encontro Nacional sobre caça

Informa a Direcção Regional do Alentejo (DORA) do PCP que vai decorrer depois de amanhã em Lisboa um Encontro Nacional do Partido sobre a caça.

Este Encontro tem como objectivo corresponder a um necessário debate sobre a filosofia global de uma política de caça e, nesta perspectiva, sobre o seu enquadramento jurídico.

«Para um amplo e produtivo debate, no nosso entender, vai ser importantíssima a contribuição de camaradas, amigos e outras pessoas interessadas, na área das autarquias, associações de defesa do ambiente e outras áreas», sublinha a DORA.

O Encontro terá lugar na sala Gulbenkian da Voz do Operário, entre as 10 e as 17 horas.

## Festa de Natal em Seia

No renovado Centro de Trabalho do PCP em Seia já se iniciaram os ensaios do teatro e canções da Festa de Natal/88, marcada para 8 de Dezembro. Muito carinho envolve a organização desta festa, que os comunistas oferecem a todas as crianças da localidade serrana. Brevemente daremos mais pormenores sobre a iniciativa, mas para já garantimos que não vão faltar, além do teatro, das canções e da poesia, o tradicional Pai Natal e uma banca recheada de brinquedos. E já agora um apelo dirigido aos comunistas e não só: passem pelo Centro de Trabalho e informem-se sobre a preparação da Festa. Uma ajuda será sempre bem recebida!

# Reprivatizações nos Seguros

### • Comunistas comentam

«No prosseguimento da sua ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado, o Governo PSD/Cavaco/Silva avançou agora contra o sector nacionalizado de Seguros ao decidir reprivatizar a «Tranquilidade» e a «Aliança Seguradora», primeiro passo para a total desnacionalização do sector, medida que não pode deixar de merecer o mais frontal repúdio, sublinha uma breve nota do organismo de direcção dos seguros de Lisboa do PCP, que acrescenta:

Num momento em que o fundamental seria reforçar o Sector Empresarial do Estado, por forma a garantir a defesa dos interesses nacionais para enfrentar o embate do Mercado Único Europeu, o Governo opta decididamente pelo desarme económico do Estado em proveito dos grandes capitalistas». Mais adiante pode ler-se: «Atente-se no conteúdo do acordo esta-

belecido entre o PSD e o PS que, a ser concretizado na próxima revisão constitucional, permitirá a reconstituição dos grupos monopolistas e, bem assim, o domínio da economia nacional pelos grandes grupos internacionais.

Os trabalhadores que alcançaram com as nacionalizações importantes direitos e regalias e os mantiveram e reforçaram, ao longo dos anos, por virtude da existência de um forte sector nacionalizado, vêem assim seriamente ameaçado o seu futuro. No entanto, não será esta acção do Governo que os impedirá de aprofundar a sua unidade e de, em conjunto, lutar pela defesa dos seus direitos e interesses, de que as nacionalizações são parte integrante, conclui o telex do organismo de direcção de Lisboa dos trabalhadores comunistas dos Seguros.



## 3.º Congresso do MDM

# Um momento importante para a sociedade em geral e as mulheres em particular

Com a presença de 445 congressistas, vindas de diversos pontos do País, realizou-se no passado fim-de-semana na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa o 3.º Congresso do Movimento Democrático das Mulheres (MDM), que teve por consigna «Ousar a igualdade, exigir o desenvolvimento, agir pela paz». Se o amplo auditório esteve permanentemente habitado nos períodos de funcionamento plenário, o mesmo se pode e deve dizer das instalações adjacentes onde funcionaram secções de trabalho, exposições, bancas de livros, vendas de artesanato e serviços de apoio. Houve, de facto, muito mais gente a passar pela Reitoria no passado fim-de-semana, para além das 445 delegadas ao Congresso, o que, por si só, foi eloquente amostra do sucesso da iniciativa — que assinalou também uma data significativa na vida do MDM: o 20.º aniversário da sua fundação.

Após a apresentação do diaporama «20 anos na defesa das mulheres», às 10 horas de sábado, iniciaram-se os trabalhos com uma saudação e intervenções de dirigentes do MDM sobre a «Carta dos Direitos da Mulher», «O pulsar da vida e a luta das mulheres portuguesas entre 1984 (data do 2.º Congresso) e 1988» e «MDM — um Movimento com a força da vida», que constituíram três documentos centrais levados ao Congresso e que abordamos noutra local.

Depois do almoço houve um «apontamento cultural» e o debate prosseguiu centrado na consigna «Mulher Futuro — Ousar a Igualdade, Exigir o Desenvolvimento, Agir pela Paz». A partir das 21 e 30 (e ainda no sábado) realizou-se um espectáculo de solidariedade apresentado por Estrela Novais e onde actuaram a cantora cubana

Nereida Naranjo, lo Apolloni, Maria Guinot e Paulino Vieira, gerando um «ar de festa» que rapidamente pôs a dançar centenas de espectadores.

A manhã de domingo foi preenchida com três «mesas-redondas» que funcionaram em simultâneo e abriram caminho a dezenas de intervenções. Importa determinarmos um pouco nestas «mesas-redondas», pela importância dos temas tratados e o interesse com que foram seguidos.

Uma, designada «As mulheres, cidadãs do mundo», decorreu na Aula Magna e foi essencialmente ocupada com intervenções de Portugal e de convidadas estrangeiras (estiveram presentes 16 delegações, nomeadamente da Federação Democrática Internacional das Mulheres — FDIM — da Hungria, França, Moçambique, URSS, Angola,



Pormenor da assistência

Cuba, Timor-Leste, Jugoslávia, S. Tomé e Príncipe, Roménia, Espanha, Polónia, Itália e Bulgária).

Outra decorreu na Sala de Conferências e subordinou-se ao tema «Modernidade — versus e reversus», estando em discussão temas como as novas tecnologias do mundo do trabalho, as novas tecnologias de reprodução, a manipulação genética e a SIDA, o que circunstanciou uma das sessões mais vivas e originais do Congresso.

A terceira «mesa-redonda» chamou-se «Educação, Informação — fermento da mudança», decorreu no Salão Nobre e virou-se para o debate de questões ligadas à educação, informação e juventude.

### Alguns dados

Na parte da tarde de domingo os trabalhos do Con-

gresso decorreram apenas na Aula Magna, onde as delegadas discutiram e votaram o balanço dos últimos quatro anos na vida do MDM e das mulheres, a «Carta dos Direitos da Mulher» e uma «análise política» do período 1984-88 — ou seja os documentos principais presentes no Congresso — sendo ainda propostas para ratificação pequenas alterações aos Estatutos do Movimento. Posto isto foi eleito o novo Conselho Nacional do MDM, seguindo-se um breve interlúdio cultural animado por Maria Guinot que precedeu a apresentação da Direcção Nacional e do

gresso decorreram apenas na Aula Magna, onde as delegadas discutiram e votaram o balanço dos últimos quatro anos na vida do MDM e das mulheres, a «Carta dos Direitos da Mulher» e uma «análise política» do período 1984-88 — ou seja os documentos principais presentes no Congresso — sendo ainda propostas para ratificação pequenas alterações aos Estatutos do Movimento. Posto isto foi eleito o novo Conselho Nacional do MDM, seguindo-se um breve interlúdio cultural animado por Maria Guinot que precedeu a apresentação da Direcção Nacional e do



Dois aspectos da mesa do Congresso; um deles já após a eleição do novo Conselho Nacional do MDM (foto da direita)

Secretariado do MDM. Refira-se que a eleição do Conselho Nacional fez-se por maioria, com uma abstenção.

Rematando este alinhamento de dados sobre o 3.º Congresso do MDM terá interesse referir que a diferenciação socioprofissional das 445 congressistas se traduziu num leque bastante amplo. Estiveram presentes 132 mulheres do sector de serviços, 74 operárias, 91 domésticas, 34 professoras, 29 técnicas,

13 estudantes, 8 comerciantes, 1 agricultora, 22 intelectuais, 5 artesãs e 37 de profissões diversas. Há ainda a acrescentar mais nove congressistas que, tendo também profissões diversas, possuíam algo em comum: a situação de desempregadas.

Além da apresentação e discussão dos documentos centrais do Congresso, foram produzidas muitas dezenas de intervenções quer nos ple-

nários quer nas secções e que, naturalmente, não podemos condensar por absoluta falta de espaço. Mas impõe-se uma nota: não é vulgar encontrar-se um entusiasmo desta amplitude como o que registámos nos dois dias do 3.º Congresso do MDM, quer pelo calor dos aplausos, quer pela vivacidade com que participantes e visitantes acompanharam a generalidade dos trabalhos.

### Vivacidade

Já referimos a festa que brotou, naturalmente, no sábado à noite durante o espectáculo. Foi uma nota, entre outras, a mostrar a vivacidade que caracterizou a iniciativa — ou bastantes momentos dela — e de que a visitada exposição de pintura, ou a mostra de artesanato e bordados ou, ainda, uma original «passagem de modelos» de fatos tradicionais as mulheres do Pego (concelho e Abrantes) foram também pontos de referência.

A exposição apresentava diversos painéis alusivos à actividade do MDM ao longo dos anos, ilustrando a sua capacidade de intervenção e presença constante na vida nacional, a par de uma amostra de pintura onde se podiam apreciar trabalhos de Margarida Tengarrinha, Maria Gabriel, Clementina Carneiro de Moura, Sara Teixeira e Ana Branca. Colocada num átrio de passagem, esta exposição (como pudémos constatar) teve o mérito de atrair permanentemente as atenções durante os dois dias do Congresso.

Num outro átrio — o da entrada — o artesanato, a banca

de livros, os labores, a tecelagem, etc., cativavam igualmente as atenções, detendo os visitantes e envolvendo o recinto central do Congresso — a Aula Magna — num constante «cordão» de convívio. Quanto à «passagem de modelos» das mulheres do Pego, realizada na Aula Magna quando estava próxima a apresentação do novo Conselho Nacional do MDM, constituiu uma interessante amostra da vida, cultura, cos-

tumes, tradições e referências socioeconómicas daquela região desde o século passado e através do vestuário feminino, proporcionando à assistência leituras e apreensões bem distintas das que, ociosamente, se colhem nas passagens de modelos tradicionais...

Uma nota final, que podemos construir até dos breves apontamentos de reportagem aqui alinhavados: o 3.º Con-

gresso do MDM constituiu um sucesso a vários níveis — de organização, de participação, de dinamização, de discussão, etc. — mas, sobretudo, foi um momento inquestionavelmente importante quer para as mulheres portuguesas em particular, quer para a nossa sociedade em geral, pela importância dos problemas nele tratados e o empenho em os enfrentar e resolver que o próprio Congresso, em si mesmo, significou.



Às vezes as (muitas) saudações chegadas à mesa do Congresso assumiam o tom mais concreto de ofertas entregues pessoalmente

## Três documentos, uma «Carta de Direitos»

O 3.º Congresso do MDM produziu três documentos centrais que tinham, como designação genérica, «O pulsar da vida e luta das mulheres portuguesas entre 1984 e 1988», «O MDM — um movimento com a força da vida» e «Carta dos Direitos da Mulher». Abordemo-los, ainda que sucintamente.

O primeiro documento referido — «O pulsar da vida e da luta das mulheres portuguesas entre 1984-1988» — constitui, em certa medida, um balanço da luta das mulheres do nosso País nestes últimos quatro anos em defesa dos seus direitos e no quadro de uma política geral crescentemente gravosa para os trabalhadores. Recordando que «Portugal tem como património específico da sua democracia a legislação mais avançada da Europa, designadamente no que se refere aos direitos da mulher» e que «o pulsar da vida das mulheres entre 1984 e 1988 não pode ser desligado do percurso das mulheres designadamente na luta antifascista, no 25 de Abril e nos últimos

14 anos», o documento explicita e prova que «muitos dos direitos consagrados na lei não têm sido aplicados» assumindo os órgãos de soberania diferentes responsabilidades nesse facto, de acordo com as suas competências específicas. As discriminações e injustiças que se avolumaram sobre as mulheres portuguesas nos últimos quatro anos por responsabilidade directa dos sucessivos governos (PS/PSD e PSD) são abundantemente denunciadas no documento, assim como os condicionamentos à luta das mulheres pelo exercício dos seus direitos, as desigualdades sociais que aprofundam as discriminações, o aumento do desemprego feminino neste período, a ques-

tão da formação profissional, a situação gravosa da saúde, com reflexos na assistência às mulheres e às crianças, etc.

Por outro lado o «MDM — um Movimento com a Força da Vida» é um documento que mostra e explica a rica e diversificada capacidade de intervenção do Movimento Democrático das Mulheres no nosso País, quer explicando o seu funcionamento orgânico (órgãos de direcção, diversos departamentos, estruturas distritais e núcleos, etc.), quer enunciando as diversas frentes onde tem actuado, seja na comemoração de datas, seja em batalhas bem mais vastas e complexas como a exigência do cumprimento das leis, a luta contra a degradação da condição de vida ou pela Paz e o desarmamento.

### Uma Carta especial

Finalmente a «Carta dos Direitos da Mulher» consti-

tui, como nela se refere a dado passo, uma «proposta-desafio para a unidade das mulheres portuguesas na continuação da luta firme e decidida pela defesa dos seus/nossos direitos». Diz a introdução deste documento: «Neste ano de 1988, comemoramos, como Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, 20 anos de um percurso de luta e reflexão conjunta de mulheres, que descobrimos na acção e na unidade, a alegria e a força de uma identidade que reivindicamos.

«Somos mulheres que assumimos a diferença como uma riqueza potencializadora da unidade, baseada no respeito da igualdade, da justiça e da Democracia.

«Somos mulheres empregadas, donas de casa, intelectuais, operárias, camponesas, de diferentes idades e sensibilidades, que nos reivindicamos sujeitos activos da transformação da vida e do mundo.

«Questionamos os nossos quotidianos, o nosso estatuto, a nossa biologia, os nossos afectos, a relação com os outros, que integramos num conceito de Democracia, cuja essência e aprofundamento exige a eliminação das discriminações sexistas e de classe e se exprime na possibilidade de realização plena do ser humano, homem e mulher em todas as áreas de vida económica, social, familiar, cultural e política.

«Questionamos a sociedade, os modelos de desenvolvimento e modernidade, o aproveitamento das nossas riquezas humanas e materiais numa perspectiva de justiça social que potencialize a intervenção criativa e permita a igualdade de oportunidades e tratamento para todos, homens e mulheres.

«Questionamos o mundo, a necessidade de diálogo entre os povos, no respeito da diferença, da não ingerência (homem-mulher), da dignidade humana, da democracia e da

paiz. «A nossa «Carta dos Direitos da Mulher» tem também ela um percurso que se iniciou quando aprovámos o 1.º Caderno Reivindicativo das Mulheres» no nosso 1.º Encontro do MDM realizado em pleno fascismo.

«Tempo do fascismo esse onde nasceu o nosso movimento, herdeiro dos ideais libertadores, da Igualdade e Justiça, de outras mulheres e organizações feministas portuguesas, que desde o início do século ousaram romper o silêncio.

«Se no fascismo ousar pensar e agir era considerado um acto de terrorismo, as mulheres ao ousarem fazê-lo organizando-se no MDM em 1968, assumiram um desafio e uma determinação que nos permite assumir também como nossa, a Revolução de Abril. Revolução de Liberdade e de Esperança.

«Hoje porém os tempos são outros. Temos leis que garantem a igualdade mas

que são violadas diariamente e os cercos apertam-se para a marginalização e opressão da mulher.

«Se os processos de libertação dos povos são sempre processos difíceis, com avanços e recuos, nestes, os caminhos da emancipação e da libertação da mulher, mais difíceis são, porque mais profundas são também, as raízes da opressão e da manipulação da mulher.

«A existência de discriminações, violência e humilhações em relação à mulher, é incompatível com o respeito da dignidade humana, é um obstáculo ao Progresso Social, à Paz e à Democracia.

«Por isso nós existimos, Movimento Democrático das Mulheres, como movimento de opinião e intervenção, espaço — encontro de mulheres, porta-voz das suas aspirações e reivindicações, ponto de convergência de acção /consciencialização».

Entretanto basta enunciar

os 10 temas centrais desta «Carta» para se ter uma ideia do seu profundo significado. São eles:

1 — Promoção e dignificação do trabalho e do emprego da mulher; um direito e uma necessidade do desenvolvimento; 2 — Família: uma opção em liberdade, um espaço de partilha e de identidade da mulher; 3 — Sexualidade, procriação e saúde: direito que a mulher tem de conhecer para gerir; 4 — Maternidade/Paternidade: um direito, uma conquista a defender; 5 — Aborto: um direito da mulher, como último recurso face a uma gravidez não desejada; 6 — Violência e maus tratos sobre a mulher: um atentado à dignidade e à liberdade; 7 — Mulheres idosas: o direito à vida em dignidade; 8 — Transformação das mentalidades: uma necessidade para a igualdade; 9 — As mulheres nos centros de decisão: exercício de um direito; 10 — Paz: uma exigência para a igualdade.



As mulheres do Pego (concelho de Abrantes)



## Assembleia da República

# Em questão os problemas do Ensino Deputados jovens do PCP reúnem com associações e reitores

Com vista a apurar os principais problemas e carências sentidos na Universidade Nova, realiza-se hoje nas respectivas instalações daquele estabelecimento de ensino um encontro entre o seu Reitor e uma delegação dos deputados jovens do Grupo Parlamentar do PCP.

Promovida por iniciativa dos parlamentares comunistas, esta reunião culmina uma série de outros encon-

tros levados a efeito com o mesmo fim com os reitores das Universidades Técnica e Clássica e com associações de estudantes e outras organizações juvenis.

Considerados de grande utilidade, estes contactos têm permitido proceder a um levantamento mais ou menos exaustivo das principais questões e problemas com que se defronta este sector, dando ensejo na acção futu-

ra dos parlamentares comunistas a uma intervenção mais pronta e eficaz que vá ao encontro e dê resposta aos anseios estudantis, quer no plano da discussão próxima do Orçamento de Estado quer em iniciativas legislativas futuras da responsabilidade da bancada comunista.

Dos encontros efectuados, um destaque para o que reuniu os jovens deputados do PCP com as associações de

estudantes (AEs) do distrito de Lisboa, no qual estiveram representadas 12 associações, reunião que permitiu uma pormenorizada sistematização das principais carências, designadamente no domínio das instalações e das condições de funcionamento.

Dificuldades no cumprimento da Lei das AEs (resultantes sobretudo da ausência da sua regulamentação) e um grande desconhecimento por parte dos estudantes quanto à legislação que lhes diz directamente respeito, constituíram duas das questões mais amplamente abordadas no decorrer do encontro, tendo ficado o compromisso por parte dos parlamentares comunistas de levarem a cabo a apresentação de requerimentos sobre estes e outros problemas.

Preocupações comuns foram ainda manifestadas quanto ao novo regime de acesso ao Ensino Superior (pelo que ele pode representar de aumento da selectividade), registando-se também neste domínio uma total falta de informação, a que não será alheia certamente a circunstância de as AEs não terem sido tidas nem achadas sobre o assunto.



As associações de estudantes continuam a desconhecer no geral importantes leis que lhes dizem directamente respeito

## Em causa a saúde dos portugueses Serviço de Sangue sobe ao Parlamento

A Assembleia da República agendou para a sua sessão plenária a realizar de hoje a oito dias um projecto de lei, da iniciativa do PCP, que cria o Serviço Nacional de Sangue.

Entre as razões que levaram o Grupo Parlamentar do PCP a tomar a iniciativa de suscitar um debate em torno de um problema como é o do Serviço de Sangue, de tão grave incidência para a saúde dos portugueses, avulta o facto de a utilização terapêutica do sangue e das suas fracções ter atingido no nosso País um nível preocupante, revelando-se manifestamente insuficientes e inadequados para um controlo e tratamento adequados do sangue, quer o actual enquadramento legal, quer os meios colocados à disposição das unidades de saúde.

Acresce, por outro lado, que Portugal tem um nível de colheitas de sangue das mais baixas da Europa, existindo actualmente autênticas redes de comércio ilegal de sangue, sem que o Ministério da Saúde tenha mostrado até ao momento ser capaz de adoptar medidas que alterem a presente situação.

O desenvolvimento de doenças que se transmitem pelo sangue, como é o caso da SIDA, exigiria, ao invés, como salienta um comunicado do Gabinete de Apoio dos parlamentares comunistas, que o Estado cumprindo as suas obrigações constitucionais, controlasse e fiscalizasse efectivamente todas as actividades relacionadas com



Urge tomar medidas de controlo e fiscalização de todas as actividades relacionadas com a colheita, preparação e embalagem do sangue

a colheita, preparação e embalagem do sangue.

Ora foi justamente com este objectivo que o Grupo Parlamentar comunista elaborou o presente projecto,

iniciativa que colheu já o apoio de diversas entidades, designadamente dos Hospitais Distritais de Santiago do Cacém e de Viseu, do Centro Hospitalar de Coimbra, do

Hospital Central Maria Pia, dos Hospitais de S. José e S. João e das Administrações Regionais de Saúde de Leiria, Viana do Castelo e Coimbra.

## Graves prejuízos na apicultura Situação exige rápida legislação — defende PCP

O Grupo Parlamentar do PCP diligenciará ainda no decorrer desta semana junto da Comissão de Agricultura no sentido de esta comissão especializada da Assembleia da República elaborar com urgência um parecer que permita dentro em breve a apreciação pelo Plenário de um projecto de lei da autoria da bancada comunista que estabeleça as bases gerais de regulamentação zootécnica-sanitária do sector apícola.

A justificar este pedido de urgência estão os graves prejuízos económicos sofridos pelos apicultores portugueses em consequência de uma parasitose que tem vindo a dizimar milhões de abelhas, justificando-se por isso, dada a gravidade de que se reveste a situação, uma intervenção do Estado no sentido de proceder a um ordenamento do sector apícola que garanta e salvaguarde os aspectos sanitários e produtivos.

Sem este conhecimento do estado sanitário apícola e de adequada legislação, torna-se bastante mais difícil o combate à varroose, correndo-se assim o risco de pôr em causa uma actividade que tem assistido a uma crescente expansão e cujos benefícios serão tanto directos (aproveitamento do mel, da cera, do pólen, do própolis e da geleia real) como indirectos (aumento da produtividade de algumas culturas

agrícolas e/ou florestais devido ao seu papel nos processos de polinização).

Assinale-se que esta parasitose é provocada por um ácaro que, segundo informação da Sociedade de Apicultores de Portugal, foi já detectado nos concelhos de Moura e Barrancos, desenhando-se a sua área de expansão actual.

A introdução no País deste parasita muito difícil de

controlar terá ocorrido, ou continuará a ocorrer, pela importação ilegal de rainhas e acompanhantes, de colónias de abelhas parasitadas, de contactos estabelecidos entre apiários colocados na zona fronteira portuguesa ou ainda de abelhas provenientes de colónias espanholas parasitadas, uma vez que a varroose foi já detectada, como assinala o preâmbulo do projecto de lei do PCP, na Região Autónoma Espanhola da Estremadura.



## ONU 43 anos em defesa da paz e do progresso

A passagem de mais um aniversário sobre a entrada em vigor da Carta da Organização das Nações Unidas foi objecto de um voto de congratulação na Assembleia da República no qual se exprime o apreço deste órgão de soberania pelo «admirável esforço desenvolvido pela ONU na defesa dos princípios e processos que foram, são e continuarão a ser a imperativa razão que lhe deu causa e que constitui um dos contributos mais enriquecedores do património da humanidade».

Acolhendo o apoio unânime da câmara, o voto salienta o «relevante significado» desta data histórica, lembrando a propósito o contributo das Nações Unidas para a paz e o progresso dos povos.

«Neste dia — assinala o texto do voto — nasceu a esperança porque se reconheceu que a palavra e o diálogo haveriam de ser os únicos instrumentos para dirimir conflitos internacionais e garantir a supremacia dos direitos fundamentais das pessoas, dos povos e dos Estados».

Depois de realçar as acções produzidas ao longo dos seus 43 anos de existência em favor da segurança e da paz como um factor que «legitimou a esperança», a Assembleia da República dirige também a sua saudação muito especial ao Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, a quem reconhece o importante papel de ter decididamente contribuído para a «dignificação da ONU e para a realização dos seus altos objectivos».

Numa declaração proferida em nome da bancada comunista, o deputado Vidigal Amaro, depois de enaltecer o contributo decisivo das Nações Unidas ao longo da sua existência na manutenção da paz, abordou a questão de Timor, manifestando a esperança de que ela mereça naquele fórum internacional uma resolução que condene a Indonésia, contribuindo assim para pôr fim ao genocídio praticado contra o povo maubere e simultaneamente garantir o seu direito à autodeterminação e independência.

### Atletas deficientes brilham em Seul

Merecedora de um outro voto de congratulação foi também a delegação portuguesa que participou nos Jogos Olímpicos para Deficientes, recentemente realizados em Seul.

Nestes Jogos, recorde-se, participaram 13 atletas, cujo brilhante comportamento, com «esforço, dedicação e desportivismo», como assinala o voto apresentado pelos deputados comunistas, permitiu conquistar nada mais nada menos de que três medalhas de ouro, quatro de prata e cinco de bronze, em várias modalidades, «dignificando desta forma o desporto nacional».

No texto do voto aprovado por unanimidade, a Assembleia da República saúda ainda «calorosamente» os atletas que participaram nos Jogos Olímpicos para Deficientes e pronuncia-se pela «adoção de medidas tendentes a apoiar e desenvolver o desporto para deficientes».



Assembleia da República

## Sem estar agendada

# Demissão de Constâncio polariza atenções do Parlamento

Com o seu epicentro no Largo do Rato, em Lisboa, as reacções em cadeia provocadas pela demissão de Vítor Constâncio do cargo de secretário-geral do Partido Socialista chegaram também em força à Assembleia da República.

Antes mesmo do seu anúncio público e oficial transmitido em conferência de imprensa, ainda mal o Presidente da Mesa dava por aberta a sessão, já rumores sobre a decisão do líder socialista corriam velozmente nos corredores do Palácio de S. Bento, adensando o mistério, aguçando a curiosidade e suscitando perplexidade e surpresa entre deputados e jornalistas.

Instalado o alvoroço, com as pessoas a desmultiplicarem-se em contactos no sentido de obterem a confirmação da bombástica notícia, tornava-se a partir daí evidente que os trabalhos da sessão plenária estariam irremediavelmente perturbados.

Encontrar explicações para tão inesperada quanto grave decisão, saber pormenores, passou então a constituir a única razão capaz de polarizar as atenções gerais, com o hemisfério a conhecer o êxodo de um número crescente de deputados, enquanto, em sentido inverso, os corredores,

o bar e os Passos Perdidos conheciam uma inesperada e inusitada movimentação.

Sem que fossem completamente conhecidas e compreendidas as razões, num terreno naturalmente fértil às especulações, uma ideia começou entretanto, proveniente de vários quadrantes, a ganhar forma nas conversas de bastidores: o acordo de revisão constitucional celebrado entre o PS e o PSD não seria alheio à decisão agora tomada por Vítor Constâncio.

Com fundamento ou não,

a verdade é que a questão do acordo veio mesmo à baila, estando presente nas palavras que vários dirigentes partidários, instados pelos órgãos de comunicação social, proferiram como primeiras reacções à demissão do dirigente do PS.

Comentando o sucedido, a Secção de Informação e Propaganda do PCP emitiu no mesmo dia uma nota em que afirmava que o anúncio da demissão do secretário-geral do PS constitui um acontecimento que introduz novos factores na vida política nacional».

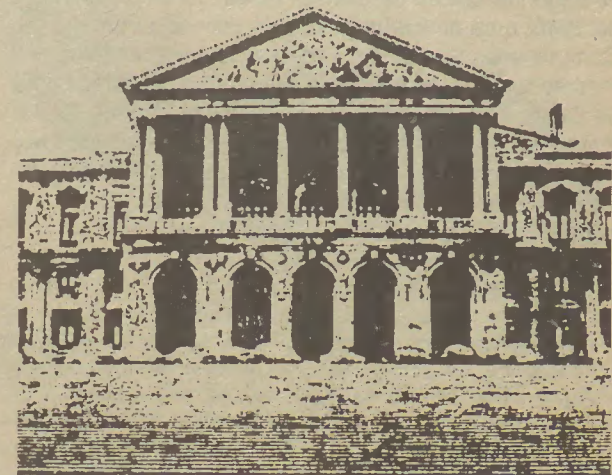
Considerando na altura em que foi divulgada a nota ser cedo para «se ajuizar» do desenvolvimento desta decisão do líder socialista, A SIP fazia depender todavia uma apreciação posterior do PCP sobre este acontecimento das «orientações e posições que o PS vier a adoptar».

Opinião diversa foi entretanto rapidamente sustentada pelos partidos de direita, com o CDS pela voz da Naraña Coissoró a apressar-se a dizer que a demissão de Vítor Constâncio «não afecta em nada o acordo de revisão» e o novo líder parlamentar do PSD, Montalvão Machado, a manifestar em sentido idêntico a sua convicção de que o acordo e a própria revisão não estão em «perigo».

## Sistema Estatístico

Com um reduzido número de deputados a participar nos trabalhos, a sessão realizada faz hoje oito dias não deixou entretanto de cumprir a agenda de trabalhos prevista, constituída pela apreciação de uma proposta de lei de bases do sistema estatístico nacional, a qual confere autonomia técnica e operacionalidade àqueles serviços, admitindo simultaneamente no seu órgão competente os parceiros sociais representados pelas centrais sindicais e pelas entidades patronais.

Definindo a posição do PCP sobre esta matéria, lida Figueiredo manifestou a sua concordância quanto à necessidade de uma reestruturação do Sistema Estatístico Nacional em resultado de vários «estrangulamentos e alguns desajustamentos de ordem legal e estrutural», mas lamentou que no articulado da proposta não apareçam expressas as medidas necessárias para pôr cobro a estes impedimentos, ficando-se o diploma em sua opinião por um «enunciado genérico, pouco claro, remetendo para regulamentação posterior aspectos fundamentais do seu funcionamento, deixando dúvidas sobre a efectiva independência do sistema e lançando a confusão sobre o fu-



turo dos trabalhadores do INE».

Ao terceiro escrutínio ficou entretanto finalmente completa a mesa da Assembleia da República, com a eleição dos deputados comunistas Cláudio Percheiro e Apolónia Teixeira, respectivamente como secretário e vice-secretário.

Ao sufrágio compareceram 173 deputados, totalizando 140 o número dos que votaram favoravelmente em Cláudio Percheiro e 142 os que deram o seu assentimento à eleição de Apolónia Teixeira.

## Em defesa da Constituição

Destaque na jornada parlamentar realizada faz hoje

oito dias merece ainda a entrega por uma delegação do Movimento de Defesa da Constituição de um **Apelo** dirigido à Comissão de Revisão Constitucional e aos grupos parlamentares.

Subscrito por mais de duas mil pessoas de várias áreas da vida política, social e cultural, o Apelo refere a dado passo que «rever a Constituição não pode significar alterá-la em aspectos substanciais», considerando ainda os signatários que é necessário «reafirmar consensos que deram corpo à democracia portuguesa, recusando firmemente as cedências ou compromissos que a direita procura alcançar».

## A arte de transformar carências em excedentes

Notícias recentemente vindas a lume dando como certa a exportação de manteiga produzida no nosso país para países da Comunidade Europeia foram na passada semana glosadas pelo deputado comunista Rogério Brito, que as considerou sem fundamento e destinadas apenas a esconder os resultados de uma política errada e contrária aos interesses dos nossos produtores de leite e da nossa economia.

Na base destas notícias estiveram, recorde-se, alegadas carências comunitárias em manteiga e uma falada operação de exportação do mesmo produto por parte do nosso país para suprir a minigua nos parceiros da Comunidade.

Tais carências, do ponto de vista do Governo e segundo as palavras do deputado comunista, teriam vindo mesmo a calhar uma vez que, dizia-se, o nosso país se encontrava a braços com excedentes de leite que por certo se iriam manter dado que não tínhamos exportado manteiga.

Rebatendo estas afirmações, Rogério Brito diria com alguma ironia ter sentido remorsos por críticas que anteriormente dirigira ao ministro da Agricultura por este em

finais de 1987 não conceder ajudas aos investimentos no sector bovino leiteiro que envolvessem aumentos do efectivo das explorações ou que visassem a substituição parcial do respectivo efectivo pecuário.

**«Aumentar os efectivos? Não com a ajuda do Governo e com a CEE. Substituir efectivos? Nunca! Rejuvenescer os efectivos? Para quê se temos excedentes? Vamos lá deixar envelhecer os bichinhos. Melhorar a genética dos nossos efectivos bovinos leiteiros? Para quê? Que importa que as elevadas produtividades alcançadas na Comunidade resultem cada vez mais de apuramentos genéticos obtidos com tecnologias de que não dispomos»,** comentaria da tribuna, faz hoje oito dias, o deputado comunista.

Esclarecida está assim a notícia que, invertendo a realidade, transformou por magia, segundo o orador, «uma situação de carência em excedente» e bem assim aquela outra que «acabou com os excedentes comunitários e os transformou em minigua».

Feitas as contas, afinal, quem tem falta de manteiga somos nós e em lugar de exportá-la vamos mas é importá-la.

## Terra

## Malpica do Tejo exige apuramento de responsabilidades

«Os agricultores exigem que sejam imediatamente apuradas responsabilidades e que os responsáveis sejam obrigados a pagar os prejuízos sofridos» — afirma o MARN-Beiras, numa nota sobre uma reunião que promoveu no dia 22 De Outubro na Casa do Povo de Malpica do Tejo (Castelo Branco) e que teve a participação de cerca de 200 pessoas.

Em causa estava a «situação de calamidade» surgida naquela região, onde — recorda o MARN-Beiras — se registou recentemente a **morte de mais de mil ovelhas e da totalidade dos enxames de abelhas (mais de 2 mil cortiços)**, com prejuízos da ordem dos milhares de contos. «Pode dizer-se que não há uma única família em Malpica do Tejo que não tenha

sofrido prejuízos».

A nota do MARN-Beiras sobre a reunião de Malpica do Tejo afirma que «a única explicação» para a calamidade «é a pulverização aérea de pesticidas feita a partir da pista de aviação da CELBI, no monte Galisteu, onde foram queimados resíduos químicos em grande quantidade». Aquela empresa de celulose «já era responsável

pela plantação indiscriminada de eucaliptos».

Na reunião de dia 22 foi eleita uma comissão de agricultores e foi decidido pedir audiências ao governador civil e ao presidente da Câmara de Castelo Branco e ao director regional da Beira Interior para «clarificar a situação existente e alcançar as indemnizações».

## Mirandela: «continuamos à espera»

«Continuamos à espera que as nossas reclamações sejam contempladas» — afirmam agricultores do concelho de Mirandela numa nota da sua Liga que foi enviada ao ministro da Agricultura, à Comissão de Agricultura da AR e aos órgãos de comunicação social.

A nota da Liga dos Agricultores de Mirandela seguiu-se a uma reunião na sede desta organização, onde foi analisado o ano agrícola que está a chegar ao fim.

«1988 foi mau para a agricultura a todos os níveis, tanto climático, como político» —

afirma-se na nota; recorda-se de seguida «a maior calamidade agrícola de todos os tempos que há memória»: as chuvas que provocaram perdas de 70 a 100 por cento nas produções de vinho, batata, amêndoa, feno e cereal, entre outras.

A Liga nota depois que, «como já vem sendo hábito quando se dão estes acontecimentos de autêntica catástrofe, os senhores governantes apressam-se a vir à Televisão dizer que tudo vai ser resolvido e que as pessoas prejudicadas irão ser compensadas»; só que, comenta a

Liga dos Agricultores de Mirandela, fazem-no «com o intuito de enterrar no tempo as acções que com a devida urgência deviam ser executadas».

Das reclamações que os agricultores aguardam que sejam satisfeitas, são referidas na nota «um seguro agrícola sério e adaptado à nossa agricultura», «um subsídio a fundo perdido para colmatar os prejuízos», alargamento dos prazos para liquidação dos empréstimos contraídos para investimentos na lavoura, e «a abertura de uma linha de crédito com juros bonifica-

dos, pagável pelo menos durante uma década, para que se possam lançar desde já novos investimentos.

Mas, em vez de responder às reclamações dos agricultores, o Governo vem anunciar a abertura de uma linha de crédito com juros flutuantes pagável em 6 anos e a concretizar só para o próximo ano. «Com a carga burocrática que envolve e as condições que impõe» — protesta a Liga dos Agricultores de Mirandela — esta medida «não servirá os pequenos e médios agricultores, mas sim os grandes especuladores e absentistas».



## Nacional

# 2.ª Corrida da Festa do «Avante!» a 10 de Setembro de 1989

Seguindo o provérbio «não guardes para amanhã o que podes fazer hoje», a organização da Corrida da Festa do «Avante!» (um êxito desportivo em 11 de Setembro deste ano) não foi de modas e revelou aos jornalistas, em *telex* do passado dia 26 de Outubro, a realização da segunda edição da Corrida no dia 10 de Setembro de 1989, uma notícia já divulgada por vários órgãos de Comunicação Social, em especial pela Imprensa. Ao mesmo tempo referia-se que, para além da participação de Carlos Lopes (anunciada no decorrer de um recente jantar de confraternização que reuniu pessoas ligadas à Corrida deste ano), a comissão organizadora convidara também a atleta Rosa Mota, campeã olímpica da maratona, nome consagrado do atletismo mundial.

Recorde-se, entretanto, que a primeira Corrida da Festa do «Avante!» reuniu no concelho de Loures 1500 atletas e cerca de 200 equipas, «tornando-se uma das mais importantes meias-maratonas do País». Realizada no percurso Loures-Odivelas-Festa do «Avante!» (Quinta do Infante), a Corrida transformou-se numa entusiástica manifestação desportiva, tendo como vencedores **José Dias e Rita Borralho**, um jovem já com provas dadas (e que muito promete!) e uma consagrada no atletismo nacional.

A 30 de Setembro último, a comissão organizadora da Corrida agradecia «a participação de todos os atletas, a todos os que prestaram depoimentos e entrevistas que tanto dignificaram a iniciativa, à Câmara Municipal de Loures por todo o apoio que prestou à Corrida e aos seus trabalhadores pela preciosa ajuda que nos dispensaram, bem como a todos os Órgãos de Comunicação Social».

A comissão organizadora está consciente de algumas dificuldades registadas no dia da prova — tais como a partida 25 minutos depois do ho-



**A comissão organizadora da 1.ª Corrida da Festa do «Avante!» realizou recentemente em Lisboa um jantar de confraternização que reuniu colaboradores, atletas e elementos que, de uma forma ou outra, contribuíram para o êxito da Corrida.** Carlos Lopes, um dos presentes, louvou este tipo de iniciativas apontadas ao desenvolvimento da prática do atletismo e afirmou a dado passo: «Costumo ser considerado um atleta de coreto, precisamente por gostar de provas deste género. Na próxima Festa do «Avante!» não vou dar o sinal de partida, mas correr. O Zé Dias, que venceu este ano, vai ter mais dificuldades». José Dias, o vencedor da 1.ª Corrida, num aparte, comentaria: «Bem, estou condenado ao 2.º lugar...»

rário previsto, a necessidade de mais um abastecimento e de água no final dos funis de chegada pois a viatura encontrava-se a 100 metros desta, a deficiente estrutura de apoio aos atletas por forma a que fossem dadas informações sobre os locais dos duchos e sobre o horário da distribuição dos prémios, a inexistência de uma tenda de campanha para dar assistência aos atletas no fim da prova, o facto de o trânsito não ter sido cortado naquela hora, etc.

Já depois de um balanço efectuado pela comissão organizadora chegou-se à conclusão de que estes aspectos negativos têm de ser resolvidos.

«Desde já agradecemos à atleta Rosa Mota, ao professor Moniz Pereira, Carlos Lopes, Armando Aldegalega,

Cidália Caetano, Fernando Reis, Francisco Gravito, João Rolim, Luís Horta, Manuel Martins, José Pinto, Arons de Carvalho, Mário Machado, Rita Borralho e Janete Mayrl, pelas entrevistas e depoimentos que prestaram à comissão organizadora», lê-se no documento a que aludimos.

Entretanto, em Outubro a organização da Corrida promoveu num restaurante de Alfama, em Lisboa, um jantar de confraternização em que participaram 50 elementos directamente envolvidos na competição e diversas pessoas que deram também o seu contributo a esta iniciativa desportiva da Festa do «Avante!».

Entre os presentes contavam-se Carlos Lopes, Cidália Caetano, José Abreu, Tavares da Silva, Armando Alde-

galega, José Dias, Mário Machado (director da revista **Spiridon**), Manuel Arons de Carvalho (director da revista **Atletismo**), Fernando Fernandes (director da Corrida da Festa do «Avante!») e António Dias Lourenço, director do nosso jornal.

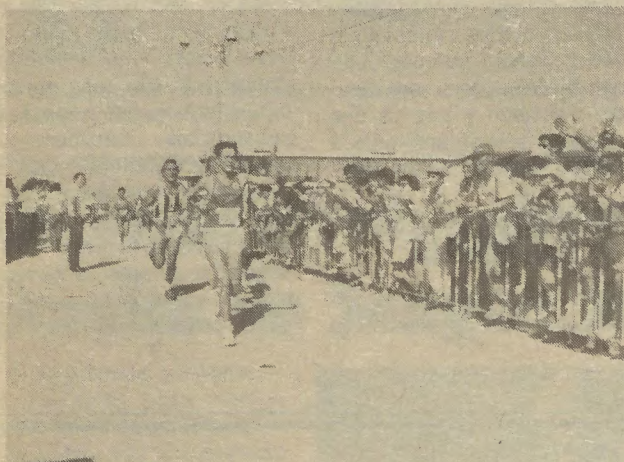
O convívio de Alfama incluiu a projecção dum filme sobre a Corrida e algumas breves intervenções, nomeadamente de Fernando Fernandes, Dias Lourenço e Carlos Lopes.

Convidado a participar na Corrida do próximo ano, Carlos Lopes, que estava acompanhado da esposa, louvou este tipo de iniciativas e comprometeu-se a estar presente na Corrida de 89, não para dar o sinal de partida mas para participar como atleta. O vencedor da 1.ª edição, o jovem José Dias, não resistiu e

desabafou: «Já estou tramado!...».

E já que se fala da Corrida do próximo ano, saliente-se a possibilidade da participação internacional, motivo de extraordinário enriquecimento desta prova, já considerada uma das mais importantes meias-maratonas do nosso país.

Tal como Carlos Lopes, o «Avante!» também assinala um compromisso: o de acompanhar com a regularidade possível, o trabalho de organização, nas suas diversas componentes, da segunda Corrida da Festa do «Avante!», marcada, como já salientámos, para 10 de Setembro de 1989. Tal acompanhamento poderá significar, também, o nosso contacto com atletas, dirigentes, técnicos e outros elementos que tenham uma palavra a dizer sobre a próxima Corrida.



Um pormenor da primeira edição da Corrida

## A propósito dos limites impostos aos bancos na concessão de crédito

Num recente debate promovido na Voz do Operário pela organização dos bancários de Lisboa do PCP, onde esteve em análise a situação do sistema bancário do País, foram abordadas as consequências dos limites impostos aos bancos na concessão de crédito.

As regras — recorde-se — foram alteradas em Outubro de 1986 e revistas no ano seguinte. Estas medidas coincidem com uma intensificação da procura de crédito, mercê de condições económicas mais favoráveis, e com a descida das taxas de juro activas. Coincidiram ainda com o arranque em pleno dos novos bancos privados.

Entretanto, assistiu-se a uma vigilância muito rígida por parte do Banco de Portugal sobre os Bancos Nacionalizados no sentido de os fazer cumprir com rigor os limites fixados a cada banco. Pesadas penalizações foram então aplicadas, sob a forma de depósitos obrigatórios no Banco Emissor sem qualquer remuneração.

O limite global de crédito a conceder, fixado pelas autoridades financeiras, é rateado pelas instituições de crédito

com base num conjunto de regras e ponderadores que a prática demonstrou, como aliás era de esperar, traduzirem-se num claro benefício para os novos bancos privados, sobretudo para os dedicados à actividade comercial.

Esta afirmação fica demonstrada com a transcrição das percentagens reveladoras da relação, nos últimos dois anos, entre o crédito concedido e o total dos depósitos (ver caixa).

### Rentabilidade afectada

São notórios os efeitos do método seguido na fixação dos limites de crédito sobre as instituições nacionalizadas, especialmente sobre os bancos comerciais.

É de salientar ainda que o mesmo coeficiente passou de 75,1 para 117,5% nos ban-

cos comerciais estrangeiros. Isto significa que aplicaram em crédito não apenas os seus próprios depósitos mas também outros recursos, nomeadamente cedidos pelos próprios bancos nacionalizados.

Não é de estranhar os avultados lucros apresentados por estes bancos.

Como consequência desta discriminatória distribuição de créditos os bancos comerciais nacionalizados têm-se visto forçados a suspender o crédito em determinados períodos, afectando a sua rentabilidade e naturalmente as suas relações com a clientela, deste modo empurrada para outras instituições, evidentemente privadas.

Torna-se quase impraticável o desenvolvimento de relações com novos clientes ou mesmo a manutenção dos existentes.

### Multinacionais favorecidas

As instituições nacionalizadas são ainda confrontadas

### Crédito concedido e total dos depósitos

| Bancos Comerciais                 | 1986  | 1987   |
|-----------------------------------|-------|--------|
| • Nacionalizados .....            | 57,3% | 46,6%  |
| • Privados .....                  | 77,1% | 94,4%  |
| Bancos de Poupança e Investimento |       |        |
| • Nacionalizados .....            | 73,6% | 76,5%  |
| • Privados .....                  | 96,2% | 107,9% |

com grandes dificuldades no planeamento a médio prazo da actividade creditícia. A sua gestão transforma-se na procura diária de colocação dos seus excedentes de liquidez em condições sempre mais desfavoráveis, através de aplicações de natureza financeira.

Da limitação do crédito em vigor e do método seguido na sua distribuição resulta, ainda, benefícios para as grandes empresas, com particular destaque para as multinacionais. Estas estão fortemente relacionadas com os bancos estrangeiros.

Mesmo os bancos nacionalizados ao seleccionar o crédito a conceder acabam por beneficiar os seus clientes mais representativos dai

resultando um privilégio para as empresas com maior dimensão e movimento.

As dificuldades na obtenção de crédito e bem assim a diferença nas taxas de juro leva os exportadores a recorrer de forma crescente ao financiamento externo. A liberalização do movimento de capitais com o exterior, em Fevereiro de 1987, veio facilitar a prática destas operações. Nelas intervêm com particular dinâmica a banca estrangeira. É de salientar que o crédito externo não é acessível a todas as empresas, especialmente às PME's.

Maior volume de financiamento externo significa na prática criação adicional de liquidez monetária não deseja-

da, pressionando ainda mais as limitações ao crédito interno e pondo em causa o método seguido como instrumento de controlo monetário.

O que aqui se descreve é um reflexo parcelar da atitude da política financeira da direita que através destes processos visa a aniquilação do sector bancário nacionalizado, como forma de criar espaço de acção e desenvolvimento de mercado à actividade bancária privada.

Assinale-se ainda que ao limitar as potencialidades da banca nacionalizada, a política de direita reconhece-as implicitamente, travando-as como forma de proteger os interesses do grande capital e das multinacionais no sistema financeiro.



Internacional

# A «perestroika» e a paz na Europa nas palavras de Gorbatchov

«Acumulamos uma rica experiência de conversações. Não se pode contar com que tudo corra perfeitamente, tanto mais que os problemas são complicados, mesmo do ponto de vista técnico. Para além disso, participam já nas conversações muitos parceiros e não apenas dois. Existe o perigo de que o seu ritmo fique atrás do dinamismo da actualidade, das possibilidades existentes e dos imperativos ditados pelos povos e pelo senso comum. Eis porque **avancamos a ideia do «Reykjavik europeu», quer dizer, um encontro de dirigentes máximos dos Estados, incluindo, sem dúvida, os Estados Unidos e o Canadá, para dar um possante impulso ao processo de conversações**» — esta uma proposta concreta avançada por Gorbatchov, na entrevista à revista da RFA, «Der Spiegel», entrevista realizada no quadro da visita oficial do chanceler oeste-alemão, Khol, à União Soviética.

«Defendemos também a incorporação das forças sociopolíticas no processo de eliminação da contraposição armada na Europa» diz ainda Gorbatchov ao «Der Spiegel», na entrevista de que de seguida reproduzimos largos extractos. E avança a ideia de «reunir numa capital europeia representantes dos partidos políticos de todos os quadrantes ideológicos que num ambiente livre discutam todos os aspectos da edificação europeia, incluindo, certamente, a problemática da redução dos armamentos e da desmilitarização do continente europeu em geral».

Em síntese — «estamos decididamente dispostos a que, em paralelo com o desarmamento nuclear, de

que o primeiro passo fundamental foi dado com a assinatura do tratado «INF», corra um processo semelhante na esfera dos armamentos convencionais, em primeiro lugar na Europa. Esta medida impõe-se pela especificidade demográfica, industrial e ecológica do nosso continente, pelo seu papel nos destinos da civilização, pela responsabilidade moral perante os povos europeus e perante toda a humanidade».

## O encontro de Viena

«Nós e os nossos aliados avançamos há muito com propostas» visando reduções consideráveis e equitativas do armamento convencional

na Europa, sublinha Gorbachov. Com um claro objectivo: «o desmantelamento da própria base material para a agressão, e por conseguinte a eliminação do medo e de toda a espécie de mitos sobre a ameaça militar soviética».

Qual o ponto da situação, agora?

«Vinte e três países do Tratado de Varsóvia e da NATO terminam a elaboração dos mandatos das conversações sobre as forças armadas e os armamentos convencionais. Foi acordado o preâmbulo, os objectivos das conversações, as questões de controlo e informação, a composição dos participantes. Está próximo o acordo sobre a formulação do objecto das conversações.

«Este avanço é resultado da atitude construtiva de ambas as partes. Cedemos num terreno, a outra parte cedeu noutro. Estamos em igualdade de condições. Vemos nisso também um sinal da época (...)

«Pelo que sei, a maioria dos participantes acredita com razão em que as conversações se iniciem ainda este ano. Somos decididamente a favor disto.

«Como encaramos o processo de conversações?

«Consideramos lógica a seguinte ordem:

«— inventariação daquilo que possui cada parte,



Perestroika, a nova geração terá tudo a ganhar com as renovadas perspectivas abertas

«— eliminação dos desequilíbrios,

«— redução igual dos efectivos e armamentos para os níveis mais baixos possíveis nas actuais condições».

## Como vai a «perestroika»?

«A nossa palavra de ordem é que haja mais socialismo, que o seu potencial se revele na íntegra através da democratização e do seu alargamento.

«Tomamos este princípio como básico também na economia e decidimos democratizá-la alterando os métodos de gestão, fazendo o homem voltar a ser dono no processo de produção, inclusive concedendo aos colectivos de trabalhadores o direito de elegerem os seus dirigentes. Certamente que todos devem viver em função de como trabalham».

Estes, em linhas muito gerais, os objectivos. Mas a prática é naturalmente bem mais complexa. «Certamente que a política é um processo vivo. Ao entrar em contacto com a vida, deve ser corrigida e enriquecida. Mas o principal é que esta política é apoiada pelo povo. Agora o povo já a protege».

## A importância da reforma jurídica

Gorbachov definiu como de «importância-chave», as

reformas jurídicas em curso. Afirmando: «**norteamos-nos pela tese de que, se não houver legalidade, não haverá poder popular**».

«Contando com o apoio do povo, estamos decididos a excluir para sempre a própria possibilidade de alguém usurpar o poder e abusar dele, garantir firmemente os direitos e as liberdades dos cidadãos, estipulados na Constituição. Iremos fazer aditamentos e aperfeiçoar a própria Constituição».

E Gorbachov sublinha: «É necessário cumprir uma série de condições obrigatórias que garantam o estatuto de Estado socialista de direito. Uma destas condições — a história deu-nos muitas lições a este respeito — é que o poder seja concedido a um homem por um período limitado, um período limitado pela lei. A outra: cumpre reduzir ao mínimo, e se possível excluir, a possibilidade de o poder pertencer a pessoas indignas (...) Mais uma condição é a prevenção de uma concentração excessiva do poder nas mãos de um pequeno círculo de pessoas. Preconizamos uma divisão rigorosa e consequente da responsabilidade entre o partido e os órgãos legislativos, executivos e judiciais (...)

«Iniciou-se uma renovação do código penal e civil e de outras leis e códigos, cujo elemento fulcral é o direito incondicional dos cida-

dãos à protecção do indivíduo, imunidade, dignidade, bens e habitação. Garante-se realmente a liberdade de consciência».

## Se a «perestroika» vingar

Pergunta do «der Spiegel» — se a «perestroika» vingar, a União Soviética será um exemplo para vários outros Estados. Tentarão então as forças reacţionárias dos EUA impedir tal evoluir das coisas?

Resposta — As emoções e as intenções das forças reacţionárias dos Estados Unidos são uma realidade a levar em conta. Os últimos anos mostraram porém que estas forças não são todopoderosas.

Nisto reside a principal peculiaridade da nossa época. Aqueles que os senhores denominam de forças reacţionárias dos EUA — que têm, aliás, apoiantes noutros países, inclusive na RFA — não querem, certamente, mudanças. Mas as mudanças são uma exigência das realidades estratégicas, políticas e económicas. A força da nova mentalidade política consiste, a meu ver, em que ela assenta nestas realidades. E pressupõe que tu vais tratar os outros tal como queres que eles te tratem. Quando todos se aperceberem disso, o mundo melhorará verticalmente.

## Kohl na URSS, na hora de sentar à mesa de conversações

Na solução dos problemas globais que afectam a Humanidade «um lugar muito especial pertencerá à Europa, em particular aos nossos países» — disse Gorbachov no almoço em honra do chanceler federal-alemão Helmut Kohl, aquando da sua recente visita oficial à URSS — apesar de «a miséria e os estereótipos da guerra-fria ainda não terem sido superados», «não se poderá falar da divisão da Europa nos termos de há 20 ou mesmo 10 anos atrás».

Nesta linha, e de par com a evolução registada no plano político-militar («Madrid, Estocolmo, Viena e, naturalmente, 4 cimeiras soviético-americanas, assim como o tratado INF impulsionaram a formação de uma atmosfera de confiança»), Gorbachov destaca outras componentes importantes das relações internacionais, nomeadamente no plano económico. Domínio em que a RFA ocupa mesmo uma posição especial. Bona — como foi recordado — é até agora a única capital da NATO a ter assinado com Moscovo um tratado sobre a recusa do emprego da força. O que terá alguma ligação com as relações económicas entre os dois países (naturalmente em termos relativos aos outros países capitalistas industrializados).

Na sua intervenção (que vimos referindo), Gorbachov, ao falar dos contactos económicos com outros países, saudou o facto de muitos na RFA terem já compreendido o desejo da URSS de alterar a sua situação na divisão internacional do trabalho e «entrar numa via de activa interacção

económica com o mundo externo». Mas lançou um significativo alerta contra o hábito de considerar a URSS como economicamente atrasada. «Venceremos seguindo a política da perestroika», disse.

A importância do encontro havido é bem sublinhada também por Kohl, que na conferência de imprensa que marcou o final da visita do chanceler da RFA a Moscovo, disse: «Hoje, podemos constatar que abrimos não simplesmente uma nova página no livro da história das relações entre a RFA e a URSS, mas sim um novo capítulo com muitas novas páginas.

Deste novo capítulo constam já diversos acordos assinados sobre cooperação bilateral no campo da protecção do meio ambiente, investigações e aproveitamento do espaço cósmico com fins pacíficos. Progressos também no domínio da cooperação económica.

Em perspectiva — próxima — uma visita de Gorbachov à RFA, no primeiro semestre do próximo ano. E entretanto, a elaboração de um documento conjunto que, baseando-se na experiência acumulada, delineie as perspectivas de uma futura cooperação.

Não são fáceis estes caminhos da cooperação. Em particular no domínio sensível do desarmamento.

Mas a verdade é que hoje é possível afirmar-se, como disse o dirigente soviético — «somos unânimes em considerar que chegou a altura de nos sentarmos à mesa das conversações».



## Internacional

## África do Sul

# Maioria negra recusa farsa eleitoral

A maioria dos 26 milhões de negros sul-africanos ignorou, na quarta-feira da semana passada, a realização de eleições municipais em que pela primeira vez brancos, negros, mestiços e indianos votaram simultaneamente, por local de residência. No total, apenas 2,4 milhões de negros se inscreveram nos cadernos eleitorais e desses apenas cerca de 5000 foram às urnas, o que representa uma estrondosa derrota para o governo de Pieter Botha e uma importante vitória para o movimento anti-apartheid, que havia apelado ao boicote eleitoral.

A mascarada eleitoral ensaiada por Pretória, que através da eleição de alguns conselheiros municipais negros visava legitimar, interna e externamente, a sua política de reformas que não põem em causa a essência do apartheid, não mereceu o mínimo de crédito por parte da comunidade internacional.

Nas Nações Unidas, as eleições foram condenadas por serem «contrárias aos

crítica não-radical, baseada num governo da maioria pode conduzir a uma solução justa e duradoura para a explosiva situação da África do Sul».

De salientar que a referida resolução foi aprovada sem votos contra e com apenas duas, significativas, abstenções: dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

A derrota eleitoral do Partido Nacionalista, no poder,

os dirigentes da oposição ao regime por apelarem ao boicote às eleições.

A resposta da esmagadora maioria negra demonstra de forma inequívoca a inutilidade dos artifícios de Pretória, ao pretender apresentar como «democráticas» eleições para municípios e cidades que vivem sob o signo da discriminação racial, num país onde a maioria da população continua a não ter direito a voto nas questões nacionais, nem tão pouco o elementar direito de plena cidadania.

É claro que as autoridades racistas sul-africanas tentam escamotear os resultados alcançados no passado dia 26, manipulando os números e dando destaque a percentagens obtidas em pequenos bairros negros, como se fos-

selecções propriamente ditas correram sem incidentes de maior; por outro lado, o Partido Conservador, ainda mais radical do que o Nacional, não conseguiu ganhar a capital, Pretória, apesar das vitórias registadas em diversos círculos de eleitores brancos.

Esta questão pode vir a assumir novas proporções caso, como está prevista, se realizem eleições parlamentares na África do Sul nos princípios do próximo ano. Segundo os autores de um relatório secreto, elaborado recentemente a pedido do governo pelo conselho sul-africano para os estudos na área das ciências humanas, o Partido Nacional pode vir a perder a maioria no parlamento.

Recorde-se que nas eleições gerais efectuadas em Maio do ano passado — em que apenas votaram os sul-africanos brancos —, os conservadores obtiveram duas vezes menos votos do que os nacionalistas. No entanto, a sua influência tem vindo a aumentar significativamente, o que leva os autores do referido relatório a admitir a possibilidade de virem a derrotar o Partido Nacionalista em próximas eleições. De salientar, a propósito, que segundo dados divulgados pelo Boletim «Southscan», editado em Londres, o número dos que aderiram ao Partido Conservador no período compreendido entre Maio e Julho do corrente ano equivale ao índice registado nos primeiros seis anos da sua existência!

As conclusões do relatório secreto levam alguns observadores sul-africanos a admitir que Botha tente fazer alianças com os liberais brancos, designadamente o Partido Federal Progressista, o Movimento Democrático Nacional e o Partido Independente. Não deixa igualmente de ser significativo que os adeptos das reformas no governo proponham já como alternativa a suspensão das actividades do parlamento durante um ano, a preparação de uma nova constituição que tenha em conta os interesses de todos os grupos raciais, impedindo assim as forças de direita de boicotar as pretendidas reformas.

Dir-se-á que se trata de um avanço em relação à segregação e discriminação racial actualmente em vigor na África do Sul. No entanto, nestes projectos, uma componente indispensável continua a faltar — a maioria negra sul-africana. Sem ela, sem os seus legítimos representantes, todas as reformas estarão condenadas ao fracasso, como agora sucedeu nas eleições espartilhadas levadas a cabo. Continuará a ser uma luta pelo poder de uma minoria.

O apartheid não pode ser reformado, nem melhorado. É um crime contra a humanidade. Tem de ser destruído.

## Seminário sobre prospecção petrolífera

Realizou-se a semana passada, em Luanda, um seminário sobre prospecção petrolífera nos países membros da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), cujo objectivo fundamental foi o debate sobre as propostas da unidade técnica e administrativa (UTA) do sector da energia da SADCC, para o estabelecimento de medidas práticas tendentes a promover a cooperação regional no domínio da exploração petrolífera.

O encontro, a nível de peritos, reuniu especialistas de Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zimbabué e da Noruega, que durante quatro dias discutiram questões ligadas ao contexto jurídico, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, bem como de troca de dados, estudo das bacias regionais e a cooperação intra-regional em recursos técnicos no domínio da exploração de petróleo.

Na sessão de abertura, no passado dia 25, o presidente do comité de ministros da energia da SADCC, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy» — que é também ministro angolano de Energia e Petróleos — recordou que a SADCC constitui ainda uma das poucas regiões do mundo com vastas áreas de bacias quase inexploradas, o que mais cedo ou mais tarde motivará um interesse maior pelas suas potencialidades petrolíferas.

Na qualidade de gestores dos recursos de hidrocarbonetos da região da SADCC — disse Van-Dunem — o nosso objectivo principal é o de salvaguardar os interesses nacionais no que respeita à prospecção e à produção petrolífera.

## A SIDA em debate no Zaire

A prevenção e o tratamento da SIDA devem constituir os principais objectivos da saúde pública africana, afirmou, a semana passada em Kinshasa, Lobe Monekosso, director do secretariado regional da Organização Mundial de Saúde para a África.

O alerta foi dado no decorrer da 2.ª Conferência Regional sobre SIDA, que reuniu cerca de 200 delegados de 44 países africanos e de várias organizações internacionais, a fim de fazer o balanço do trabalho realizado e definir as medidas para intensificar o combate à referida doença.

Durante os trabalhos foi abordado o papel da imprensa na informação da população e elaboradas medidas preventivas da SIDA a serem aplicadas aos grupos de pessoas com maiores probabilidades de contrair a doença.

## «Esquerda Unida» na Argentina

«Esquerda Unida» é a designação da nova coligação eleitoral formada na Argentina pelo partido «Movimento para o Socialismo» e a «Frente Ampla de Libertação», que integra o Partido Comunista da Argentina.

O anúncio oficial da constituição da coligação foi feito a semana passada, sendo o seu objectivo imediato a apresentação de um candidato às eleições presidenciais argentinas marcadas para Maio de 1989.

## Greve na Colômbia foi um êxito

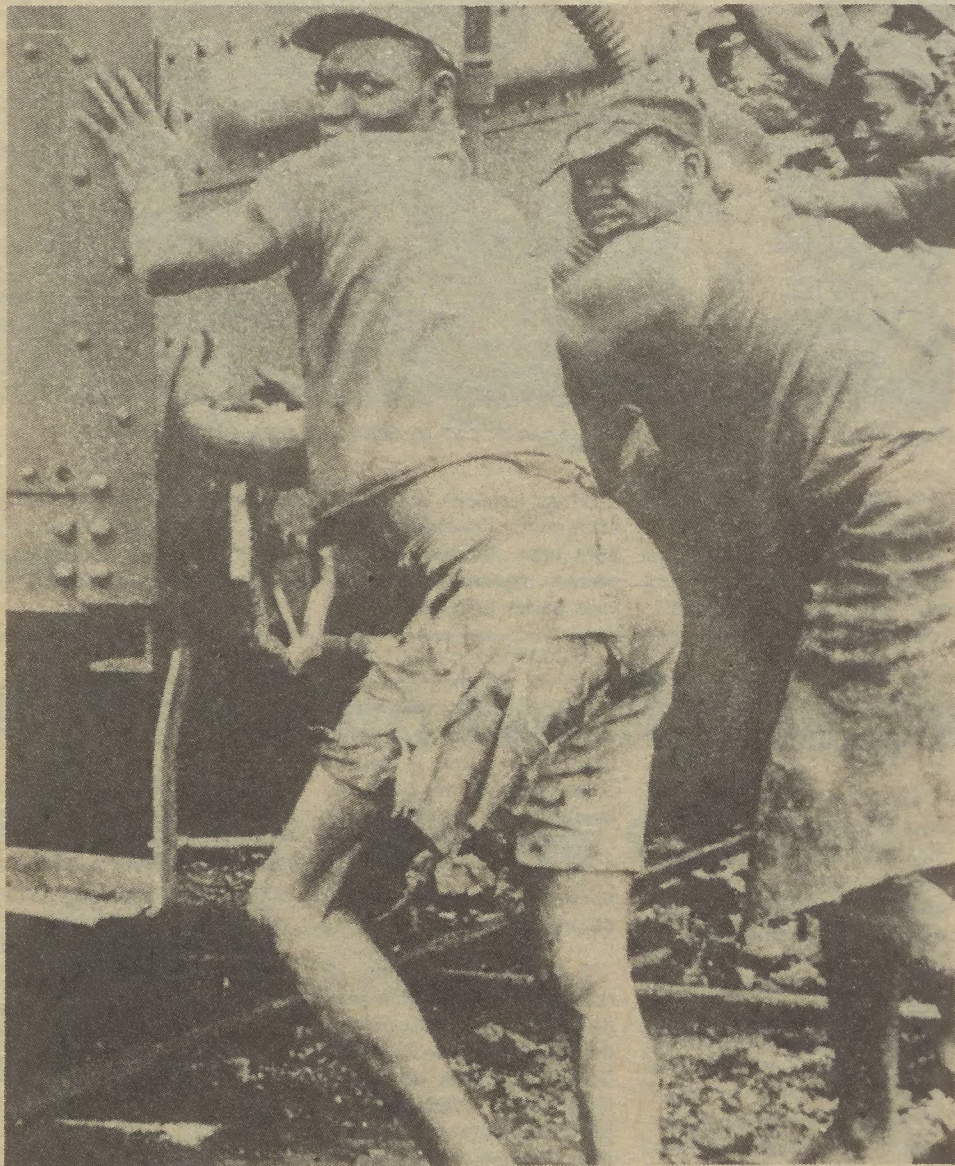
A greve geral realizada na Colômbia no passado dia 27 foi considerada pelas organizações sindicais do país como «um êxito sem precedentes», apesar das medidas tomadas pelo governo do presidente Barco para a fazer fracassar.

Segundo as duas centrais sindicais colombianas, a CUT e a CGT, o ministro do interior, César Gaviria, tentou fazer crer que a greve tinha «objectivos desestabilizadores», fazendo um apelo aos trabalhadores, através da televisão, para irem trabalhar. Para os responsáveis sindicais, as afirmações do ministro foram «abusivas e propositadamente falsas, tendo em vista lançar a confusão», já que os objectivos da greve geral tinham sido claramente definidos: «protestar contra a degradação das condições de vida dos trabalhadores e contra o clima de terror e intimidação levado a cabo pelos grupos de extrema-direita perante a passividade das autoridades do país».

## Nicarágua pede solidariedade para as vítimas do «Joan»

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou que mais de 30 mil habitações de 22 localidades do país ficaram destruídas devido à passagem do furacão «Joan» pela costa atlântica da região e apelou à ajuda da comunidade internacional, que considerou vital para assistir aos cerca de 300 mil desalojados.

Cuba respondeu de imediato ao apelo da Nicarágua, estabelecendo uma ponte aérea entre os dois países para o envio de bens essenciais à população desalojada.



princípios expressos na Carta da ONU». A resolução nesse sentido, apresentada pela Tanzânia na qualidade de presidente do grupo africano, sublinha que «só a total erradicação do apartheid e o estabelecimento de uma sociedade demo-

foi tanto mais significativa quanto o governo não se poupou a esforços para convencer o eleitorado negro a participar, dispendendo elevadas somas numa campanha de propaganda inusitada no país, ao mesmo tempo que a polícia prendia diver-

se a mesma coisa falar de um núcleo de escassas centenas de eleitores ou de um grande bairro como Soweto, com cerca de 350 mil eleitores. Mas não restam dúvidas que o «conselho» que Botha planeava formar com os negros assim «eleitos» está à partida comprometido. A sua credibilidade para discutir as reformas governativas não podia estar mais comprometida.

## A questão das reformas

De referir, no entanto, que nem tudo correu mal ao Partido Nacional neste jogo viciado. Por um lado, as

José Magro

Colecção Resistência

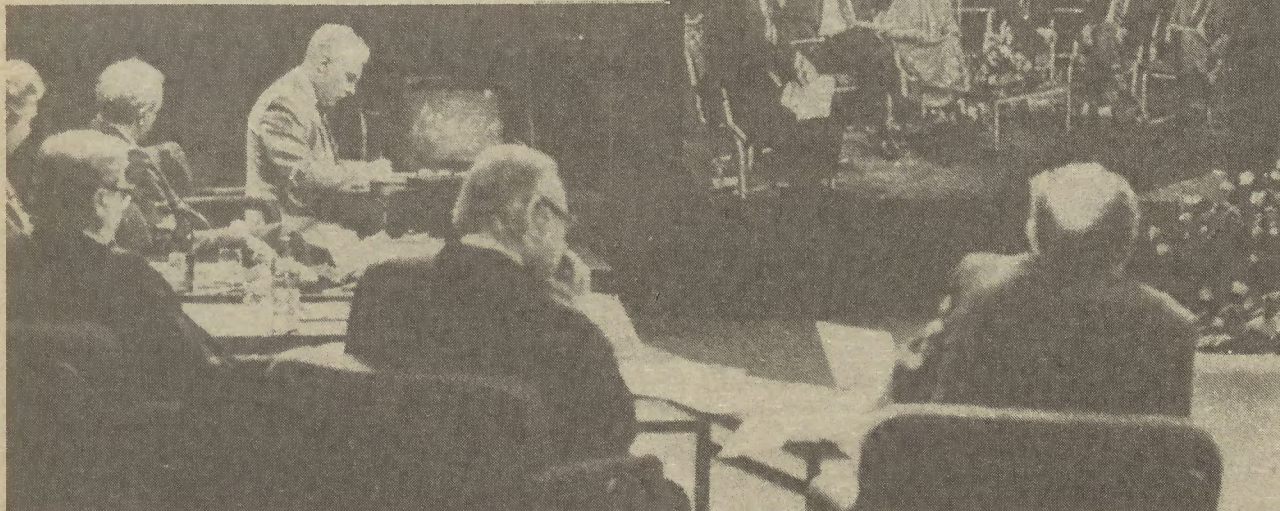
## TORRE CINZENTA

Poemas da Prisão



Internacional

## Entre Budapeste e Bruxelas



Debate, via televisão, entre deputados do Soviete Supremo da URSS e congressistas norte-americanos. Um elemento concreto dos passos dados entretanto no desanuviamento

## Que caminhos para a paz?

O Comité dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Tratado de Varsóvia, reuniu-se dia 28 na capital húngara, Budapeste, tendo como principais pontos de discussão a consolidação da paz na Europa e no mundo, a redução das forças armadas e dos armamentos, o reforço das medidas de confiança e segurança na Europa, a cooperação económica, a dinamização do processo pan-europeu, a construção do «lar europeu comum», a consolidação de progressos alcançados e a afirmação da nova mentalidade política no relacionamento internacional.

Nestes mesmos dias, afirmava-se em Moscovo que a União Soviética considera não haver quaisquer obstáculos para a conclusão em finais de Novembro do encontro de Viena sobre segurança e cooperação na Europa.

Guennadi Guerassimov, porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, indicou que a parte soviética está a estudar os projectos específicos das principais cláusulas redigidos pelos coordenadores do grupo dos países neutros e não-alinhados. E sublinhou que a União Soviética vai continuar a defender a sua proposta de realização em Moscovo, em 1991, de uma conferência sobre questões de carácter humanitário, que deverá tornar-se o terceiro encontro no âmbito da Conferência sobre aspectos humanos no processo pan-eu-

ropeu. Que seria precedido de outros dois encontros, possivelmente em Paris, no próximo ano, e em Copenhague em 1990.

Factos a realçar, em paralelo com diferentes encontros bilaterais que se têm vindo a realizar em Moscovo, nomeadamente com o chanceler oeste-alemão, Kohl, e que globalmente apontam no sentido de um processo de desanuviamento na Europa.

Mas nem tudo aponta neste mesmo sentido.

A reunião, há dias realizada, dos ministros da Defesa da NATO, no âmbito do Grupo

de Planeamento Nuclear, dá-nos a medida de poderosas resistências a este processo.

A reunião terminou com o apoio (apesar das objecções iniciais da Bélgica) a um relatório que aposta numa pretensa «necessidade» de modernização das armas nucleares de curto alcance, no seguimento do acordo INF sobre mísseis de alcance intermédio, entre a União Soviética e os Estados Unidos. No documento diz-se mesmo: «Estamos determinados a continuar com as acções requeridas para preservar os interesses de segurança da NATO e a manter a credibilidade das nossas forças de dissuasão, convencionais e nucleares, que serão actualizadas onde necessário».

Esta mesma política — no mínimo ambíguo — está a ser avançada por parte dos Estados Unidos.

Assim, o programa militar do Pentágono afecta 3,4 mil milhões de dólares ao projecto que prevê transformar os 100 bombardeiros B-1 em portadores de mísseis de cruzeiro de um alcance de 2500 quilómetros.

É caso para perguntar:

onde está a lógica deste novo potencial de agressão, num momento em que inspectores soviéticos e norte-americanos verificam a aplicação do tratado sobre a eliminação dos mísseis intermédios, e se levam a cabo experiências comuns tendo em vista o controlo dos ensaios nucleares?

Cada bombardeiro B-1 é capaz de transportar 30 mísseis de cruzeiro. Na prática, e ao modernizar a sua aviação militar, os EUA dissociam-se das suas próprias propostas relativas aos limites em número e alcance dos mísseis aéro-transportados. Enquanto em Genebra se negocia para reduzir em 50% os arsenais estratégicos, o Pentágono aumenta ainda o actual potencial nuclear.

Uma realidade muito contraditória, em que no entanto se impõe, como nota dominante, o esforço continuado no sentido de uma realidade, o esforço continuado no sentido de uma realidade de desanuviamento que tornará cada vez mais difícil a concretização de projectos militaristas.

Uma realidade que sem dúvida exige o reforço da participação de todos na luta pela paz.

### Soviete Supremo da URSS aprova orçamento

O Soviete Supremo da URSS aprovou o plano e o orçamento do país para 1989.

Durante a reunião o presidente do comité estatal do planeamento, Iuri Masliukov destacou o alto nível do debate do projecto, que passou por uma ampla discussão, e múltiplas emendas e observações dos deputados ao Soviete Supremo.

De acordo com o novo plano estatal, agora aprovado, prevê-se no próximo ano um aumento do rendimento nacional de 3,8 por cento. O volume da produção industrial deverá crescer de 4 por cento e o das mercadorias de consumo corrente, de 7 por cento. A taxa de crescimento da produção agrícola deverá ser de 2 por cento e os rendimentos reais *per capita* vão aumentar, de acordo com o plano, de 3,1 por cento.

### Encontro de Gorbachov com o Komsomol

Para que a perestroika se realize, é necessário liquidar a alienação do Homem da propriedade dos meios de produção e do processo político e cultural, disse Gorbachov no encontro com o Komsomol, organização da juventude comunista da URSS, por ocasião do 70.º aniversário desta organização.

Sobre os objectivos económicos da perestroika, o secretário-geral do PCUS salientou ser necessário orientar «mais decididamente» a economia nacional para a solução dos problemas vitais das pessoas. Concretamente, irão ser reforçados os investimentos nos sectores da saúde, ensino e ciência e dado um novo dinamismo ao sector agrário.

«É óbvio que a sociedade está ainda longe de ter efectuado mudanças radicais. Para que a perestroika se realize é necessário, através da democracia e da glasnost, através da reforma política, reintegrar o Homem na esfera da economia, no processo político, e liquidar a alienação do Homem da propriedade dos meios de produção e do processo político e cultural. É nisto que consiste o sentido das reformas», disse Gorbachov.

### França, jornadas de luta

«Milhões de grevistas, centenas de milhar de manifestantes exprimiram a sua recusa da austeridade, a sua vontade de ver satisfeitas as suas reivindicações» — afirma-se em comunicado da CGT francesa, numa primeira apreciação das jornadas de luta de 20 de Outubro, que mobilizaram todo o país, na base de reivindicações muito claras, prioritariamente de carácter salarial.

Uma das palavras de ordem que se impôs com particular destaque: «Dinheiro para o ensino, dinheiro para a saúde, não para a corrida aos armamentos.»

Uma outra significativa palavra de ordem, nestas jornadas de luta: «A resignação é um suicídio quotidiano.»

De relembrar que grandes lutas têm vindo a mobilizar diferentes sectores de trabalhadores, passando pela função pública, enfermeiras, professores e estudantes.

### Cuellar analisa situação no Kampuchea

Perez de Cuellar apresentou à Assembleia Geral da ONU um relatório sobre a situação no Kampuchea, onde se chama a atenção para o início do diálogo entre o Kampuchea e as restantes partes interessadas na obtenção de acordos sobre os termos de uma regularização política geral.

Segundo o secretário-geral da ONU, o plano de regularização global deve corresponder aos objectivos e princípios fundamentais da carta da ONU, defender os interesses das partes envolvidas e, sobretudo, do povo do Kampuchea.

Perez de Cuellar sublinhou que não quer substar os problemas que ficam por resolver, mas está convencido de que se todas as partes mostrarem boa vontade e cooperarem activamente, será possível restabelecer a paz no Kampuchea num prazo razoável, pondo assim fim ao sofrimento dos povos asiáticos e permitindo-lhes aspirar a um futuro mais estável e próspero.

### Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas

No âmbito da Semana Mundial de Desarmamento, promovida pelas Nações Unidas, realizaram-se em Portugal algumas iniciativas.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação, com a colaboração do Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, organizou um colóquio, presidido pelo marechal Costa Gomes, e em que intervieram o Dr. Antonio Muino, da ONU, Silas Cerqueira, do CPPC, e representantes de uma delegação de pacifistas japoneses.

A Associação 25 de Abril, contando igualmente com a colaboração do Centro de Informação das Nações Unidas, realizou uma sessão, seguida de debate, subordinada ao tema «As operações de manutenção de Paz das Nações Unidas.» Presidiu à sessão o tenente-coronel Vasco Lourenço.



### Álvaro Cunhal recebeu Roberto Veiga

O camarada Roberto Veiga Menendes, secretário-geral da Central de Trabalhadores de Cuba, membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista de Cuba e membro do Conselho de Estado de Cuba foi recebido no passado dia 20 de Outubro pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal



## Internacional

## Namíbia

## A independência adiada

O dia 1 de Novembro de 1988 não foi o dia do início da implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

Após um intenso período de negociações quadripartidas para a paz da África Austral, que teve o mérito de levar à mesa das conversações representantes de Angola, Cuba, África do Sul e EUA, provando a possibilidade de resolução dos confrontos através do diálogo, o saldo ficou-se pela retirada das tropas sul-africanas de Angola e pela frustração da expectativa criada em relação à resolução do problema namibiano.

Os acordos assinados em Nova Iorque sobre a questão, se não se transformaram em letra morta, estão longe de estar a ser respeitados; as negociações quadripartidas, se não foram declaradas inúteis, estão num impasse em que se torna difícil prever qualquer evolução a curto prazo; os EUA, que neste processo têm desempenhado o papel de medianeiros, se não desistiram da sua posição parecem no mínimo de-

sinteressados dela; a imprensa, que acompanhou tão de perto o desenrolar dos acontecimentos, remeteu-se nos últimos dias a um estranho silêncio sobre a matéria.

Tanto quanto se sabe, o ponto de viragem nestas conversações de paz deu-se, quase em simultâneo, em Pretória e em Washington. As razões invocadas, velada ou abertamente, foram idênticas: a garantia da sobrevivência da Unita e a exigência

de uma «reconciliação» interna em Angola através de acordos entre o governo angolano e o movimento de Jonas Savimbi, incluindo a formação de um governo conjunto e a realização de eleições.

Recorda-se que estes foram os argumentos invocados pelos senadores norte-americanos para rejeitar a atribuição de verbas às forças de manutenção da paz da ONU que deveriam instalar-se na Namíbia para supervisionar o processo de implementação da resolução 435/78, o que de imediato parece inviabilizar a sua deslocação para aquele território.

Importa, por outro lado, notar que está em marcha uma campanha para recolher apoios internacionais a estas posições norte-americanas que, salienta-se, não constavam dos acordos assinados em Julho último. Esta a con-

clusão que se pode tirar da recente tomada de posição do governo britânico, que anunciou ter apelado à União Soviética no sentido de «persuadir Angola a maior flexibilidade quanto à retirada das tropas cubanas».

Reagindo a esta atitude, o embaixador de Angola na Grã-Bretanha, Elísio de Figueiredo, denunciou a ingerência nos assuntos internos de países soberanos e afirmou que aceitar a retirada das tropas cubanas sem que primeiro sejam afastadas as ameaças de novas agressões por parte da África do Sul seria «um suicídio político».

Após acusar a África do Sul de continuar a violar o território angolano e a apoiar militarmente os bandos terroristas da Unita, Elísio de Figueiredo responsabilizou o regime de Pretória pelo clima de instabilidade que prevalece na região.

«A barreira à paz e ao desenvolvimento na região — disse — é o regime do *apartheid*», salientando que «até este momento a comunidade internacional não sabe se a

África do Sul está de facto interessada na implementação da resolução 435».

Considerando «injustas» as alegações sul-africanas de que Angola estaria a retardar a implementação da resolução 435, aquele diplomata sublinhou que «não existe país no mundo que mais tenha contribuído para a independência da Namíbia do que a República Popular de Angola», acrescentando que os esforços nesse sentido são reconhecidos, em particular pelos países não-alinhados.

O embaixador denunciou ainda a atitude de alguns países africanos que «nunca fizeram nada quando Angola estava a ser invadida pela África do Sul» e que pretendem agora assumir-se como «medianeiros» numa pretensa reconciliação nacional entre o governo angolano e a Unita.

A campanha de desinformação está pois em marcha, de novo. A paz, essa, parece estar ainda bem longe da África Austral.

## Dívida externa aproxima países da América Latina

Os presidentes Raul Alfonsín, da Argentina, José Sarney, do Brasil, Virgílio Barco, da Colômbia, Miguel de la Madrid, do México, Alan García, do Peru, Julio Sanguinetti, do Uruguai e Jaime Lusinchi, da Venezuela, assinaram no sábado uma declaração conjunta que visa lançar as bases de uma acção conjugada para a resolução do problema da dívida externa que afecta os respectivos países. O documento, designado «Declaração do Uruguai», refere ainda a necessidade do relançamento do diálogo entre os países da América Latina e os EUA como forma de criar um «clima de desconfiança e de compreensão».

Reunidos durante três dias em Punta del Este, no Uruguai, os sete presidentes latino-americanos centraram as atenções no debate da situação económica dos seus países, a braços com uma dívida externa de 340 mil milhões de dólares, o que representa cerca de 80 por cento do total da dívida latino-americana, que se eleva já a 420 mil milhões de dólares.

Considerando que esta dívida externa constitui o «principal obstáculo ao desenvolvimento» dos seus países, ao mesmo tempo que provoca «uma grande deterioração das condições de vida das populações», os signatários da Declaração do Uruguai pensam chegada a hora de assumir uma posição comum sobre o assunto. Assim, decidiram efectuar até ao final do ano, no Rio de Janeiro, uma reunião dos respectivos ministros das Finanças, com o objectivo de «propor mecanismos visando a redução da dívida e o aumento dos fluxos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento» dos seus países.

Segundo refere o documento aprovado, «os resulta-

dos dessa reunião deverão constituir a base de uma concertação mais estreita entre os países da região e, ao mesmo tempo, a base do diálogo com as outras partes interessadas, com vista a encontrar uma solução efectiva para a questão da dívida externa».

Esta posição é tanto mais importante quanto até à data têm sido contrariadas, em particular por parte dos organismos financiadores, as tentativas de actuação conjunta no que respeita ao problema da dívida externa. Com efeito, o chamado «clubes dos credores» prefere negociar isoladamente com cada país, receando a criação de uma espécie de «clubes dos devedores», que venha a reforçar a capacidade negocial dos países endividados, designadamente através da tomada de posições comuns.

Hoje já não é possível pôr em causa a imoralidade que representa o facto de serem os países em vias de desenvolvimento os fornecedores de capitais aos países industrializados, pagando por cada dólar recebido de empréstimo tantas vezes mais que inviabiliza a sua própria sobrevi-

vência. A questão, não sendo nova, volta a colocar-se com cada vez mais acuidade, à medida que vão falhando as «receitas» impostas pelos países e entidades credoras, que mais não fazem do que aliviar momentaneamente a pressão do endividamento externo para logo de seguida a tornar ainda mais forte.

Este ciclo vicioso, do qual não há fuga possível sem pôr em causa a ordem económica vigente, tem os seus reflexos na situação interna dos países em causa, com a degradação crescente das condições de vida das populações e com os inevitáveis perigos que a instabilidade económica sempre acaba por ter na estabilidade política.

A gravidade da situação não pode, no entanto, justificar a subalternização dada em Punta del Este ao processo de paz para a América Central, de há meses num impasse, para não dizer mesmo em retrocesso. Sobre o assunto, a Declaração propõe a abertura de «um diálogo imediato com os Estados Unidos sobre os problemas políticos, económicos e sociais» dos países latino-americanos, visando a criação de «um clima de confiança e de compreensão».

Apesar de manifestar o apoio ao Grupo de Contadora, o documento aprovado pelos sete presidentes não refere o boicote sistemático à implementação dos acordos de paz da Guatemala, nem tão-pouco as consequências para a região da persistência dos EUA em a militarizar e em ingerir-se nas questões internas de países soberanos.

Israel  
A vitória do impasse

Cerca de três milhões de israelitas foram anteontem às urnas, em eleições gerais, para consagrar através do voto o que todas as sondagens vinham apontando: a manutenção do impasse político em que o país vive há vários anos, devido à inexistência de uma maioria clara.

De acordo com os resultados provisórios já conhecidos, o Partido Trabalhista, de Shimon Perez, é a força política mais votada, seguida de muito perto pelo Partido Likud, de Yitzaak Shamir. O que significa, em termos práticos, que nenhum dos dois estará em condições de formar governo sem um entendimento entre ambos, a exemplo de resto do ocorrido nas anteriores eleições, em 1984.

Importa referir, ainda segundo as projecções eleitorais, que as três organizações árabes que se apresentaram ao eleitorado — Partido Democrático, Partido Comunista e listas favoráveis à paz com os palestinianos — deverão conseguir em conjunto cerca de 7 por cento dos votos o que, teoricamente, somados aos previsíveis 34 por cento dos trabalhistas, seria suficiente para uma frente anti-Likud, formando no Knesset (Parlamento) uma clara maioria para apoiar um governo de coligação. Acontece no entanto que, apesar de todas estas formações se afirmarem favoráveis à realização de uma conferência de paz para o Médio Oriente, as suas divergências são tão profundas que ninguém acredita que tal coligação venha a ser possível.

Por outro lado, no que respeita ao Likud, que se prevê que venha a ter 33 por cento dos votos, a situação apresenta-se semelhante, já que a sua hipotética aliança com as pequenas organizações de direita e extrema-direita não lhe garante uma maioria estável que lhe permita ignorar a existência dos trabalhistas e restantes formações de esquerda, todos com representação parlamentar.

Assim, tudo parece manter-se como anteriormente às eleições. De um lado, os defensores, com o Likud à cabeça, da anexação total dos territórios árabes ocupados e a expulsão dos palestinianos e, por outro lado, os defensores de uma conferência de paz susceptível de vir a reconhecer uma autonomia palestiniana no âmbito de uma federação palestiniano-jordana.

Não é difícil perceber como a questão palestiniana e dos territórios árabes ocupados domina, quase totalmente, a vida política, económica e social de Israel. Paradoxalmente, as posições extremas face ao problema são apresentadas como visando o mesmo objectivo: a paz e a estabilidade de Israel. Acontece porém que uns defendem tal objectivo com o recurso à guerra e outros com o recurso ao diálogo. Mas mesmo estas duas posições estão longe de estar perfeitamente definidas.

Da parte do Likud e dos extremistas, não restam dúvidas quanto às suas opções: o elevado número de mortos palestinianos, só nos últimos onze meses, bem como as represálias contra o sul do Líbano, falam por si. Quanto ao Partido Trabalhista, as suas hesitações, muitas vezes traduzidas em convivência com as práticas do Likud, dão pouca credibilidade ao empenhamento na procura de uma solução política para o conflito na região.

O futuro não se apresenta, assim, favorável ao termo de um conflito que há décadas se arrasta naquela zona do Médio Oriente, com um número cada vez mais excessivo de vítimas. O que remete de novo para a comunidade internacional uma responsabilidade que não pode ser subestimada. A paz tem de ser possível.

«A Grande Revolução Socialista de Outubro foi o ponto de partida das transformações radicais que a luta dos povos tem operado no mundo: o capitalismo entrou em crise geral; surgiu o sistema socialista mundial que se tornou o factor decisivo do desenvolvimento social e onde 1/3 da Humanidade já vive e trabalha sob a bandeira do socialismo; o sistema colonial do imperialismo desmoronou-se e em sua substituição surgiram Estados independentes, alguns dos quais enveredaram pela via não capitalista de desenvolvimento; progride nos cinco continentes a luta dos povos pela independência nacional, a liberdade, a democracia, o socialismo e a paz.

Ao olharmos hoje, para este grande panorama, nunca é demais lembrarmos o significado histórico-mundial da Revolução de Outubro, o impressionante balanço de vitórias e realizações que o movimento comunista e operário mundial apresenta aos povos do mundo e verificarmos, ao mesmo tempo, a renovada vitalidade das forças do socialismo, que nenhum poder jamais pôde ou poderá destruir, por muitas e duras que sejam ainda as dificuldades e provas por que tenha que passar».

«Glória à Revolução de Outubro!» — «Avante!», VI Série, n.º 361, Novembro 1965)

«Ao contrário do que têm feito os dirigentes de muitos países capitalistas, Salazar mantém-se fiel às directrizes americanas de não estabelecer relações económicas normais com os países socialistas.

As consequências destas política são as mais desastrosas para a nossa economia. A indústria conserveira, por exemplo, vê diminuídas as suas vendas para os Estados Unidos, e é batida pela concorrência noutros mercados ocidentais. A falta de mercados para esta indústria, que vive fundamentalmente da exportação, está na origem da crise em que se debate e que cai com maior fragor sobre os operários, que são atirados para o desemprego ou que trabalham a um dia or semana.»

«A cooperação económica mundial» — «Avante!», VI Série, n.º 266, 1.ª quinzena, Novembro 1958)

«A crise da indústria conserveira tem vindo a agravar-se de ano para ano: falta de peixe, embarços criados pelo salazarismo, falta de mercados.

O ano passado, por exemplo, faliram duas fábricas em Olhão. Mas este ano as coisas agravaram-se ainda mais, visto que os recursos dos pequenos e médios industriais se vão esgotando (...) e o Governo nada faz para resolver os seus problemas. Pelo contrário, todas as manobras são orientadas no sentido da concentração monopolista para satisfazer os interesses dum Ramirez, dum Ledo ou Adão Polónia.

Em suma, cerca de 10 fábricas em Olhão estão na eminência de falir. A sua manutenção ainda, deve-se ao facto de os industriais terem vindo a recorrer a alguns bens que possuem, vendendo-os. O seu encerramento lançará no desemprego completo 200 homens e 1000 aproximadamente. Mais fome e mais miséria para os já miseráveis lares dos operários conserveiros e dos pescadores algarvios e de Setúbal.»

«Ameaçada a indústria conserveira» — «Avante!», VI Série, 284, Novembro 1959)





## congresso PCP

Poucos números do «Avante!» serão ainda publicados nas quatro semanas que distam da abertura dos trabalhos do XII Congresso do nosso Partido, no Porto.

O espaço do «XII Congresso em Foco» no «Avante!» tem-se revelado como um verdadeiro espaço de diálogo, tem permitido a abordagem complementar das novas questões que se suscitam ao exame e ao debate dos congressistas, tem permitido desenvolver de maneira criadora os debates que mais propriamente nas Reuniões e Assembleias Plenárias das organizações do Partido se travam em torno dos projectos do nosso Programa, das Alterações aos Estatutos e das Teses sobre a actividade do Partido desde o X Congresso.

As questões programática inovadoras começam a ser abordadas com maior incisão, maior segurança, conhecimento e estudo das propostas e documentos a submeter ao Congresso.

A correspondência dos leitores, com a sua diversidade de nível e de formas de abordagem das matérias, está a revelar-se uma secção de esclarecimento mútuo, de controvérsia crítica útil, de interessamento mais vasto dos militantes e dos leitores do «Avante!» em geral e a positiva afirmação política e ideológica do Partido.

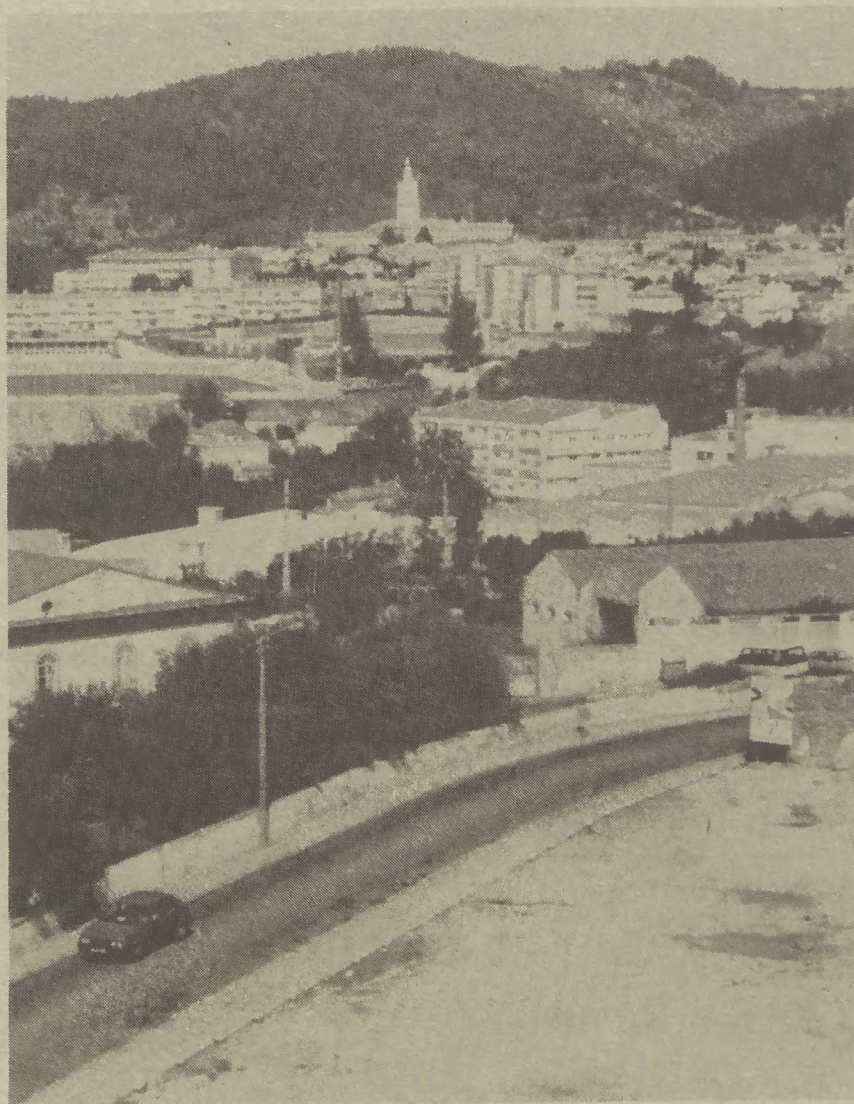
A continuação desta secção no «Avante!», que por falta de interesse não foi possível anteriormente radicar nos hábitos do leitor, pode desde agora encarar-se para o futuro se se mantiver a fluência das cartas à Redacção e se desenvolver a consciência de uma contribuição que pode enriquecer de maneira excepcional o património político do Partido.



**XII**  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avanzada  
no limiar  
do século  
XXI

# Portalegre

## 60 reuniões com 1800 camaradas ... e «o resto» também mexe



# Gouveia

## Debate muito vivo

Três horas de debate muito vivo marcaram a assembleia plenária do concelho de Gouveia (Guarda), realizada no sábado, dia 22, à tarde, com a presença de 34 camaradas.

Esta foi uma das sete iniciativas de preparação do congresso já realizadas pela Organização Regional da Beira Interior, das 47 marcas (ver Agenda).

Esta assembleia plenária em Gouveia teve por objectivo debater os projectos de Programa e de alterações aos Estatutos; depois de

uma apresentação dos documentos, que incluiu a leitura de algumas partes, gerou-se um debate vivo e interessado — como de lá nos informaram. No final foi decidido votar na generalidade os dois documentos em discussão, que foram aprovados por unanimidade.

No próximo dia 19 os comunistas de Gouveia reúnem novamente em assembleia plenária para discutirem as Teses e decidirem quem vai representá-los no Porto, nos dias 1, 2, 3 e 4 de Dezembro. ★

Em todo o distrito de Portalegre já se tinham realizado 60 reuniões de preparação do XII Congresso do PCP, que contaram com a participação de 1800 camaradas — de acordo com um balanço feito na reunião de 22 de Outubro da Comissão Distrital do Partido e dado a conhecer à imprensa numa nota de dia 28; neste documento os comunistas de Portalegre tomam posição quanto a várias questões da vida do distrito.

Nas reuniões realizadas tem-se verificado «uma boa receptividade» aos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos.

Para discutir estes documentos e as Teses e para eleger os 67 delegados que do distrito de Portalegre irão ao Congresso, estão marcadas até 26 de Novembro mais de cem iniciativas. Decorrem ainda uma campanha de recolha de fundos e uma campanha para o pagamento e actualização da quota de cada militante.

Mas, ao mesmo tempo que preparam a sua participação no Congresso do Partido, os comunistas de Portalegre «intensificam a sua acção na defesa do regime democrático e suas conquistas» — refere a nota da Comissão Distrital do PCP, «designadamente os direitos dos trabalhadores, que o patronato, com o apoio do Governo, pretende pôr em causa, como acontece na Martins e Rebelo (Avis), na Celte

(Marvão), na Finicisa (Portalegre), na Fevereiro (Elvas), na Lanifícios (Portalegre), etc.».

Por outro lado, «tem-se intensificado por parte das organizações do Partido a preparação das batalhas eleitorais de 1989» (Parlamento Europeu e autarquias locais).

A Distrital de Portalegre denuncia a situação criada com a «falta de rigor» e o «incumprimento» da lei das finanças locais, com o acréscimo de encargos dos municípios sem o correspondente aumento das verbas para lhes fazer face, e apela à intensificação da luta pela regionalização.

Reafirmando «posições já assumidas anteriormente» em relação à operação integrada de desenvolvimento do Norte Alentejano, a CD de Portalegre do PCP alerta «desde já para manobras menos claras por parte da CCR do Alentejo»; como exemplo, refere-se na nota a tentativa de integrar na OID/Norte Alentejano 5 concelhos do mármore do distrito de Évora.

«A existência de uma Associação de Municípios como pólo aglutinador do aproveitamento de recursos e implementação de acções comuns que possibilitem uma cada vez mais forte intervenção dos municípios aos vários níveis» é uma necessidade para que a Distrital de Portalegre do PCP chame a atenção de todos os autarcas. ★

# Comunistas de Torres Novas

## — um duplo desafio

Preparar o XII Congresso do Partido e a 4.ª Assembleia da organização concelhia (marcada para 20 deste mês) é o desafio que se coloca aos comunistas de Torres Novas.

Em contacto com o «Avante!», a Comissão Concelhia em funções salienta a dado passo:

«Decorridos que vão dois anos sobre a última Assembleia chegou o momento de prepararmos a realização da 4.ª Assembleia da Organização, já marcada para o próximo dia 20 de Novembro.

«O avanço da direita, com a sua política de restauração dos monopólios e latifúndios, com o aumento da exploração e da instabilidade do emprego, com o ataque aos direitos sociais e democráticos conquistados, com uma clara submissão aos interesses do imperialismo e das multinacionais — exige um empenhamento e uma resistência que torna mais indispensável a dedicação, o exemplo e a função de vanguarda dos comunistas e do seu Partido.

«Neste sentido, verifica-se a necessidade de melhorar e reforçar os órgãos dirigentes do Partido no concelho, bem como imprimir uma nova dinâmica ao nosso trabalho político e organizativo.

A Assembleia da organização deverá fazer o balanço dos principais problemas do concelho e da contribuição do PCP para a sua resolução; aprofundar as perspectivas do desenvolvimento de Torres Novas e as propostas dos comunistas; examinar a natureza, os objectivos e as consequências da política do Governo do PSD de Cavaco e dos seus correligionários à frente do município, particularmente em relação ao concelho; fazer o balanço crítico do nosso trabalho e começar a preparar desde já as eleições de 1989, para as autarquias e para o Parlamento Europeu; discutir com grande atenção o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e encontrar as soluções mais adequadas para o reforço da organização do Partido nas empresas.»



# JCP de Leiria em encontro distrital

## «Contem connosco»

Contem com o nosso contributo, camaradas, no sentido do aprofundamento, do debate e da análise dos problemas dos jovens e do povo em geral, contem com a nossa cooperação no reforço do Partido e na sua intervenção na sociedade portuguesa, como grande Partido democrático, dos trabalhadores e do povo português — diz a saudação ao XII Congresso do Partido, aprovada no decurso dos trabalhos do encontro distrital de Leiria da Juventude Comunista Portuguesa, realizado no passado dia 30 na capital do Liz.

Nessa saudação, um dos documentos aprovados pelos jovens reunidos numa sala do Centro Comercial D. Dinis, em Leiria, declara-se que «neste momento, em plena fase de preparação do Congresso do PCP, etapa de importância crucial para o reforço da sua capacidade de intervenção e da sua acção junto das massas, a JCP saúda o Partido pelo seu carácter revolucionário, pelo seu papel dirigente da classe operária e dos trabalhadores portugueses, pela sua luta desde sempre, em prol da democracia e do bem-estar do povo e do País.»

Acrescenta a saudação:

«Nós, jovens, reconhecemos no PCP o grande Partido do futuro, o Partido da juventude e que com a juventude atingirá pela luta uma sociedade mais justa, rumo ao socialismo e ao comunismo.»

### Problemas regionais

Estiveram presentes neste encontro, virado no essencial para temas de âmbito regional, 53 jovens de diversas zonas do distrito, a maioria dos quais com menos de 18 anos. A boa disposição e a alegria associaram-se à responsabilidade e ao empenhamento, resultando um debate oportuno e muito dinâmico sobre temas de viva actualidade e importância para a jovem geração deste distrito.

Os problemas dos estudantes e dos jovens trabalhadores nas fábricas de vidros e moldes, nas pescas e noutras actividades, estiveram em foco nesta iniciativa que registou também a participação do camarada António Orcinha, responsável da DORLEI do PCP e membro

suplente da Comissão Política do Partido.

Questões ligadas à formação profissional, sindicalização, desemprego, trabalho precário e tempos livres foram abordadas pelos jovens comunistas, que chamam a atenção, nomeadamente, para as más condições existentes nas escolas, para a forma pouco transparente com que são geridas as verbas da formação profissional e para a crescente instabilidade do emprego e do recurso ao contrato a prazo.

### XIII Festival da Juventude e dos Estudantes

Outro documento aprovado neste encontro distrital refere-se ao XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que salienta:

*Os Festivais Mundiais da Juventude e dos*

*Estudantes têm como grandes objectivos a promoção de princípios democráticos de cooperação, de formas colectivas de preparação, envolvendo muitos milhares de jovens, como aconteceu no nosso distrito em 1985, aquando da preparação do XII Festival, que decorreu em Moscovo.*

*A realização de 1 a 8 de Julho de 1989, na República Popular Democrática da Coreia, do XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, sob o lema «Pela Solidariedade anti-imperialista, a Paz e a Amizade», coloca a todos os jovens do distrito a tarefa da sua realização.*

*O Encontro Distrital da Juventude Comunista Portuguesa apela a todos os jovens e em especial às organizações juvenis democráticas para que participem na formação do Comité Distrital Preparatório ★*

# Aveiro

## Um fim-de-semana que promete

Com a realização, no dia 28 de Outubro, de mais duas Assembleias Plenárias (a de Nogueira da Regedoura no concelho da Feira e a do concelho de Vale de Cambra) e com o adiamento para dia 19 da prevista em Castelo de Paiva, continuou no passado fim-de-semana um período este de menor intensidade no ritmo da realização daquelas reuniões magnas, período que antecede o grande salto que irá ocorrer entre amanhã e domingo em que, após as quinze assembleias previstas, estarão eleitos cerca de dois terços dos delegados do distrito de Aveiro.

Tal «compasso de espera» criou condições para o aprofundamento do estudo dos materiais do Congresso, para o trabalho de contacto e sensibilização do conjunto dos militantes, para uma acrescida atenção às outras tarefas do Partido.

Quanto às duas assembleias referidas — às quais há a juntar outra realizada em Anadia, na véspera do feriado, posteriormente à redacção desta crónica — a sua história é simples: em ambas subiu a participação relativamente às realizadas nos mesmos locais para discussão dos projectos de Programa e de Alterações aos Estatutos; em ambas se verificou o apoio genérico às Teses; em ambas foram discutidos os problemas reais das respectivas regiões.

Dos relatos dos trabalhos sabemos que desta vez estiveram em foco os problemas que resultam para as PME's da adesão à CEE, as questões da Juventude, o PCP e a religião (com camaradas a expressarem a opinião de que as Teses a isso se deviam referir), as questões do momento político tais como a revisão da Constituição, o papel da intervenção directa na resolução dos problemas (o «fazer obras») no conjunto da actividade do Partido e a ocultação que disso faz a generalidade da comunicação social, etc.

Nas duas Assembleias foram eleitos como delegados dois quadros conhecidos das respectivas organizações: um operário corticeiro, dirigente sindical, neste momento no desemprego devido ao processo de encerramento e falência da empresa A. Paulo Amorim e um empregado sindical membro do organismo intermédio de direcção da zona interior/norte do distrito.

Nos dois casos tratou-se da proposta de delegados apresentada pela mesa mas, enquanto em Nogueira da Regedoura se veio a verificar unanimidade, expressa de braço no ar em torno de uma proposta única, já em Vale de Cambra surgiram outras propostas, (quatro no total), que tão naturalmente como surgiram foram votadas de braço no ar, sendo o delegado eleito por maioria. ★

# Algarve

## Cresce o interesse e a participação

O «crescimento do interesse e participação dos comunistas algarvios na preparação do XII Congresso» é destacado numa nota do gabinete de imprensa da DORAL ( direcção regional do PCP) em que se considera «amplamente positivo» o balanço das mais de 75 reuniões e assembleias já realizadas.

O «objectivo primeiro» destas iniciativas é «discutir em todas as organizações do Partido os documentos propostos pelo CC, no sentido do seu enriquecimento»; foram já recebidas e

enviadas às comissões de redacção dezenas de propostas de alteração às Teses, ao projecto de Programa e às modificações nos Estatutos. «Todas estas reuniões — afirma o gabinete de imprensa da DORAL — foram participadas e muito animadas». O debate vai prosseguir e para o efeito — bem como para a eleição dos 59 delegados algarvios ao Congresso — estão marcadas em todo o distrito de Faro mais de 50 reuniões e assembleias plenárias de organizações do PCP. ★

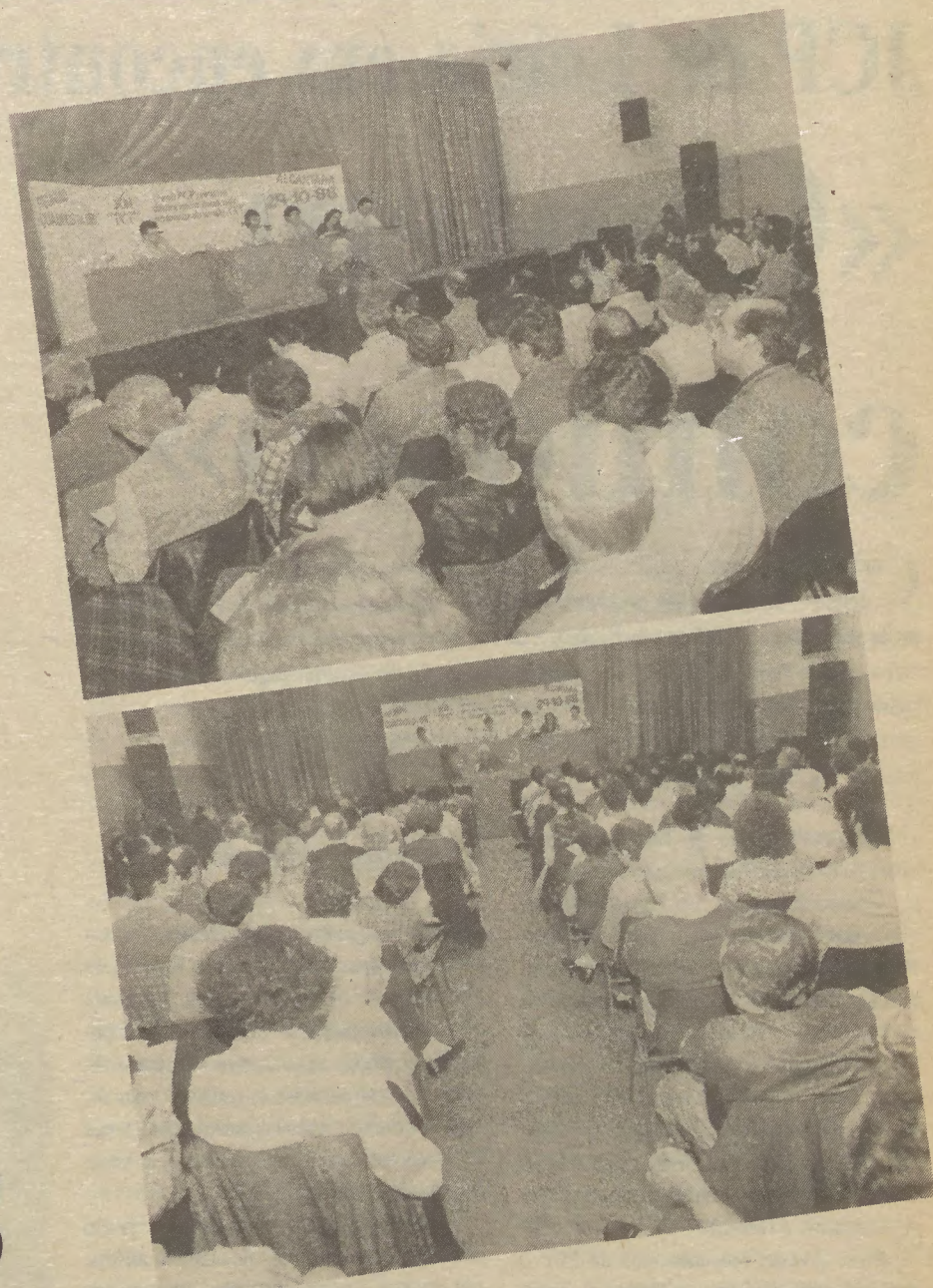




**XII**  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avancada  
no limiar  
do século  
XXI

# Quadros de Lisboa debatem Teses, Programa e Estatutos

● *Alargar, aprofundar, divulgar  
— linhas para a acção imediata*



**D**ebater as Teses e os projectos de Programa e alterações aos Estatutos do PCP foi o objectivo da reunião de quadros da Organização Regional de Lisboa que se realizou no sábado, dia 29, na Junta de Freguesia de Alcântara, e na qual participaram quase 400 camaradas dos organismos de direcção de todos os concelhos e sectores que integram a ORL.

Das informações sobre o trabalho já efectuado no âmbito da preparação do XII Congresso do Partido ressalta a necessidade de alargar a participação dos militantes, aprofundar a discussão e fazer um grande esforço de divulgação do Congresso e das propostas do PCP junto da opinião pública do distrito de Lisboa.

Álvaro Cunhal assistiu a toda a reunião e fez, no final, uma intervenção de que publicamos alguns excertos. Na mesa que dirigiu os trabalhos estiveram também José Casanova, da Comissão Política, e camaradas do executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Devido ao feriado nacional de terça-feira que reduziu num dia o prazo de elaboração deste «Avante!», a intervenção de Álvaro Cunhal no encontro de quadros da ORL será publicada no próximo número.

Antes da intervenção do secretário-geral do Partido, o camarada Francisco Lopes, membro do CC e do executivo da Direcção da ORL, que dirigiu a reunião, recordou que «há que levar o Congresso à opinião pública» de Lisboa e destacou, das iniciativas já marcadas com esse objectivo, uma grande colagem de cartazes no fim-de-semana de 5 e 6 de Novembro e uma **jornada distrital de propaganda** de 10 a 13 deste mês; esta jornada inicia-se com um **dia de venda do «Avante!»** na próxima quinta-feira.

## «Sem dúvida!»

Não se tratava de um comício, mas terminou com um «viva!» ao XII Congresso e com toda a gente a afirmar a confiança no seu Partido: «PCP! PCP!».

«Sem dúvida, o objectivo foi atingido» — foi o comentário do camarada Francisco Lopes quando, por entre as cadeiras que voavam de mão em mão na azáfama de deixar tudo arrumado, lhe perguntámos o que pensava do encontro que juntou em Alcântara camaradas dos organismos de direcção de todos os concelhos e

sectores da ORL: Amadora, bancários, Cascais, concelhos do Norte, Função Pública, intelectuais, Loures, Oeiras, Organização Local de Lisboa, Saúde, sector público, seguros, sector sindical, Sintra, transportes e Vila Franca de Xira.

Ao longo das cerca de cinco horas de debate falaram 33 camaradas: foram apresentados balanços da discussão e do restante trabalho de preparação do Congresso, foram levantadas questões que têm surgido nas reuniões, foram feitas críticas e sugestões concretas.

Não houve qualquer intervenção «de abertura», mas também não houve qualquer «impasse», daqueles que por vezes marcam o início a pouco e pouco de discussões que só aquecem passado um bocado. Ali não foi assim: as intervenções sucederam-se umas às outras muito naturalmente e sem tempos mortos.

## A participação

Começou o camarada Romão (OLL) que, falando sobre a participação nas reuniões de preparação do Congresso apontou algumas razões para ela não ser «a que de-

sejariamos», mas considerou-a «positiva».

Este aspecto foi referido noutras intervenções (Francisco Brandão, dos quadros técnicos, Demétrio Alves, da EDP, Paula Henriques, dos transportes, José Nery, da Amadora, Durão de Carvalho, da Saúde, Brás Neves, de Cascais, Vítor Sarmento, da OLL, Rita Magrinho, dos professores, Albano Jorge, de Oeiras), manifestando no geral a necessidade de se fazer um esforço para continuar a trazer mais e mais camaradas ao debate dos documentos preparatórios do Congresso.

José António Veríssimo falou do trabalho feito nesse sentido numa das freguesias de Vila Franca de Xira, onde está em curso uma campanha de recrutamento, outra que tem por objectivo pôr em dia a quotização até Dezembro; ali está-se a encarar já a continuação logo depois do Congresso do trabalho de «redinamização» da vida da organização.

Na Função Pública — sector com militantes distribuídos por 58 locais de trabalho em todo o distrito — a participação tem sido, já nesta fase inicial da preparação do Congresso, superior à que se verifica nas reuniões normais e «bastante superior» à que se registou na preparação do X Congresso — disse Marques Lopes.

Outros camaradas (Francisco Pereira, de Loures, Jorge Pisco, de Vila Franca) registaram um aumento da participação nas iniciativas dos últimos dias; em muitas intervenções referiu-se que o trabalho preparatório do Congresso permitiu retomar o contacto com camaradas que estavam há muito desligados.

## O debate

«A discussão reflecte o estado das organizações e a formação dos militantes» — lembrou o camarada José Manuel, do sector sindical. Em várias intervenções se registou que, sobretudo no período inicial dos debates, tem-se discutido mais as alterações aos Estatutos que os outros documentos. José Soares, do sector público, deixou uma interrogação sobre as razões de haver «menos disponibilidade» para discutir o projecto do Programa.

Praticamente todas as questões levantadas na reunião sobre o conteúdo das Teses, do projecto de Programa e da proposta de alterações aos Estatutos foram referidas na intervenção do secretário-geral do PCP. A reportagem pode portanto terminar aqui. O debate, esse, continua — e vai a crescer. ★



# O desenvolvimento económico assente numa economia mista — alguns aspectos

O PCP no Programa «Portugal Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI» propõe no seu ponto terceiro do Capítulo II, as grandes linhas de uma política de desenvolvimento económico assente numa economia mista.

E uma das principais questões que se pode levantar é o de se saber qual o objectivo da política económica que os comunistas apresentam aos portugueses.

Mas antes de passarmos a esta e a outras questões, convirá talvez recordar três questões prévias:

**1.<sup>a</sup>** Que estamos em presença de um programa para uma fase temporal cujo horizonte se situa no limiar do século XXI, e não perante um programa de Governo, o que significa que este não comporta ou não deve comportar nem particularismos, nem conjunturalismos.

**2.<sup>a</sup>** Que a estratégia de desenvolvimento tem de ser gizada não no vácuo, para um país abstracto, mas para um país concreto, tendo em conta o ponto de partida, isto é, o nível actual de desenvolvimento das forças produtivas, do aparelho produtivo, dos seus atrasos, das suas potencialidades e vulnerabilidades, bem assim como o seu enquadramento externo, possibilidades, dependências e interdependências.

**3.<sup>a</sup>** Que até à aprovação em Congresso, o que temos diante de nós é um projecto que, se bem que seja a expressão de trabalho colectivo e de trabalho realizado em encontros, seminários e debates e que incorpora já muitas e muitas emendas, necessita ainda da reflexão e da contribuição do colectivo partidário.

## O Homem e o seu bem-estar

Posto isto e regressando à primeira questão, poderemos dizer de uma forma sintética que o objectivo da política económica do PCP se poderia resumir a dois vocábulos: o **homem e o seu bem-estar**. Isto é, com o desenvolvimento económico, pretende-se a melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades da população, nomeadamente das chamadas necessidades básicas — habitação, saúde, ensino, ... — e uma justa repartição do rendimento, tendo por base uma economia moderna e eficiente, com uma acrescida e sólida base científico-técnica e uma nova especialização produtiva. Uma melhor distribuição do rendimento deverá assentar numa acumulação social diferente da riqueza criada inclusivamente a nível sectorial e regional, permitindo um desenvolvimento equilibrado e mais harmonioso e a recuperação dos sectores mais atrasados, como é o caso da agricultura, dando combate quer às deseconomias das macrocefalias do litoral, quer ao desaproveitamento de recursos de zonas do interior em fase de desertificação e envelhecimento populacional.

Apesar de tudo, são objectivos ainda limitados. A abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, o desaparecimento das injustiças sociais, a concretização prática da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do País, como força

social dinâmica e criativa, e a intervenção permanente, activa e interessada das massas populares em todos os aspectos e esferas da sociedade, são objectivos fundamentais que só o socialismo está em condições de resolver. Mas embora limitados os objectivos apontados para a política de desenvolvimento, parte integrante e básica da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português, estes objectivos integram já um elevado progresso social, bem como a criação de uma base material para a construção de uma sociedade mais justa e democrática e com a garantia da firme salvaguarda da independência nacional.

## Estratégia de desenvolvimento

Apontam-se depois no projecto de Programa seis vectores da estratégia de desenvolvimento para os concretizar: o aproveitamento, a mobilização das potencialidades e a gestão adequada dos recursos naturais, tendo em conta a necessária especialização e a defesa e melhoria do ambiente, o aproveitamento da capacidade produtiva e dos recursos humanos; o aumento da produção nacional; a intervenção crescente da ciência e da tecnologia nas forças produtivas; a modernização da economia e o aumento da produtividade; o planeamento e a cooperação económica internacional pautada pela afirmação do interesse nacional na divisão internacional do trabalho, no sistema de integração na CEE e noutros linhas de relacionamento e de cooperação externas.

Poderá objectar-se que estes vectores são desiguais, que o planeamento e a cooperação económica internacional são, por exemplo, mais instrumentais, que estão a outro nível. É certo. É ainda uma questão, como outras, a reflectir. Mas no caso português, em que o planeamento nunca teve expressão concreta, digna desse nome, e em que, tal como noutros países capitalistas, sopram os ventos da desregulação, da «mão invisível», parece-nos de incluí-lo entre os vectores de uma estratégia de desenvolvimento. Também em relação à cooperação económica internacional poderá argumentar-se que ela é um elemento da vida económica de todos os países. É certo.

Mas também no caso português, país mais atrasado e débil da CEE, a cooperação internacional pautada pela afirmação do interesse nacional na divisão internacional do trabalho, adquire uma importância particular.

## Que organização económica?

Uma outra questão que se pode levantar é a de saber com que organização económica será possível delinear tal estratégia com os objectivos indicados. Parece-nos evidente que uma economia dominada pelas transnacionais e pelo capital monopolista, não só não utilizará os vectores da estratégia de desenvolvimento, tal como os definimos, como não terá como objectivos centrais aqueles que são propostos pelo nosso projecto de Programa.

Para se concretizar uma política de desenvolvimento assente na defesa dos interesses nacionais, na melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses e na justiça social é necessária uma organização económica mista. Mas que organização económica mista? Organização económica mista, isto é, uma economia com diversas formas de propriedade também é reivindicada por sectores reformistas e mesmo libertistas.

Para estes trata-se no essencial de uma organização económica em que o sector nacionalizado é constituído por empresas não rentáveis, empresas que por uma ou outra razão deixaram de interessar ao capital, ou que, por terem de desempenhar uma função social, não servem os interesses de acumulação dos grupos privados.

Na organização económica mista que defendemos, o controlo das alavancas fundamentais da vida económica nacional deve estar fora do domínio do grande capital e de imposições externas, o que exige, entre outros requisitos, um Sector Empresarial do Estado dinâmico, incluindo empresas participadas, abrangendo designadamente a banca e seguros e outros sectores básicos e estratégicos da economia — na indústria, nos transportes, nas comunicações — e desempenhando um papel determinante no desenvolvimento das forças produtivas e na aceleração do desenvolvimento económico.

## Sector Empresarial do Estado

Neste Sector Empresarial do Estado integrado, a gestão das respectivas empresas deve ser coordenada e assegurada por gestores competentes ao serviço de um Estado democrático. Este Sector, no caso português, é tanto mais necessário e importante, como garante de uma política de desenvolvimento conforme aos interesses nacionais, quanto maior for a integração de Portugal na CEE. O Sector Empresarial do Estado tal como o defendemos e caracterizamos não só não é contrário ao Tratado de Roma e às normas da CEE, como é um instrumento essencial para que alavancas fundamentais da economia portuguesa, em face do «Mercado Único», não fiquem sob o domínio das transnacionais e dos centros de decisão externos ao País. Este Sector deverá também desempenhar um papel dinamizador dos outros sectores, nomeadamente do sector privado, que é constituído por empresas de variada grandeza (na indústria, na agricultura, no comércio, nos serviços) com destaque para as pequenas e médias empresas, pela sua flexibilidade e pelo seu peso na produção e no emprego.

As diversas formas de propriedade devem ser apoiadas de forma complementar e planeada, atendendo às suas características e dinâmicas próprias, procurando-se em relação aos sectores nacionalizados e privado uma articulação e o estímulo à sua eficiência e aumento de produtividade a fim de resistirem ao impacto do Mercado Único.

Mas para que uma estratégia de desenvolvimento tenha êxito, na sua concretização prática — e a luta tem de processar-se desde já — não basta uma análise objectiva e realista da situação, a definição de metas e objectivos justos e exequíveis e a identificação e proposição das medidas correctas para os alcançar.

No nosso entendimento há também um outro requisito fundamental, a participação das massas populares, a intervenção interessada, dinamizadora e criativa dos trabalhadores.

Estes são alguns traços do projecto que se encontra na fase de apreciação e debate, continuando em consequência a ser objecto de sugestões, emendas e precisões, nomeadamente em relação às políticas sectoriais. ■



O facto de pela primeira vez um capítulo inteiro ser dedicado à batalha ideológica nas Teses de um Congresso do Partido é em si próprio significativo.

Os problemas da luta no campo das ideias não estiveram, naturalmente, ausentes nos anteriores Congressos, mas o seu tratamento não teve o destaque e extensão que este ano lhe são conferidos.

Numa primeira e imediata análise não é difícil descortinar duas razões para o facto, salientadas aliás nas próprias Teses: por um lado a importância acrescida do problema em todo o mundo em geral e também em Portugal («a vida social, económica, cultural e política nacional ficou também assinalada, no período decorrido desde o X Congresso, pelo desenrolar de uma intensa e complexa batalha ideológica, profundamente interligada e articulada com a ofensiva contra-revolucionária e com a resistência e a luta do movimento operário e popular em defesa do regime democrático e das conquistas de Abril» — ponto 6.0.1. das Teses); por outro, atrasos do Partido no estudo e aprofundamento de múltiplos aspectos da batalha ideológica («Foram deficiências do trabalho de Direcção que é necessário corrigir e superar: a) o atraso na análise e resposta partidária a alguns problemas nacionais e regionais designadamente os relativos às perspectivas de desenvolvimento económico, após a integração de Portugal na CEE, à evolução da composição social da sociedade, à problemática juvenil, à luta ideológica, à importância e papel da comunicação social» — ponto 9.6.9. das Teses).

#### Inventariar problemas

As próprias Teses constituem um primeiro esforço para o ultrapassar das deficiências e atrasos apontados, mas seria irrealista pensar que pudessem já conter propostas desenvolvimentais e «exaustivas quanto a problemas que requerem estudo e consideração cuidada.

Mas será também manifestamente errado defender que partimos do zero e que nos devamos remeter a uma inoperante espera até que tudo esteja estudado e aprofundado. Nem se parte do zero quanto ao problema, nem a realidade admite que nos quedemos fora da luta quotidiana à espera de definirmos as melhores soluções para nela intervir...

De um ponto de vista de seriedade intelectual e politicamente de cada uma das propostas, a metodologia adoptada pelas Teses no seu capítulo 6 é de indiscutível correcção: antes de tudo o mais, um atento considerar da realidade existente, um inventariar tão extenso quanto possível das condições, das grandes linhas de acção do inimigo, da situação com que nos defrontamos.

Algumas sínteses são já propostas, não apenas na caracterização da situação, mas também quanto a alguns pressupostos gerais de acção que a análise feita e a experiência adquirida indicam como adequados.

Aliás, as conclusões do ponto 6, entrelaçam-se inseparavelmente com o que igualmente é avançado no capítulo sobre o Partido e muito especialmente nos pontos 9.9. (Trabalho ideológico) e 9.10. (Informação e propaganda).

#### Onde e como estamos

Como se salienta nas conclusões do ponto 6. das Teses, sendo evidente que defrontamos

uma situação difícil, constituiria desastroso erro ignorar que a capacidade de intervenção — em muitos sectores hegemónica — do imperialismo não significa ausência de capacidade de intervenção material e ideológica das forças progressistas.

É indispensável sublinhar mesmo que um dos eixos da propaganda e da «informação» burgueses é exactamente a apresentação da «falência» dos conceitos e ideários progressistas, a «falência da esquerda», a «falência do marxismo», etc.

Quanto a este aspecto, uma leitura cruzada de alguns aspectos das Teses fornece pistas particularmente estimulantes. Interessa por exemplo utilizar os conceitos expostos 6.8.6. (a relevância das questões infraestruturais também no plano das ideias) e todo o panorama traçado no primeiro capítulo («A situação internacional»).

O problema é que, se fosse verdadeira a hegemonia na produção teórica do imperialismo e consequente falhanço das concepções de progresso e de liberdade, resultaria absolutamente inexplicável como, mesmo no curto período histórico que media entre o X e o XII Congressos do PCP, se verificaram mutações manifestamente contrárias aos interesses e objectivos do imperialismo!

Assume particular importância o ter em conta que a indiscutível capacidade de intervenção no campo da comunicação social do grande capital introduz na percepção da realidade (mesmo à esquerda) factores negativos que ultrapassam a pura e simples deformação ou manipulação dos factos. Sem pretender ir mais além do que um indicio do problema, recorde-se que, pela sua própria técnica, a comunicação social pode fornecer da realidade uma imagem fragmentada e pouco processual. A comunicação social em geral e os audiovisuais em particular atingem o público com uma sucessão de factos raramente interligados, sem relacionamento causal nem processo evolutivo. Para o grande público a enorme massa de factos-notícias acaba a ser apenas o suporte de algumas escassas ideias que os invocam, sucessivamente marteladas a propósito e a despropósito e socorrendo-se de «interpretações» que os próprios factos não permitem, mas cuja manipulação de significados o ritmo informativo facilita.

Mas o simples exemplo de que relizámos o X Congresso quando Reagan instalava na Europa os *Pershing* e os *Cruzeiros* e que realizámos o XII quando, por iniciativa da URSS, se inicia o seu desmantelamento diz muito sobre o efectivo evoluir do mundo e da vivência das

ideias reacionárias e belicistas ou progressistas e pacifistas!

#### «E contudo ela move-se!»

E há mais.

A parcela da batalha ideológica que se trava nos meios de comunicação social não só não pode fazer esquecer a realidade infraestrutural e a sua evolução, como o que se passa no campo das ideias para além dos jornais e dos audiovisuais.

E quando entramos pela realidade efectiva das ciências exactas e humanas, da investigação e do ensino e não do retrato que delas pretende ser do pela propaganda do imperialismo, torna-se uma evidência que não é seguramente no sentido do passado que as coisas se movem.

Há poucas décadas, um Bertold Brecht entendia interveniente num agudo período de luta ideológica e política do século XX lembrar um episódio de batalha ideológica de há alguns séculos: Galileu, a teoria heliocêntrica haviam constituído uma evidência de que a ideologia dominante recor-

re à violência e, Brecht sabia-o, essa prática não se quedara sepultada com a Inquisição que perseguira o pisano.

É indispensável não perder de vista que há poucas dezenas de anos um professor primário era julgado nos Estados Unidos por ter violado a proibição legal, salvo erro do estado sulista do Alabama, que interditava o ensino da... teoria evolucionista de Darwin!

É indispensável não esquecer que há poucas dezenas de anos se assinaram em campos de concentração milhões de homens em nome de uma «teoria das raças» que se reclamava de verdade científica. E há que não esquecer que, apesar de derrotada a prego de milhões de vítimas, houve que esprepar mais dezenas de anos para que a condenação do mundo caia sobre a sobrevivência dessa mesma teoria mantida sistema político no extremo sul da África.

Que a Igreja católica aceite pacificamente o veredicto científico que faz de uma das suas mais faladas reliquias (o Santo Sudário) uma fraude medieval sobrevivente séculos e séculos é um episódio singelo que

indica claramente que não é no sentido do passado, do obscurantismo e do idealismo hegemónicos ainda há não muito que se faz o curso da humanidade.

#### O marxismo e a ciência

O ponto 1.2.11. das Teses chama a atenção para um aspecto fulcral da actualidade que comporta algumas decorrências no campo da batalha ideológica. Afirma-se aí que «o capitalismo revelou uma maior capacidade de adaptação que a prevista e previsível às grandes transformações revolucionárias que se operam no mundo desde o triunfo da primeira revolução socialista». E acrescenta-se: «nos últimos tempos encontrou mesmo na revolução científica e técnica a refinação dos esquemas de domínio neocolonial e na intensificação da exploração dos trabalhadores novos impulsos de desenvolvimento».

Ora parece indiscutível o facto de que esta capacidade de adaptação ficou a dever-se em larga medida a um vasto processo de assimilação e integração ideológicas que permitiu ao

imperialismo gerar desenvolvimentos em muitas áreas de investigação a partir de ideias e métodos que anteriormente combatia com todas as armas e a todos os níveis. O imperialismo «pacífico» para seu próprio interesse a luta ideológica nos sectores de ponta da investigação e criação (esta absorção faz-se também no campo da criação artística), mantendo-se em armas na área da comunicação social e da influência ideológica de massas.

Conceitos básicos do marxismo há poucas décadas combatidos ferozmente são hoje pressupostos inteiramente pacíficos na filosofia, na economia, na história, na sociologia. As universidades de Harvard ou de Cambridge debatem com todo o rigor trabalhos de investigação que abertamente se reclamam do marxismo que, no mesmo dia, o «New York Times» ou o «Daily Express» proclamam estar morto e enterrado...

Há quinze anos na Faculdade de Letras de Lisboa o século XX português encontrava-se em estado de interdição absoluta: hoje ninguém se escandaliza pela análise das motivações económicas da expansão quinhentista ou com a análise de classes da crise de 1383.

Que de Makarenko a Bertold Brecht, de Bakhtine a Joliot-Curie, de Niemeyer a Neruda, de Hobsbawn a Aniceto Monteiro o marxismo contemporâneo seja parte integrante da cultura e da ciência de que o próprio capitalismo colhe frutos, eis o que da «vitória» ideológica do imperialismo da exacta noção. Porque, mesmo na investigação e no ensino que se reclamam do rigor científico e da honestidade intelectual, o padrão é de um vivificante diálogo onde os fenómenos de «ideologia» para consumo de *mass media* como os Karl Popper ou os Milton Friedman (ou os Prado Coelho...) são risíveis expressões de serventuários circunstanciais do circunstancial poder político.

#### O nosso património

Interessa, finalmente, não esquecer que, para além das grandes linhas e das grandes tendências globalmente favoráveis às ideias de progresso e de liberdade, na mão das forças progressistas em Portugal e dos comunistas em particular se encontram trunfos essenciais de intervenção e acção.

É sugestivo o enumerar feito na conclusão do ponto 6. das Teses, mas interessará acrescentar um mais: o da própria experiência individual e colectiva dos comunistas neste campo e que, uma vez mais, seria clamoroso erro esquecer e não fazer frutificar.

Será talvez correcto afirmar que um dos traços mais negativos de alguma subestimação aos problemas da batalha ideológica nos últimos anos foi mesmo o de não termos tido em conta o nosso estimulante património de luta e intervenção nesta área e que, afinal, acompanha a par e passo a nossa própria luta política.

Mas, para além deste património, digamos, mais antigo, remontando à luta antifascista, exige-se igualmente que não caiamos na singela armadilha de lançar ao activo da direita no poder aquilo que, no poder, foi obrigada a fazer por pressão das massas e das forças democráticas!

Que o Governo Cavaco em geral e o ministro da Educação em particular se enfeite com terem sido dados os passos por que as estruturas sindicais dos professores, o movimento estudantil e os partidos democráticos em geral se têm batido em nada altera a realidade de que aquilo a que se assiste é uma evidente vitória da democracia!

Que um período de particular criatividade dos artistas portugueses em numerosas áreas (literatura, pintura, teatro, música) colha aceitação geral e se defina de uma perspectiva profundamente nacional, com profunda ligação à realidade cultural portuguesa não constitui obviamente vantagem de uma direita que tudo tem feito para colocar o País na área económica, política e ideológica das multinacionais. Independentemente do posicionamento político-partidário de cada um dos criadores (e sendo estrondosa evidência a dominante afirmação no campo democrático), é transparente que é no campo da democracia que este activo se situa.

No campo específico do Partido, interessará ainda sublinhar a esta luz o objectivo enumerar dos meios e sua utilização no capítulo 9. Trata-se aliás de uma das conclusões que o Encontro sobre Comunicação Social realizado pelo PCP apontou: acima de tudo, há que melhorar a intervenção do importante património criado pelo trabalho e dedicação de milhares e milhares de militantes do Partido.

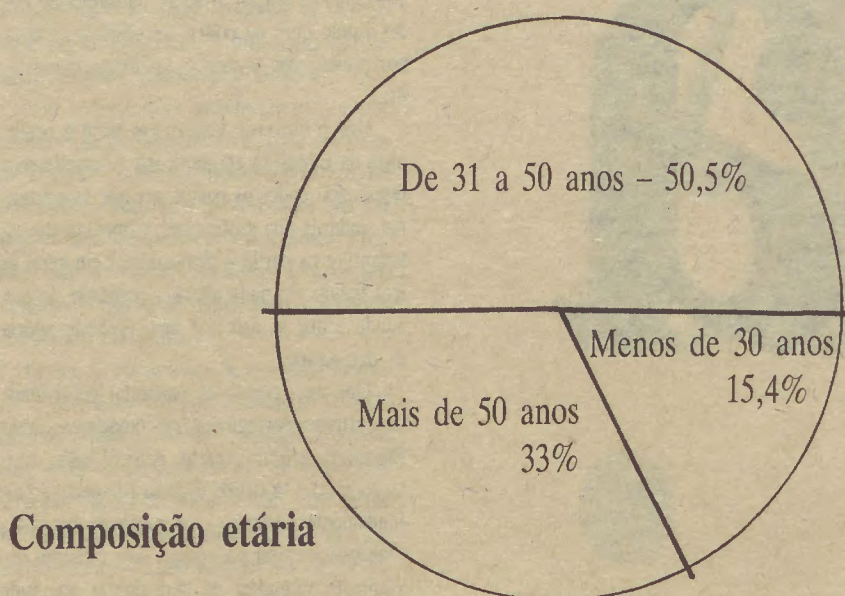
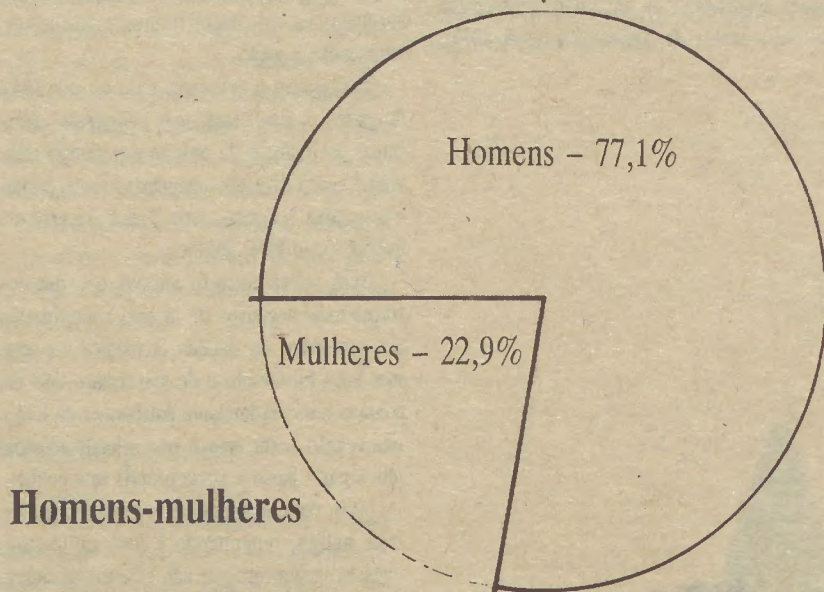
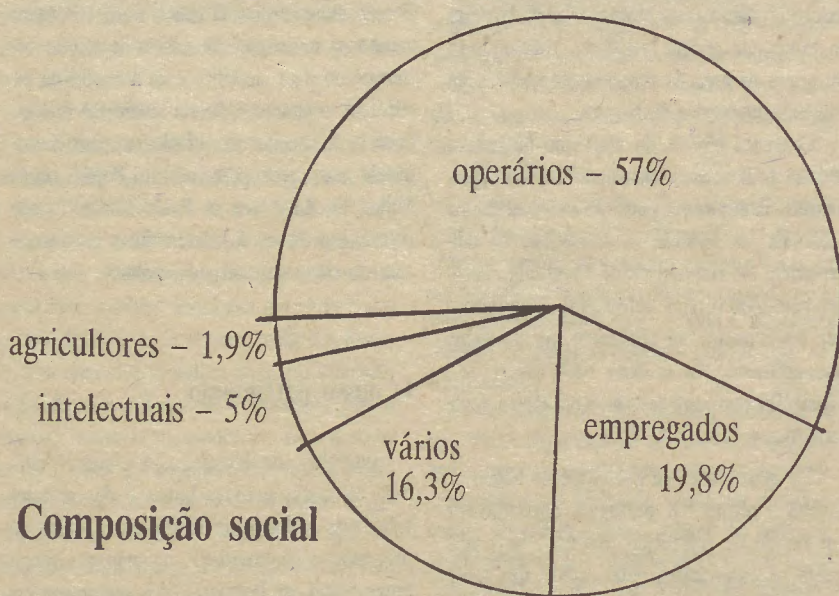
O que é manifestamente possível! ■

# A batalha ideológica



# O PCP:

**Total de militantes – 199 275**



**Total de organismos – 7777**

Direcções de Organizações Regionais (DORs) – 13  
(6 cobrindo áreas correspondentes a 1 só distrito e 7 a mais do que um distrito)  
Composição das DORs: 432 camaradas (45,3% operários e 29,9% empregados)  
Comissões Distritais – 12  
Comissões Concelhias – 242  
Comissões de Ilha (Regiões Autónomas) – 4  
Comissões de Freguesia – 796  
Células de empresa – 1275  
Núcleos de células de empresa – 1152

**Departamentos junto ao Comité Central e Comissões especializadas:**

Grupo Parlamentar, Secção de Informação e Propaganda (SIP Central), Secção Internacional; Comissão Central de Organização, Comissão de Controlo Financeiro, Comissão de Assuntos Económicos (CAE), Comissão da Reforma Agrária, Comissão dos Pequenos e Médios Agricultores, Comissão das Autarquias, Comissão para o Trabalho Sindical e Lutas, Comissão Nacional das Pescas, Comissão da Comunicação Social, Comissão para os Problemas das Mulheres, Comissão para os Problemas da Juventude, Comissão Coordenadora Nacional dos Professores, Comissão Coordenadora das Organizações da Saúde, Comissão Nacional das PME, Comissão Nacional dos Deficientes, Gabinete Técnico de Apoio às Comissões de Agricultura (GTACA), Gabinete Jurídico.

**Desde o X Congresso realizaram-se:**

- 1 Congresso Extraordinário (XI)
- 4 Conferências Nacionais do Partido
- 29 reuniões plenárias do Comité Central (até Setembro de 88)
- 18 Encontros Nacionais
- 14 Assembleias Regionais
- mais de 500 assembleias de organizações

**Frequência de cursos diversos – 4331 camaradas**

**Funcionários do Partido – 527 com tarefas de organização**  
250 com tarefas técnicas ou administrativas

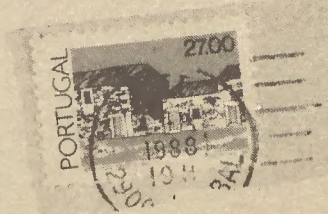
**Actividade internacional desde o X Congresso**

Recebidas em Portugal 31 delegações a nível de Comité Central (das quais 14 de países socialistas), 19 grupos de estudo (11 de países socialistas), 11 delegações regionais e de 30 a 40 delegações em cada Festa do «Avante!»

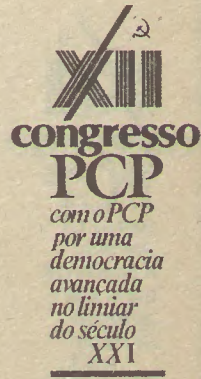
Foram a outros países 37 delegações oficiais do CC do PCP (das quais 23 dirigidas pelo secretário-geral, 19 a países socialistas); delegações do CC participaram em 36 Congressos de Partidos comunistas e operários (11 em países socialistas) e 19 em diferentes comemorações.

Deslocaram-se ainda a outros países 86 grupos de trabalho e estudo (79 a países socialistas) e 14 delegações regionais. Delegações e representantes do PCP participaram em 42 encontros, conferências e simpósios internacionais ■





# Cartas do leitor



## Reuniões de debate

Amplamente tem sido divulgado, quer em intervenções orais, quer escritas, a necessidade de mobilizar o colectivo do Partido para debater os documentos apresentados pelo CC com vista ao êxito do XII Congresso.

Afirma-se mesmo que deste êxito dependerá a preparação do Partido para as lutas a desenvolver na defesa dos interesses do povo português.

Só que, entre o desejável e o praticável, por exemplos já surgidos, cava-se um abismo e, lá no fundo do abismo, estão a cair factos que reputo graves.

Um dos exemplos:

No concelho onde estou organizado está a acontecer o incrível:

Convocação da Comissão Concelhia para os debates sobre as propostas dos Estatutos e Programa para uma quinta-feira (29/9/88) à noite;

Constituído o plenário da C. Concelhia por 52 membros, distribuídos por 12 freguesias, algumas delas situadas a dezenas de quilómetros do local da reunião;

Considerada a dificuldade, se não a impossibilidade de deslocação;

Considerado ainda o facto do dia seguinte ser de trabalho, previsível seria o pouco número de presenças — a rondar os 40%;

Acrece ainda a circunstância de os documentos

nem de longe, nem de perto, correspondem a situações concretas em que estamos mergulhados.

Alberto Teixeira de Sousa — Rio Tinto

NR — Devido ao feriado de terça-feira, a Redacção do «Avante!» não teve oportunidade de solicitar uma informação sobre os factos indicados à Comissão Concelhia de Gondomar. Deles foi contudo dado já conhecimento àquele organismo, contando o «Avante!» poder apresentar uma resposta na sua próxima edição.

## Desilusão

Sou daqueles que acham que o Partido deve dar a conhecer a todo o seu colectivo, através do «Avan-

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»  
Secção de Cartas do Leitor  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
1699 LISBOA CODEX.

a debater serem entregues a alguns dos presentes no início da reunião.

Ponderados estas factos, poder-se-á perguntar:

Trata-se de incapacidade do Executivo da C. Concelhia? Ou, pelos mais graves defeitos que um comunista pode ter: carreirismo ou ambição pessoal — declaração do secretário-geral do Partido — e se trata de uma atitude calculada, porque se consideram portadores da verdade?

Esta segunda hipótese é corroborada pela repetição da atitude, ao marcar-se nova reunião para o dia 27/10/88 (quinta-feira à noite) para debate do programa (logicamente adiado, dada a impossibilidade de o debater na reunião anterior) e das Teses.

— Perguntar-se-á ainda:

— Como se vai emendar o erro e como vão entrar nos debates os cerca de dois milhares de militantes do concelho?

— Como se comunica, sem despudor, fazer publicação no «Avante!» que em Gondomar se realizou a reunião em que debateram as propostas dos Estatutos e do Programa?

Facto é que se persevera na aceitação cega de informações, erradas umas vezes, empoçadas outras.

Neste caso particular o signatário está ao dispor para comprovar tudo quanto afirma e de, partidarmente, se responsabilizar.

Faz ainda os mais ardentes votos para que Gondomar seja um caso isolado e que este triste acontecimento não tenha proliferado.

A presente comunicação tem uma tripla finalidade:

1.º — Corrigir os vícios de pretensa infalibilidade de que alguns dirigentes se apropriam.

2.º — Corrigir a tendência de enviar informações altamente empoçadas que levam os organismos superiores a análises da situação optimistas.

3.º — Evitar que se amplie a desilusão, a frustração resultantes de anunciados triunfalismos que,

tel», o que de importante se passa no seu seio. E não só as iniciativas que regularmente vão acontecendo dentro da normalidade habitual, mas também as posições frontalmente opostas aos órgãos dirigentes que, eventualmente, alguns elementos defendam.

É realmente desagradável que os militantes só tomem conhecimento da existência de «dissidentes» ou «fraccionistas» pela leitura de órgãos de comunicação social desafectos ao Partido. Ainda por cima, deve haver muitos como eu, que, por indisponibilidade de tempo, não podem ler os jornais que se publicam. Assim, certamente como acontece com a maioria, sou obrigado a optar pelos que me merecem mais confiança: «o diário» e o «Avante!». Consequentemente, não sei verdadeiramente quem são e o que pretendem os «fraccionistas». E... gostava de saber.

Quando foi anunciada a abertura do espaço no nosso «Avante!» à opinião individual dos militantes, senti uma grande alegria: finalmente, ia tomar conhecimento, pela via que me parece mais ajustada, das propostas inovadoras e alternativas à linha do Partido. Ia saber o que pretendem o «grupo dos seis» e a «3.ª via».

Enorme desilusão! Em lugar disso, li no exemplar de 20/10/88, entre outras, uma carta assinada por Rolando Nuno Ferreira da Silva, de Abrantes, que pela forma e pelo conteúdo, mais parecia ser da autoria de alguém posicionado na extrema-direita. O modo como ironizou com o camarada Dias Lourenço pode-se qualificar deplorável. Pelo estilo contundente e insultuoso, deduzo que se trata de um componente de qualquer «4.ª via» ou «5.ª via» (a via mais rápida para o sr. Rolando ir rolando, rolando... até talvez sair do Partido).

José do Espírito Santo Correia Lopes — Lisboa

## Uma resposta

Embora de há muito tempo (desde sempre?) venha defendendo a necessidade de se «pensar o Partido», de (autocito-me) não aceitar que, por tarefismo, se não reflectam as tarefas, que, por obreirismo, se não pense a classe operária, que, por causa do curto prazo, se adie o que inscrevia o curto prazo no tempo certo, não aderi, de imediato, a esta secção de Cartas do Leitor. Foi uma reacção de desconfiança que teria a sua razão de ser no facto de me parecer que poderia resultar numa «horizontalização» da discussão que tem o seu lugar próprio na estrutura do Partido ou que, não bastando ou não sendo estimulante essa estrutura, haveria que a completar. Mas também — e autocritico-me — por estar influenciado pelo que vou lendo sobre o nosso Partido por páginas que fazem do Partido uma ficção por vezes delirante... mas a que se consegue emprestar credibilidade porque parte de situações e de problemas reais.

Afinal, feito o balanço de quatro números como o exige o critério da prática social, estou inteiramente ganho para a iniciativa. Porque inscrita nos Em Foco que tanto nos têm ajudado, pelo que têm sido (algumas) cartas, revelando que só por esta forma seriam reflexões atiradas cá para fora e para todos nós. A uma me vou referir particularmente... et pour cause. Meu Caro Miguel Portas. Cuzámo-nos, na quinta-feira, numa das ruas desta Lisboa intransitável e gritei-te que tinha lido no «Avante!» e que tinha gostado de te ler. Só que o tal trânsito não me deu tempo de te dizer, também, que tinha muitos desacordos em relação ao que lera.

As tuas quatro questões parecem-me pertinentes ou, melhor, traduzem preocupações que são as de quem quer o Partido pensado e instrumento adequado. Mas colocas as questões de uma forma que tem implícitas as tuas respostas, se não é que as questões surgem das respostas antecipadas e insatisfatórias.

A primeira questão, sobre onde estamos, revela as tuas reservas mentais nas proposições sequentes e até na semântica. Subcrevo os reparos do camarada Paulo Vieira Dantas quando te pergunta se um País pode ser uma revolução inacabada chamando-te a atenção para a má leitura que fizeste do Programa, que te teria traído ao confundires a revolução de Abril como revolução inacabada com Portugal como revolução inacabada. E acrescentaria que essa má leitura começa logo na capa do documento, onde leste que o programa é um projecto para o limiar do século XXI quando o que está escrito (e não só na capa) é que o programa pretende fazer de Portugal uma democracia avançada no limiar do século XXI. Que é onde estamos, cronologicamente falando. Vê o n.º 10 da Introdução, o título do cap. II e sempre que se escreve sobre o que o PCP propõe ao povo português.

Esta mudança do no pelo para o, levou-te à segunda questão. Entendo a tua preocupação quanto à necessidade de «formulação de um programa mínimo que tenha como horizonte o Mercado Único de 1992», mas foste traído, mais uma vez, pela tal apressada (e inquinada?) leitura que fizeste dos nossos documentos. Independentemente do acordo ou desacordo, não podes ignorar o ponto 5.4 das Teses que se intitula «25 pontos do PCP para enfrentar 1992».

Quanto à terceira questão, e para tentar poupar linhas não obstante haver ali matéria para largo debate, adopto os reparos de Paulo Dantas, sublinhando o que me parece ser a tua perturbação face ao que chamas «cavaquismo» (e sem aspas), e reitero a pergunta sobre se achas que o aparecimento e o desaparecimento de formações políticas constitui o resultado de decisões subjectivas seja de quem for?

Por último, e quanto à tua quarta questão, é certo que amanhã temos de ser diferentes do que somos hoje para continuarmos comunistas. Mas também é certo que amanhã temos de ser o mesmo que somos hoje para continuarmos comunistas. Em resumo: só a dialéctica nos salva, fazendo com

que as certezas de ontem se renovem hoje, sendo as mesmas e diferentes.

Dir-te-ia muito mais, e espero que não nos falem oportunidades. Nisso estou de acordo contigo: as páginas e as linhas são escassas. Mas façamos como diz o Mário Lino. Façamos deste debate, desta discussão colectiva uma maneira de estar no Partido. Dentro do Partido e com as paredes de vidro.

Sérgio Ribeiro — Lisboa

## Voto secreto

A forma concreta de votação não era uma questão essencial nem «dela depende a vida ou a morte do Partido», mas tornou-se agora uma questão importante.

O Partido tem uma grande experiência. Nela se consagrou a prática da votação de braço no ar. Por acaso? Certamente que não. Seguramente como forma que expressa determinado conteúdo, como manifestação concreta de princípios de vivência (militância) no Partido, como mais uma manifestação do processo que é a nossa vida partidária, a vida do Partido Comunista Português.

Pensando e vivendo a minha experiência integrado nessa vida colectiva, concordo com o braço no ar:

— ajuda os organismos do Partido a assumirem-se, a aprofundar e enriquecer o conteúdo das discussões com base nas razões de cada um;

— «obriga» a fundamentar e a confrontar opiniões e a diminuir subjectivismos;

— dificulta o pior mal do «secretismo»: propostas personalistas, depois «plataformas» contraditórias, a seguir antagonismos e lutas de «líderes» com a protecção do «secretismo das urnas»;

— educa a capacidade de crítica bem como a capacidade de «encaixe» individual, ajuda a superar complexos e a eliminar arrogâncias;

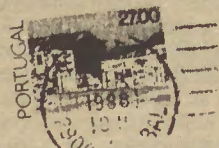
— leva-nos a assumir opiniões e decisões; olhos nos olhos e em solidariedade (que pode bem ser crítica) de correlegionários leais.

Bem, nos casos onde desvios aos princípios e normas estatutárias, ao estilo de trabalho do Partido, à salutar vivência entre comunistas, tornem muito difícil a prática da orientação, então que se adopte o voto secreto. Mas claro, eu quero é um Partido onde isto não aconteça, onde eu continue a exercer o meu direito de votar... com o braço no ar.

João Dinis — Espinho

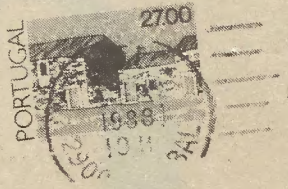
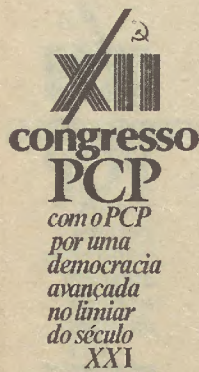
## Circulação de ideias

Vive-se hoje no mundo um importantíssimo momento histórico que representa nova ruptura com o passado. É um tempo caracterizado por mudanças muito rápidas que nos colocam perante a urgente necessidade de nos repensarmos como esquerda. Ao que se me antecolha, a esquerda tradicional — a sua mentalidade, métodos, hábitos e procedimentos — chegou ao fim. Significa isto ser a



# Cartas do leitor





# Cartas do leitor

própria concepção de Partido que deve ser posta em equação.

Acontece, porém, que o projecto de estatutos apresentado pelo CC (e, em certa medida, também o projecto de programa) não corresponde às exigências do momento histórico.

No reduzido espaço de que disponho limitar-me-ei a um único exemplo que se me afigura importante: não é hoje admissível que se coloquem limites à livre expressão e circulação das ideias, impondo que a diferença e as eventuais contradições — efeito natural da própria participação activa do indivíduo no colectivo partidário — se revelem apenas no interior da organização.

O debate no interior do Partido insere-se num processo dialéctico de apreensão cognitiva que reverte sobre um objecto real. Nessa medida, as opiniões diferentes ou contraditórias — opiniões que sejam consistentes e devidamente fundamentadas — são reflexo da própria realidade objectiva, e é nessa mesma relação que adquirem valor, tornando-se um factor de enriquecimento da discussão. Não faz sentido, nem é útil, que se procure ocultar a presença de opiniões contrastantes ou de diferenças em geral por detrás do mito da «unidade de pensamento», promotor de uma imagem de partido monolítico com nefastas consequências junto da opinião pública.

Se queremos um Partido com paredes de vidro não podemos estabelecer como regra que «os militantes não têm liberdade para, fora do Partido, defenderem as suas opiniões pessoais» (A. Cunhal, *O Partido com paredes de vidro*, p. 235). Não faz hoje sentido exigir que por exemplo um especialista em energia nuclear defenda a instalação de centrais nucleares só por ser essa a opinião consensual dentro do seu partido — mesmo quando a sua opinião é a antípoda. Faço notar que a diferença não significa necessariamente ausência de unidade.

Não se justifica que a discussão sobre temas de interesse geral se processe como uma actividade secreta. Isso só pode ser prejudicial. As opiniões respeitáveis concorrem para o enriquecimento dos debates e já por essa razão merecem ser divulgadas. Além disso, talvez seja esse um meio de assegurar o respeito por correntes de opinião minoritárias, mas eventualmente acertadas. É tempo de varrer dos estatutos o controlismo paternalista.

Numa época sem Verdades e Certezas, parece recomendável o uso da modéstia e da atitude dubitativa. Hoje, talvez mais do que noutros tempos, é necessário sabermos ser tolerantes face à diferença.

João Maria de Freitas Branco — Berlim (RDA)

## Ir a reboque

Sobre os méritos desta secção não vou fazer comentários. Se ela existe, todos os que têm opiniões que desejem transmitir e que possam contribuir para um maior esclarecimento devem usá-la.

Com esta carta envio propostas de alterações dos documentos que estão em discussão nos nossos colectivos. Fi-lo por necessidade de reflexão a mesma necessidade que julgo sentir em todos os milhares de camaradas, conscientes dos problemas com que a nossa acção se tem deparado face às mutações da realidade nacional e internacional.

Infelizmente, e é aqui que pode residir o interesse da publicação destas linhas, tendo sentido que em geral as intervenções dos camaradas parecem quase exclusivamente polarizadas nos temas que os media burgueses quiseram tornar importantes: perestroika, braço no ar, etc. Estamos a morder o isco, ou seja, os media lançaram os foguetes e nós vamos atrás das caninhas.

Não negando o interesse que esses temas podem ter julgo, no entanto, exagerado o destaque que estão a merecer dentro do Partido. A perestroika, por exemplo, ocupa nas Teses e muito bem, a meu ver, apenas nove parágrafos. Cada homem, cada partido, tem nas suas histórias altos e baixos. O importante é que se aprenda com os erros cometidos. A avaliação do movimento de correcção em curso há-de ser feita mais tarde e, por muito bons resultados que traga, não há-de estar isenta de erros. Por mim, nunca me senti peregrino que tivesse de rezar com os olhos postos em Meca.

O internacionalismo proletário esgota-se na expectativa e atenção sobre o que se passa na

URSS? Não seria natural que a nossa atenção se desenvolvesse mais em direcção dos partidos com os quais temos maiores perspectivas e necessidade de acção comum? Afinal estamos na Europa capitalista e andam por aí milhares de trabalhadores portugueses espalhados por esses países há tanto tempo, sem se verem acções de cooperação internacionalista ao nível desejado e necessário.

As minhas propostas incidem, no fundamental, sobre o Capítulo 8 das Teses e, especialmente, sobre as questões relacionadas com o movimento sindical. Será que a dessindicalização crescente que vem reconhecida nos postos 8.1.4. e 8.1.6. vão merecer dos comunistas, sindicalistas ou não, mais comentários? Que perspectivas nos restam se deixarmos morrer o movimento sindical?

Fernando Domingues Lopes — Lisboa

NR — Conforme foi anunciado e tem sucedido com situações semelhantes, as propostas de emendas que acompanhavam esta carta foram entregues à Comissão de Redacção.

## Projectos de documentos

Começo por afirmar que estou completamente de acordo com o princípio teórico: «Todos os militantes, delegados ao Congresso ou não, devem participar activamente na sua preparação, enviando propostas, sugestões e opiniões sobre os diversos documentos».

A questão está em aferir a eficácia prática dessa participação, parecendo-me que a forma como tem sido concretizada não é a mais correcta, nomeadamente porque:

1) Os militantes apenas recebem para análise e reflexão os diversos Projectos elaborados pelo Comité Central, e mesmo estes em cima da hora, quando deveriam receber «projectos alternativos» apresentados por um conjunto mínimo de delegados ao Congresso eleitos (a eleição dos delegados deveria preceder a apresentação dos projectos de documentos), de forma a poderem confrontar diferentes pontos de vista;

2) Todos os delegados ao Congresso deveriam receber cópia das propostas e sugestões apresentadas pelos militantes, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do Congresso propriamente dito, e não apenas a síntese elaborada por cada Comissão de Redacção, nomeadamente porque estas comissões são nomeadas pelo Comité Central, órgão cuja actividade terá que ser apreciada em cada Congresso.

Em síntese: parece-me necessário acabar com esta situação concreta: «O Comité Central fá-las e baptiza-as», conforme ditado popular.

Agostinho Gonçalves — Porto

## Duas questões

Sou dos que saúdo o espaço «Cartas do Leitor» pela simples razão de ser algo que me traz mais alguma coisa para o debate. Não penso de forma alguma que venha substituir o debate vivo e só possível nas organizações do Partido, mas é um facto que com «Cartas do Leitor» existe um novo elemento no debate que me permite avaliar uma realidade mais geral do nosso Partido que não me é possível fazer a partir do debate na minha organização. Fico assim com a confirmação de que são possíveis as mais variadas leituras dos documentos em discussão, segundo as mais diversas sensibilidades dos membros do Partido, assim como fica a confirmação da justeza e carácter revolucionário deste princípio fundamental na vida do Partido que é o centralismo democrático.

Podem perguntar-me se não é possível essa conclusão no debate da minha própria organização? Claro que é! Só a dimensão é que é outra e quanto a mim mais enriquecedora. Ler, concordar, discordar ou até repugnar as intervenções de «Cartas do Leitor» ajuda a minha própria participação no debate que se realiza no partido mais democrático de Portugal.

E para os que têm dúvidas que o PCP é realmente o partido mais democrático do País, creio que é

oportuno aconselhar a leitura do «Avante!».

Coloco pois, duas questões no debate que derivam da minha própria leitura dos documentos.

1.º — No projecto de programa, II capítulo, penso que deveria constar a questão da alternância.

Neste capítulo e no seu ponto 1. Um Regime de Liberdade, desenvolve-se de forma tão apurada o conceito de democracia que seria pena que não constasse no programa a afirmação de que nós respeitaremos a alternância democrática de governo. Apesar de a ideia se encontrar implícita no ponto 1.4.3. onde se fala da intervenção determinante do povo na escolha dos governantes e na política do país, o que quer dizer que o povo é soberano na sua escolha, penso que a afirmação da ideia da alternância iria pôr fim a algumas ideias preconceituosas do tipo: os comunistas são a favor do partido único ou que os comunistas chegariam ao Poder e não mais o deixariam.

(...)

2.º — No projecto de alterações aos Estatutos, capítulo III, penso que caberia um artigo onde seria garantido o direito de defender opiniões divergentes e minoritárias, tendo em conta o desenrolar da vida como árbitro que decide da justeza ou não de tal opinião.

Pode uma opinião divergente e minoritária se tornar convergente e maioritária com o movimento da vida. Por isso, penso que incluir este princípio, enriqueceria o nosso conceito de centralismo democrático.

Para além destas duas questões e algumas observações aqui expostas, gostaria de sublinhar quanto encontrei apaixonante a leitura dos documentos que animam o debate preparatório do XII Congresso.

(...)

Pessoalmente, se tivesse de encontrar um termo exacto para exprimir o meu estado de espírito após a leitura dos documentos, seria que me encontro hoje e talvez mais que nunca, perfeitamente bem na minha pele de militante comunista, com um convite apaixonante à reflexão provocado pelo alcance teórico e revolucionário nomeadamente da ideia chave da Democracia Avançada no Limiar do Século XXI.

E já agora, aqui fica o meu total desacordo com os camaradas que fazem uma leitura não dialéctica do projecto de Programa. A Democracia Avançada não é um projecto político com prazo estabelecido para o ano 2001. É, sim, uma perspectiva revolucionária que já começou.

José Machado — Maia

NR — Salvo melhor opinião, pensamos que o problema levantado pelo camarada na sua segunda questão está inteiramente contemplado no projecto de Estatutos.

Se olharmos o artigo 15.º com todas as suas alíneas e o artigo 20.º parece indiscutível que o cumprimento dos estatutos impõe o mais rigoroso respeito pelo direito de qualquer militante defender as suas opiniões.

## Informação vertical

A obra do homem é sempre uma obra inacabada e este um eterno insatisfeito, daí o avanço, sempre para melhor, da sua existência.

Vem este meu intróito a propósito do debate actualmente no Partido, que manifesta uma gama riquíssima de opiniões, algumas o mais contraditórias que se possam pensar, o que de forma clara demonstra a abertura e democracia que sempre no Partido se defendeu e «praticamos».

Li com atenção o projecto de alteração dos Estatutos e participei já em algumas reuniões para a discussão dos documentos do XII Congresso, mas a importância daqueles é tanta, que em nenhuma reunião se foi além deles.

Porque são a regra que deve reger os nossos princípios, daí a grande atenção que lhes tem sido dada. Salvo pequenas questões de pormenor, que discordo, e como militante farei em sede própria as minhas propostas de alteração, penso que na generalidade eles contemplam algumas situações que já eram norma do Partido, mas não eram «lei» daí, situações menos correctas que se viviam em algumas organizações, para as quais os militantes passam agora a ter condições de obstar. Novos dados introduzidos vieram clarificar e melhorar.

Mas se os Estatutos pretendem ser a nossa vivência de comunistas, pessoalmente penso que se abriam mais as paredes de vidro, é importante que os órgãos de direcção se esforcem pelo seu rigoroso cumprimento e, para isso entendo que

muitos quadros, especialmente funcionários ligados a organizações, devem ter cursos de reciclagem para se adaptarem e compreenderem as novas condições e aceitá-las como regras de trabalho. Sem um trabalho como este não basta haver os melhores Estatutos, é necessário e urgente a sua aceitação e aplicação práticas.

Uma regra que não é consagrada nos Estatutos, e que seria fundamental, pois o tipo de informação, especialmente de baixo para cima, nem sempre corresponde às realidades, era a obrigatoriedade de uma ligação directa, periódica, dos organismos superiores DORs, com organismos concelhios e até de freguesias para um conhecimento local das realidades muitas vezes, infelizmente empoladas quanto ao trabalho desenvolvido e capacidade das organizações, o que leva muitas vezes a erros de análise com resultados negativos para o Partido. Muitas vezes já se considera trabalho positivo questões menores, sem impacto político ou de massas e o praticismo para resolução de questões pontuais, o que leva ao atrofimento das organizações e ao não desenvolvimento político dos quadros e evitava-se muitas vezes o amiguismo de consequências quase sempre nefastas para o Partido.

José Duarte Costa e Silva — Valongo

## Uma opinião

Neste último ano da conclamada «crise» que considero profundamente oportuna como inadiável, notamos com apreço o crescimento da capacidade dialéctica do Partido, da qual decorre um início de utilização da sua vivência democrática (se bem que ainda insipiente). Ahás evidente nas entrevistas do Judas e Neto, na clarificação do Saranago como na intervenção do Cunhal no Seixal, e na criação das cartas do leitor no «Avante!» (teria sido muito mais «dialéctico» uma espécie de tribuna pré-congressual). De saínter a comunhão de esforços e vontades para sair dos arquétipos e ingressar na realidade.

Sobre o debate deste ano julgo oportunas algumas observações partindo do seguinte ponto prévio: o quadro político-partidário da Europa Ocidental do pós-guerra mostra-nos que o movimento comunista ficou reduzido a um partido comunista — o Italiano; dois «ex-partidos» — o Francês e o Espanhol; e um outro partido que corre sério risco de se tornar «ex» — o Português. Os restantes mais não são que grupos de amigos bem intencionados que se reúnem aos fins-de-semana ou nas «romarias comemorativas».

Daí ter achado muito oportunas as observações do Mário Vieira de Carvalho — «daqui a vinte anos ninguém recordará o caso Zita Seabra, o que está em causa é saber se o Partido é capaz de se renovar». Só que eu vou mais longe, corremos o risco que daqui a vinte anos ninguém se recorde do «caso» Zita Seabra como do próprio Partido, para além do tal «grupo de amigos bem intencionados».

Igualmente achei oportuna, ainda que muito parcial, a afirmação do Vital Moreira — «as punições injustas não amesquinham quem as sofre, antes aviltam quem as aplica». Parcial porque neste caso aviltam-nos a todos. Quanto de cumplicidade, inaniidade, mesmo acordo tácito ou participativo nos assistiu (e assiste) ao longo destes anos, na actuação, formação ideológica, carga ideal, concepção da democracia. Como igualmente nos avilta a linguagem estereotipada, adialéctica, vazia, nefasta que preside à quase totalidade dos nossos documentos e imprensa.

(...)

Tendo presente que ninguém é «hostil» a ninguém, nem à direcção nem à linha ou programa (que não temos), somos sim, ou deveríamos ser, «hostis» a nós próprios, ao nosso raquitismo político-cultural, à nossa inércia negativa ao nosso letargo. Basta «arregaçar as mangas» ao miolo que ainda nos resta, com alegria militante, agiltude criativa e alguma imaginação participativa.

Trata-se apenas de redescobrir o Partido como intelectual colectivo, relançar as suas relações com a sociedade civil, com os intelectuais, com as demais organizações de classe.

Desta necessidade dialéctica, desta articulação orgânica depende o enriquecimento e a evolução do colectivo que somos.

Nesta óptica tudo o que é debate, confrontação ideal passa pelas instâncias do Partido e fora delas, é coisa pública. Toda a contribuição orgânica é



património do Partido, do movimento operário, da sociedade civil no seu conjunto, condição suficiente que ao debate assista probidade intelectual.

(...)  
Sabemos que a clandestinidade obrigou a práticas de segurança e de defesa, as quais com o decorrer das décadas se tornaram a própria imagem e forma de ser política do Partido. Mas por força e contribuição (não secundária) dessa mesma clandestinidade, a clandestinidade acabou.

Trata-se apenas de tomar consciência deste facto não marginal.

Daniel Santana - Olhão

NR - Parece útil lembrar que é muito possível que bastantes milhares de militantes do PCP não se considerem, ao contrário do camarada Daniel Santana, raquíticos politico-culturalmente, negativamente inertes e letárgicos. É igualmente plausível que não subcrevam que a quase totalidade dos nossos documentos e imprensa tenha uma aviltante linguagem estereotipada, a-dialéctica, vazia e nefasta. É certo que seja inexpressivo o número de camaradas (e até de não camaradas) que subcreva a peculiar classificação politico-partidária da Europa Ocidental formulada pelo camarada.

## Tréplica

O interesse da réplica que o camarada Paulo Vieira Dantas fez a uma carta que enviei e esta secção publicou justifica esta tréplica:

1. PVD considera que eu cometo um «absurdo» ao sustentar que a direcção do Partido acha que «Portugal é uma revolução inacabada», quando ela apenas considera que a «Revolução de Abril é uma revolução inacabada». Lamento, mas o absurdo não é meu. Para o PCP, Portugal é o «Portugal de Abril». O nosso país foi correctamente identificado com a revolução. De acordo com o Programa proposto a Revolução de Abril constitui «um processo mais ou menos demorado e acidentado» onde o país ainda se encontra. Quando a revista «Política» perguntou ao c. Alvaro Cunhal se Portugal é uma democracia-burguesa ele respondeu que «se se considerar o regime em vigor em Portugal dizemos que não (...)». A democracia portuguesa é uma democracia avançada (...). Se considerarmos a realidade, essa democracia avançada está ameaçada de destruição». Ou seja, e aqui não há qualquer ilegitimidade na extrapolação: embora ameaçada, o país ainda se encontra numa fase «acidentada» da revolução. Toda a análise do Partido tem como pressuposto esta tese. Não fui eu que lhe atribuí.

2. Se não acertarmos na caracterização da situação actual, difícil será que acertemos na linha política para a alterar - embora os homens também possam escrever direito por linhas tortas. De facto, a minha opinião é a de que não estamos numa «curva apertada» mas numa democracia capitalista que no plano económico se começou a estabilizar com a integração na CEE, no plano do poder político resolveu os seus problemas de unidade estratégica com a eleição de Soares e a vitória do PSD, e no plano jurídico se institucionaliza com o acordo de revisão constitucional entre o PS e o PSD. Reconhecer a alteração qualitativa que deriva da conjunção destes factos (e referi apenas os principais) não significa capitular. Muito pelo contrário. Não querer ver nesta conjunção um novo ciclo político na vida do país, qualitativamente distinto dos anteriores, é que é alimentar ilusões nos trabalhadores, dificultando o encontrar das respostas necessárias aos problemas de hoje.

3. Com efeito o «crítico MP», como PVD me adjectiva, considera que «a definição estratégica de uma democracia avançada tem de ter uma tradução táctica no programa do Partido». E se o c. PVD conhece melhor a história do Partido saberia que não hesitámos em 74 (VII Congresso) em proceder, no programa, de modo similar ao que agora proponho e até com um programa mínimo bem mais «circunstancial». E uma das boas razões para o voltarmos a fazer reside no facto das Teses não darem resposta minimamente satisfatória a esse problema. Se um cidadão perguntar a um militante o que é que o PCP lhe propõe para 1992, ele responder-lhe-á que no limiar do próximo século propomos uma «democracia avançada» e que hoje temos de lutar contra as políticas de direita. Não chega. Falta qualquer coisa no «meio» e será no «meio» que os destinos deste país se irão decidir por uns bons (ou maus) anos.

4. Com efeito, considero que o aparecimento ou desaparecimento de formações políticas também «constitui o resultado de decisões subjectivas». Quando o Partido constatou - correctamente - que existia um espaço politicamente vazio e decidiu que não «partia» a sua conquista, estimulou ao mesmo tempo que outros se ocupassem de tal trabalho. Com a sua decisão subjectiva, o X Congres-

so fez com que o Partido sofresse os impactos da derrota do eanismo e sofresse derrotas por causa dele. Não foi por acaso a «falta de iniciativa e operacionalidade» nas presidenciais de 86 (p. 3.3.7. das Teses). Foi porque não fazíamos já na altura uma correcta análise da realidade, da correlação de forças e do posicionamento vacilante da pequena-burguesia, se «autonomamente» organizada. O mesmo se passou com as expectativas que alimentámos sobre as decisões de Soares depois da moção de censura do PRD.

5. Finalmente, PVD acusa-me de pretender «partir» à conquista de novos sectores abandonando uma política de classe. Não estou de acordo, o dilema sugerido (e que em minha opinião foi o que o PCP colocou na questão do eanismo) é falso. A boa opção é a que não tem medo de partir à conquista de novos sectores porque sabe que essa é a única possibilidade do partido de classe cumprir as exigências que a História hoje lhe coloca. Não é fácil? Pois não. Só que não temos outro remédio.

6. Na carta de PVD há apenas uma marotice desnecessária. Quando critica os «críticos» de só terem dúvidas e não terem respostas. Como PVD diz: assim «não vale». Afinal ele considerou as minhas perguntas como contendo as respostas (MP «acha», «considera», «afirma», etc.). Acresce que PVD não pode exigir «dos críticos» propostas e respostas que não as meramente individuais sem defender o «fraccionismo» (daqui a nada é-se «preso» por ter e por não ter cão). Ora não creio que o camarada, para lá de uma assimilação um tanto ou quanto heterodoxa da linha do Partido, dela discorde em questão tão capital...

Miguel Portas - Lisboa

## Sobre o projecto de Programa

O capítulo III - «O socialismo - futuro de Portugal» (só quatro páginas), tem uma grande importância no Programa político do nosso Partido. Em primeiro lugar, por ser a última fronteira, aquela que verdadeiramente nos identifica. Em segundo, por ser a pedra de toque que serve para testar e contrastar tudo o que antes tivermos dito ou proposto.

Finalmente, por ser a última e definitiva razão da nossa existência como Partido e como membros individualizados do colectivo partidário. Compreendido desta forma, aqui vão algumas considerações e reflexões, independentemente das propostas que enviarei à comissão de redacção.

Com o que se conhece desde 1956 (XX Congresso do PCUS), não será correcto, nem favorável, que sejam outros a dizer a verdade por nós. Hoje, já não basta afirmar - «...que não existe um modelo de socialismo que possa ter validade universal». É antes necessário afirmar que há desvios, erros e crimes, possibilitados e favorecidos por formas de organização e funcionamento das instituições, que é obrigatório não seguir e que é possível evitar. No ponto - III.2.3. -, «Para alcançar tais objectivos» (os objectivos fundamentais da revolução socialista em Portugal), «o PCP aponta como características da sociedade socialista em Portugal»: - e seguem-se cinco subpontos designados por: «1. No sistema político...», «2. Na organização económica...», «3. No plano social...», «4. No plano cultural...», «5. No plano ético...». De facto, no subponto «1. No sistema político...», fica-se muito aquém dos objectivos que antes se apontaram para a «democracia avançada no limiar do século XXI», em II.1 e II.2 do capítulo segundo. Não seria particularmente grave se fosse claramente um resumo apressado e incompleto. Mas, o enunciado de III.2.3.1., conjugado com todo o resto do texto do capítulo III, é estapadamente procurado. Tudo o que antes se disse a respeito da democracia política, do seu «valor intrínseco», da necessidade de: «salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa», é substituído por uma formulação fortemente redutora.

Todos sabem que o «processo social e político...», citamos, «depende também da actuação e das formas de resistência daqueles que se lhe opõem». Mas isso, salvo situações anormais, nunca poderá significar, como traço característico e próprio do socialismo, a diminuição permanente de nenhum dos objectivos políticos que propomos para a «democracia avançada no limiar do século XXI». Nem de outra maneira se tornará possível a «vasta frente social de luta», sem a qual nunca lá chegaremos. Há um pressuposto irrecusável que deve reflectir-se de forma clara, sem reservas, no capítulo - III O socialismo - futuro de Portugal - As conquistas democráticas do povo são por ele tomadas e tidas como irreversíveis.

Veiga de Oliveira - Lisboa

PORTUGAL E A CEE  
HOJE

PODER LOCAL  
PRESENTE E FUTURO

UMA ESCOLA  
PARA O NOSSO TEMPO  
(Democracia, Cultura, Desenvolvimento)



Contribuições  
para o XII Congresso  
do PCP

Contribuições  
para o  
XII Congresso



## Aparições

Dois conselheiros regionais de Friul, na Itália, apresentaram um projecto-lei que prevê «a valorização das aparições marianas», explicando que tal apoio — que prevê a insenção de impostos para as pessoas directamente envolvidas nas aparições ou, por delegação, para representantes jurídicos das mesmas — «pode ser a solução para os problemas económicos da região do Nordeste italiano». No entanto os originais legislativos tomam algumas precauções: com o intuito de «evitar a febre das aparições» os dois conselheiros sugerem que «não sejam concedidos financiamentos a mais que uma aparição por província». Quanto às virtualidades desenvolvimentistas das aparições seria bom que os dois conselheiros regionais italianos olhassem para os vários, ilustres e centenários precedentes conhecidos na própria «europa-connosco» (Lurdes e Fátima, por exemplo); entretanto se mesmo assim acharem que a solução dos problemas socioeconómicos da Itália está dependente das «aparições marianas»... que Nossa Senhora lhes valha!

## Missa

Imelda Marcos, mulher do ex-ditador Marcos das Filipinas, está a ser julgada com o seu consorte em Nova Iorque sob acusação de ter desviado fundos do seu país para comprar propriedades em Manhattan, naquela cidade; um tribunal federal norte-

-americano adiou *sine die*, por razões de saúde, o julgamento do seu marido, de 71 anos (acusado concretamente de fraude e desvio de fundos, incluindo mais de 100 milhões de dólares para adquirir quatro edifícios de escritórios em Nova Iorque), mas exigiu a presença da ilustre consorte, a qual, a «apoiar» os seus protestos de inocência, tem a célebre descoberta no palácio presidencial de Manila de centenas de pares de sapatos, de outras tantas centenas de vestidos e jóias, etc., etc., «inocências que, na precipitação da fuga, a senhora Marcos não conseguiu levar consigo. Pois esta imaculada senhora fez questão de ir à missa antes do julgamento, convocando um batalhão de fotógrafos que lhe registassem a unção. Consta que os responsáveis pelo templo tiveram o cuidado de conferir as preciosidades de arte sacra no final do ofício religioso.

## As pragas

Entretanto, amigos é o que não nos falta. A prova está em que, mal refeitos de pragas que nos assolam, os portugueses são logo avisados — por estrangeiros — de pragas que nos podem vir a assolar. Ainda há pouco foi concluído um acordo — que se for por diante constituirá uma verdadeira praga para as conquistas de Abril. PS de Vítor Constâncio e PSD de Cavaco Silva entenderam-se para destruir o fundamental

# Pontos Cardeais

da Constituição. O afastamento do primeiro pode significar, entretanto, que a doença é susceptível de ser ainda debelada. Mas não descansem os portugueses. Porque já se preparam novas notícias de novas desgraças para usar abundantemente se a coisa vier a melhorar. Alguns jornais alertam já, em grandes parangonas que «Pragas ameaçam Portugal». Um alemão-federal avisa que um certo «piolho» pode matar metade das abelhas do nosso país. Os marroquinos, entretanto, avisam-nos de que vêm aí bilhões de gafanhotos. A gente a pensar que tinha pragas que chegassem. Felizmente que os nossos amigos nos descobrem mais com que nos entretermos.

## Os amigos... deles

Há muito tempo que, infelizmente, o Estado português tem, no âmbito da NATO, uma porção de «amigos». Os Estados Unidos são, aliás, o primeiro dos amigos, de quem recebe «protecção», «conselho», algum ferro-velho de vez em

quando e também algumas advertências.

No tempo do fascismo, essa amizade era de pedra e cal. De tal modo que na ONU, quando começaram a rarear em público os apoios à política colonialista dos governos portugueses, os EUA não votaram contra as posições do fascismo lusitano, embora pela surra, apostassem alguns dólares no neocolonialismo em preparação pela FLN do Holden Roberto e amigalhaços.

Agora provou-se que as amizades não resistem aos interesses. No momento em que o governo português, liderado por Cavaco Silva, se sente na obrigação internacional de protestar contra a arrogância indonésia no caso de Timor e em que Deus Pinheiro se gaba mesmo de que a visita de Suharto é prova de fraqueza, os amigos deles, de Suharto e de Cavaco, escolhem apoiar Suharto e aceitar a «incorporação» de Timor na Indonésia.

A gente já sabia que o imperialismo americano não tinha amigos entre os povos.

Mas também sabíamos que são bem capazes de trair os «amigos» e aliados quando lhes convém.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## A prioridade deles...

«Prioridade ao Ensino!»  
— houve quem do Governo nos dissesse —  
Isto fia mais fino!  
A Educação tudo merece  
nesta fase  
em que para a Europa se caminha.  
A Educação é a base  
a basezinha...

São uns pontos  
estas grandes «cacholas»  
«assaltantes» de oito milhões de contos  
que eram para as escolas...

Das escolas, Cavaco uma gestão  
doutra sorte partilha:  
para ele a boa educação  
é a educação... mas sem cedilha...

## A companhia em que eles andam

Anda aí excitada alguma gente  
com abaixo-assinados na sacola  
para tirar com jeito o pé da argola  
do seu caro Savimbi, decadente.

Na mesma altura em que, precisamente,  
se mostra sem rodeios, que o farsola  
era, na guerra que feriu Angola,  
um esteio da PIDE, obediente.

Depois de tudo isto assim provado  
se houver alguém que esteja muito honrado  
por figurar nas hostes intrujonas

isso é consigo. Fique. Pois que fique  
com a certeza de que irá a pique  
no mesmo barco que levar o Jonas...

## Deitaram fogo a Portugal

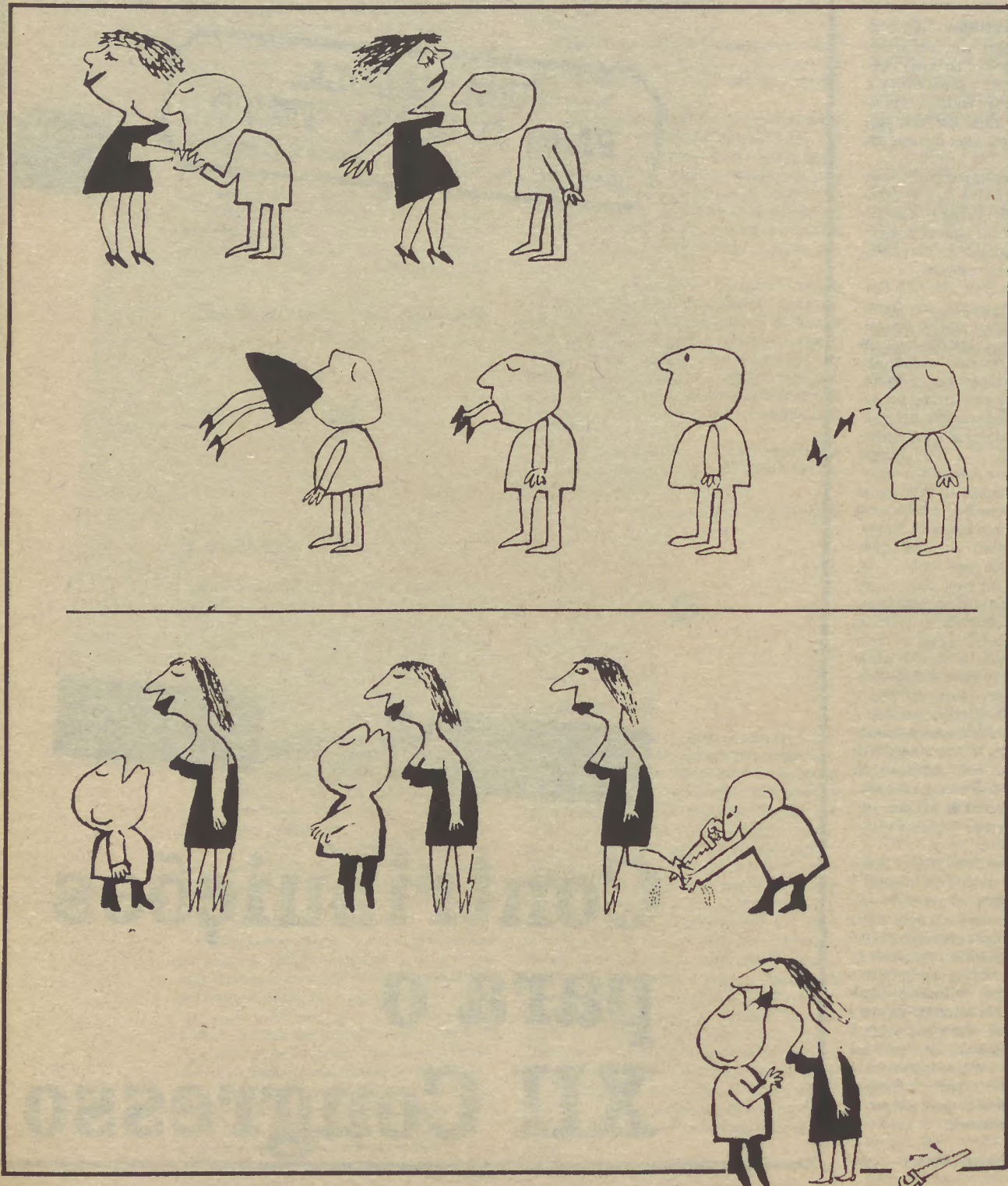
As chamas, de lado a lado,  
deixaram tudo queimado.  
Assim, podemos dizer:  
quem deixar arder o Chiado  
deixa Portugal a arder.

Arde o pinheiro, a giesta,  
arde tudo o que nos resta  
de ter raízes, de ser.  
Quem deixar arder a floresta  
deixa Portugal arder.

Arde o estudo e a ciência  
e a sadia impaciência  
da juventude a aprender.  
Quem deixa arder a inteligência  
deixa Portugal a arder.

Diga-se o que se disser  
a História nisto não muda:  
quem, de vista repousada,  
deixa Portugal arder,  
tem a alma chamuscada...

...sem bombeiro que lhe acuda.





# Agenda

**Avante!**

Ano 58 — Série VII  
N.º 775

3 de Novembro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta

• **BEJA**  
Plenário da organização de **Canhestros/Ferreira do Alentejo** — Casa do Povo, 15.00.

• **COIMBRA**  
Reunião plenária dos camaradas do **sector químico do concelho da Figueira da Foz** — Centro de Trabalho, 21.00; da célula dos **professores da Escola D. Duarte/Coimbra** — Centro de Trabalho, 21.30; org. das freguesias da **Margem Esquerda do concelho de Coimbra** — CT de Coimbra, 18.30; da organização local de **S. Sebastião** (Oliveiras/Coimbra) — 21.30; organizações locais de **Torres do Mondego e Carvalhosas/Coimbra** — 21.10; sector **têxtil do concelho de Coimbra** — Centro de Trabalho, 18.00.

• **ÉVORA**  
Plenário do **Sector Industrial** — CT da Rua de Aviz, 20.30.

• **FARO**  
Plenário da célula dos **Bancários** — Centro de Trabalho de Faro, 17.30; do sector **Escritórios, Caixeiros e Vendedores** — 21.30; da organização de **Mulheres** — 21.30.

• **LEIRIA**  
Reunião da célula do **Centro de Segurança Social** de Leiria.

• **LISBOA**  
Reunião plenária da organização de **Quebradas/Azambuja** — 21.00; de células da **Torres Vedras: Casa Hipólito, FAS, F. D. Portos, Damião** — CT de Torres Vedras, 18.15; das células da **CM e SM, dos CTT e União** — CT de Torres Vedras, 18.15; dos camaradas da **DGAP, PR e MNE** — CT de Alcântara, 18.30; da célula do **Património** do sector **Artes e Letras da ORL**; do subsector do **Turismo** — CT Duque de Loulé, 19.00; da célula dos trabalhadores da **AIL** — CT Vitória, 18.30; das células de vários **hospitais e serviços de Saúde** — CT Vitória, 17.30; célula da **TAP** — 18.00; célula da **CM e SMAS de V. Franca de Xira** — refeitório da CM/SMAS, 18.00; núcleos da **Carris de Miraflores e Santo Amaro** — CT de Alcântara, 18.30; militantes das freguesias de **St.ª Maria e S. Martinho** e célula da **CM de Sintra** — CT de Sintra, 21.30; célula do **CRSS** no Areeiro — CT Vitória, 18.30; célula **CRSS** na Alameda — Centro de Reformados da Alameda, 12.00; célula do **Bairro da Mina/Amadora** — CT da Amadora, 21.30; Reunião plenária de militantes de **V. Franca de Xira** — Centro de Trabalho de V. F. Xira, 21.30; de militantes da célula da **Magde** residentes em V. F. Xira — CT de V. F. Xira, 21.30; célula da **Hotelaria/Cascais** — CT de Cascais, 15.30; reunião dos secretariados de células do **S. Público** — CT Alfama, 19.00; militantes Partido na **EPAL/Lisboa** — CT Vitória, 18.30; célula da **ARS** do Sector Saúde/Lis-

boa — CT Vitória, 21.30; célula da **Ico-sal/Lisboa** — CT Chiado, 18.00; célula da **Guerin/OLL** — CT Duque de Loulé, 19.00; de **Delegados de Informação Médica** na 3.ª Zona da OLL — CT Vitória, 21.30.

Reunião com Independentes de Lisboa sobre as propostas do CC para o XII Congresso, em discussão no PCP — às 21.00, com a participação de José Casanova.

• **PORTO**  
Assembleia plenária de militantes da **CM e Serviços Municipalizados de Gondomar** — CT de S. Cosme, 18.00; assembleia plenária da célula dos **STCP** — CT Boavista, 18.30.

• **SANTARÉM**  
Reunião plenária da organização de **Meia Vida/Torres Novas**.

• **SETÚBAL**  
Plenário da organização da **Saúde** do concelho de Almada

— CT concelho de Almada, 21.30; assembleia da célula da **Incrível Almadense** — CT concelho, 21.30.

## Sexta

• **AVEIRO**  
Assembleia plenária das organizações concelhias de **Arouca e Sever do Vouga** — sala do Café Miramar (Castelões, Silva Escuro), 21.30; dos sectores **Professores, Saúde e Função Pública** do concelho de Aveiro — CT de Aveiro, 21.00; da organização concelhia de **Espinho** — CT de Espinho, 21.30; da organização da freguesia de **S. Paio de Oleiros** — Escola Primária, 21.00; da organização concelhia de **Mealhada** — CT, 21.00; das organizações das freguesias de **Feira, Sanfins, Souto, Fornos, Travanca, Escapães, Mosteiro e Espargo** — CT de Feira, 21.00; das organizações das freguesias

de Ovar, **S. João de Ovar, Válega e S. Vicente de Pereira** — CT de Ovar, 21.30.

• **BEJA**  
Assembleia plenária das organizações de **Barrancos e Santo Aleixo**.

• **BRAGA**  
Assembleia plenária de militantes do concelho de Braga — CT, 21.30.

• **CASTELO BRANCO**  
Assembleia plenária das organizações de **Tortosendo, Dominiquinho, Vales do Rio, Peso, Coutada, Barco, Paúl, Erada,**

**Unhais da Serra e Cortes do Meio** — CT Tortosendo, 21.00.

• **COIMBRA**  
Reunião plenária das células da **EDP** e da **Câmara Municipal da Figueira da Foz** — CT, 18.00; de **quadros técnicos** do sector intelectual de Coimbra — CT, 21.30; assembleia plenária para eleição de delegado e convidados do sector sindical de Coimbra — CT, 18.30; assembleia plenária da organização concelhia de **Penela** — CT de Condeixa, 21.00; do sector cerâmico do concelho de Coimbra — CT,

19.00; das organizações das freguesias de **Almedina e Sé Nova/Coimbra** — sede do Ateneu de Coimbra, 21.00; da organização local de **Ceira/Coimbra** — 21.00; das freguesias de **Arazede e Lideia/Montemor-o-Velho** — 21.00; reunião plenária das freguesias de **Almalague, Antanhol, Assafarge, Castelo Viegas e Cernacheira/Coimbra** — Centro Cultural de Vale de Cântaro (Assafarge), 21.00.

• **ÉVORA**  
Reunião plenária da organização de **Glória/Estremoz** — 20.00; da organização de **Cabeção/Mora** — 20.00; da organização de **Alcaçova** — Junta de Freguesia, 20.30; das células de várias **empresas de Montemor-o-Novo** — Biblioteca de Montemor-o-Novo, 20.30.

• **FARO**  
Reunião plenária de professores e qua-

• **LEIRIA**  
Assembleia plenária da organização das **Caldas da Rainha** — CT, 21.00; assembleia plenária da org. da **Nazaré** — CT, 21.00; da org. de Leiria — CT, 21.00.

• **LISBOA**  
Debate no CT Vitória, no quadro da preparação do XII Congresso: **O Processo revolucionário Mundial**. Orientado por Aurélio Santos e promovido pelo Organismo da Cidade de Lisboa do PCP, no salão do CT Vitória às 19.00.

Reunião plenária da organização da **Brandoa** — Pavilhão dos Reformados da Brandoa, 21.30; das freguesias de **Monte Redondo, Matacães e**

**Charneca/Torres Vedras** — 21.00; das freguesias de **A-dos-Cunhados, Silveira e Ponterril/Torres Vedras** — St.ª Cruz, 21.00; da célula do **Ensino Primário** do Sind. dos Professores de Lisboa — CT Vitória, 18.30; das células de **empresa da freguesia da Brandoa** — CT Pontinha, 18.00; dos **Comitês Locais de Cruz Quebrada, Agés, Queijas e Carnaxide**, para eleição de delegados; da freguesia de **S. João/Lisboa** — salão da Junta de Freguesia, 21.00; células de **Benfica** — CT de Benfica, 21.00; células de **S. Domingos de Benfica** — CT Sete-Rios, 21.00; da freguesia de **Santo Condestável** — 21.00; de **Oliveiras Sul; de Fátima** — CT Soeiro Pereira Gomes, 21.30; da organização de **Sobralinho/V. F. Xira** — CT do Sobralinho, 21.00; de militantes do Partido na Solway residentes em Alverca, Vila Franca de Xira e

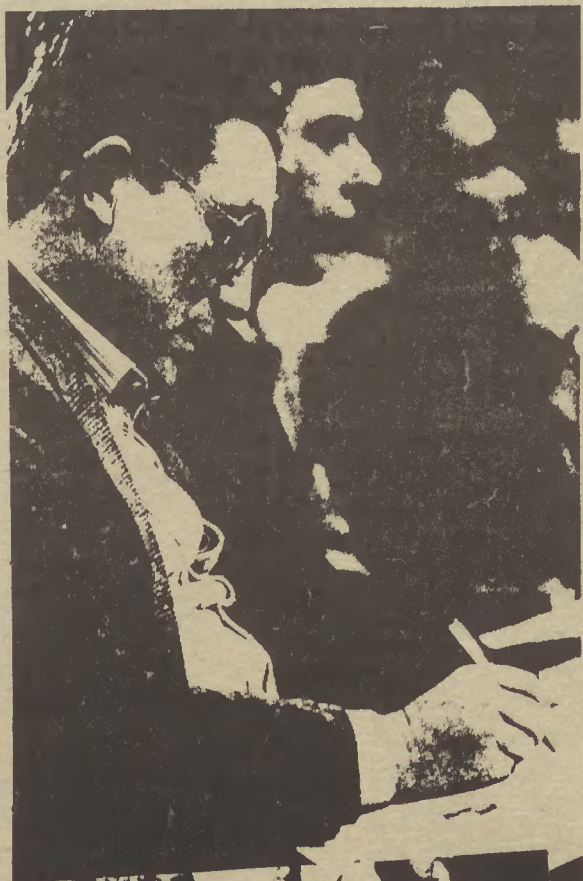
Alhandra — CT Alhandra, 21.00; células de **empresa da Póvoa de Santa Iria** — CT da Póvoa, 18.00; camaradas da **Solvay** residentes em Santo António, Zambujal e S. Julião/V. F. Xira — CT S. Julião do Tojal, 21.00; organização de **S. João dos Montes/Subserra** — 21.30; núcleo das **Doenças Profissionais** — CT António Serpa, 12.00; da organização da freguesia da **Venteira/Amadora** — CT Amadora, 21.00; da célula do **Banco Totta & Acores** — CT Chiado, 17.30; de militantes da célula da **Magde** residentes em Alverca — CT Alverca, 21.30; dos militantes do **Carregado, Cadafais, Carnota/Alenquer** — Casa do Povo do Carregado, 21.00; da organização de **Abriçãdo/Alenquer** — 21.00; de **S. João das Lampas e Terrugem/Sintra** — CT S. João das Lampas, 21.00; de militantes do Partido residentes em **A-dos-Bispos/V. Franca de Xira** — 21.00; da organização de **Porto Salvo/Oeiras** — CT, 21.30; da organização do Partido na cidade de **Torres Vedras** — 21.00.

• **PORTALEGRE**  
Reuniões plenárias das organizações de **Valongo e Figueira e Barros/Ávis** — ambas às 20.30; de **S. Salvador e St.ª Maria/Marvão**; da célula da **Câmara Municipal de Portalegre** — CT, 21.00.

• **PORTO**  
Assembleia plenária de militantes da freguesia de **S. Pedro da Cova** — salão da Junta de Freguesia, 21.30; do concelho de **Póvoa de Varzim** — salão da Filantrópica, 21.30; das células de **empresas da Via Rápida e da Fapobol** — CT Boavista, 18.00; da freguesia da **Sé/Porto** — 21.30; da organização de **Lordelo do Ouro** — Junta de Freguesia, 21.30; de militantes da zona das **Antas** — 21.30; das organizações de **Recarei, Aguiar de Sousa e Sobreira/Paredes** — Escola Primária da Portela, 21.30.

• **SANTARÉM**  
Reunião plenária da freguesia de **Pinheiro Grande/Chamusca**; das freguesias de **Alcanhões e Pernes/Santarém**; assembleia da organização da cidade de **Torres Novas**; plenário da organização de **Mon-santo/Alcanena**.

• **SETÚBAL**  
Reunião plenária da organização de **Co-vas/Coima** — CT de Coima; da célula da **Câmara Municipal de Grândola** — 18.00; das células **Unicervi e RN** de Grândola — 18.00; das **Coops. Canal Vermelho e Nova Vida/Canal Caveira** — 21.00; dos camaradas da **Comissão de Moradores de Vale da Amoreira/Moita** — 21.00; da célula da **Cometna/Palmela** — CT Palmela; da organização de **Professores de Setúbal** — CT concelho, 21.00.



## • Participar • Intervir • Propor





# Agenda / **Avante!**

## • VILA REAL

Reunião plenária da organização da aldeia de **Tourencinho/Vila Pouca de Aguiar** - Escola Primária, 20.30.

## Sábado

## • AVEIRO

Assembleia plenária do concelho de **Albergaria-a-Velha** - Escola Primária junto à CM, 21.00; das freguesias de **Cacia, Eixo, Requeixo, Eirol**, e das células da **Portucel** e da **Casal**, do colectivo da **Juventude**, de dirigentes e funcionários sindicais do concelho de Aveiro - CT de Aveiro, 15.00; da freguesia de **Argoncilhe** - Escola Primária de S. Domingues, 21.00; das organizações concelhias de **Ilhavo e Vagos** - CT de Ilhavo, 14.30; das freguesias de **Esmoriz, Cortegaça, Maceda e Arada**, e das células da **Lusotufu e Sidor** - Escola Primária n.º 4 de Esmoriz, 21.30; da célula da **Rabor** - Centro de Trabalho de Ovar, 21.30; da Organização concelhia de **Oliveira de Azeméis** - Escola Preparatória, 21.30.

## • BEJA

Reunião plenária da organização de **Ferreira do Alentejo** - Casa do Povo, 15.00; de **Rio de Moinhos/Aljustrel** - CT, 15.00; de **Messegana/Aljustrel** - CT, 15.00; da organização da **Função Pública e Sector Público** da cidade de Beja.

## • BRAGA

Reunião plenária do sector dos **Professores do distrito de Braga** - CT de Braga, 17.00; da organização do concelho de **Barcelos** - CT, 21.00; de **Esposende** - Escola Primária, 15.00.

## • BRAGANÇA

Assembleia plenária do concelho de **Macedo de Cavaleiros** - Centro de Trabalho, 21.00.

## • CASTELO BRANCO

Assembleia plenária da organização do concelho de **Castelo Branco** - CT Castelo Branco, 16.00; da organização do concelho de **Belmonte** - salão da Junta de Freguesia de Belmonte, 21.00.

## • COIMBRA

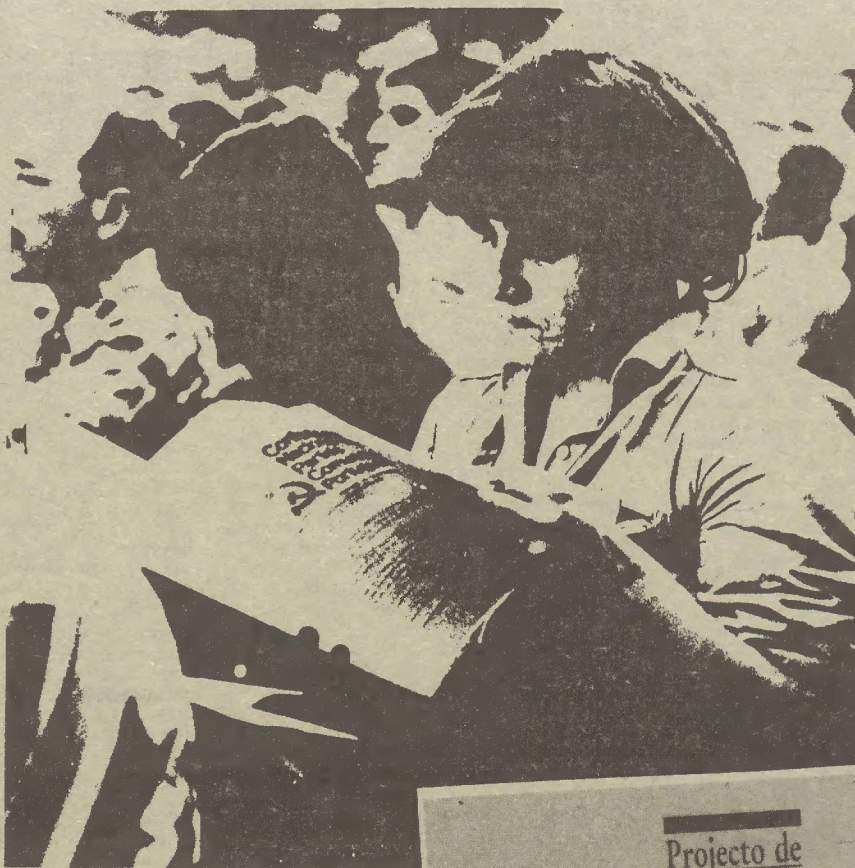
Reunião plenária das freguesias **Norte do concelho da Fig. da Foz** - 21.00; reunião aberta de **professores** (sector intelectual de Coimbra) - CT, 15.30; reformados do concelho de Coimbra - CT, 16.00; da organização da freguesia de **Ançã/Cantanhede** - 21.00; de **Cidreira/Antuzede** - 21.00; das freguesias de **Santo Varão e Formoselha/Montemor-o-Velho** - 21.00; do sector **Têxtil do concelho de Coimbra**.

## • ÉVORA

Reunião plenária das organizações de **Azaruja e S. Miguel de Machede** - CT, 16.00.

## • FARO

Assembleia plenária para debate das Teses e eleição de delegados das organizações de **Pechão e Moncarapacho/Olhão** - em Pechão, 20.30; plenário da organização de freguesia de **Quarteira** - CT, 21.00; assembleia plenária das organizações de **Mulheres e Reformados de Faro** - CT, 15.00.



## • GUARDA

Plenário da organização da **Zona do Mondego** e da célula da **Femsa** - Guarda, 20.30; da freguesia de **Celorico** - 20.30.

## • LEIRIA

Assembleia plenária da organização de **Ansião/Alvaiázere** - CT Ansião, 15.00; de **Valado/Nazaré** - 17.00; assembleia plenária da organização de **Peniche** - CT, 21.00; da zona da Estação de **Leiria**; da célula da **RN/Leiria**.

## • LISBOA

Plenário das organizações de **Santo Elói, Casal Rato, Porto Paia e Vale Grande/Pontinha** - CT Pontinha, 15.00; da célula da **FIMA/Sacavém**; das organizações de **Serra da Luz e Santa Maria/Odivelas** - CT, Serra da Luz, 21.30; de **quadros** na 2.ª Zona da OLL - CT, Alcântara, 10.00; da freguesia de **Arroios** - CT, Arroios, 15.00, com a participação de **António Abreu**; da célula do **Metro** - CT António Serpa; da organização da **Vala do Carregado** - 21.00; dos camaradas residentes em **Bragadas e Quintais da Póvoa** - Bairro Bragadas, 15.00; de células de **empresas do Sobralinho** - CT Sobralinho, 16.00; da célula da **Autocoop e Taxis** - CT António Serpa, 17.00; da organização da freguesia do **Beato** - CT Beato, 15.00; das células da **Damaia de Baixo e JF da Damaia** - CT Damaia, 15.00; da freguesia da **Falagueira/Venda Nova** - Soc. Filarmónica da Amadora, 15.30; da com. de freguesia de **Sobral de Monte Agraço** - Barqueira, 21.30, com a participação de **Hipólito Santos**; do sector **Norte-Olivais (OLL)** - Esc. Prim. n.º 125, Olivais, 15.30; da célula de **Táxis-Sector Transportes** - CT Ant. Serpa, 15.30; das organizações de **Alcoitão, Manique e B.º Cruz Vermelha/Cascais** - CT Alcábaldeche, 21.00; da organi-

zação de **Malveira da Serra/Cascais** - Coop. Cocar-Malveira, 16.00; de **Bairro/Alenquer** - 20.00; de **Ota e Meca/Alenquer** - Meca, 21.00; da célula da **EPAL-Sector Público**, antecedido de almoço-conívio - CT Alfama, 13.00; de militantes do Partido de vários núcleos da **EDP** - CT Alfama, 14.30, das células da **Tabaqueira e Portucel de Albarraque/Sintra** - CT Cacém, 15.00; dos **professores dos concelhos de Sintra e Amadora** - CT Amadora, 15.00; da célula da **CM e SM de Oeiras**, seguido de almoço-conívio - CT Algés, 10.00; das organizações de **Gradil, Azueira, V. F. Rosário/Mafra** - 21.00; de **Olivais Sul**.

## • PORTALEGRE

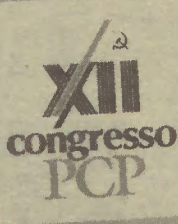
Plenário da organização de **Cunheira/Alter do Chão** - Junta de Freguesia, 21.00; de **Chança/Alter do Chão** - CT, 21.00; de **Montargil/Ponte de Sor** - Casa do Povo, 21.00; de **Longomel/Ponte de Sor**, 21.00; da célula dos **Lanifícios/Portalegre** - CT, 21.00.

## • PORTO

Assembleia plenária de militantes de **Fânzeres/Gondomar** - 21.30; do concelho de **Vila do Conde** - CT, 15.00; das células da **Nacitex e Sitenor, dos portuários, da APDL e Gist, Brocads (Laveduras)** - CT, Matosinhos, 15.00; da organização de **Azevedo/Campañã** - 21.30; das zonas do **Covelo, Lamas, Outeiro, Paranhos** - Junta velha de Paranhos, 15.30; da freguesia de **Aldoar** - Junta de Freguesia, 15.00; da freguesia de **Massarelos** - CT Boavista, 21.30; dos **metalúrgicos do Porto** (células da cidade) - CT de D. João IV, 15.00; das células da **Construção Civil, Padouro e empresas de Lodolo** - CT Boavista, 10.00; das organizações de **Lustosa, Santa Eulália, Santo Estevão e Sousela** -

## Projecto de Programa do PCP

Portugal:  
uma democracia avançada  
no limiar do século XXI



(Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações)

/Lousada - Escola Primária de Lustosa, 15.00.

## • SANTARÉM

Reunião plenária das organizações de **Abrança e Arrecios/Abrantes**; de **Alcanena e Monsanto**; de **Fazendas de Almeirim**; de **Vila Chã de Ourique e Cartaxo**; de **Foros de Laguilhos/Couço** - na colectividade, 20.30; de **Amiais de Baixo e Pombalinho/Santarém**; de **Madalena/Tomar**; de **Vale de Cavalos/Chamusca**.

## • SETÚBAL

Plenário da organização de **Palhais** -

CT Palhais, 15.00; da célula dos **trabalhadores da autarquia do Barreiro** (Higiene e Limpeza) - CT concelho do Barreiro, 15.00; do sector **Serviços do Barreiro** - CT concelho, 15.30; da organização de **Sousal/Azinheira Barros** - 21.00; da célula dos **trabalhadores da CM da Moita** - Junta Freguesia da Moita, 15.00; da organização de **Canha/Montijo** - CT Canha, 16.00; do **Bairro Alentejano/Palmela** - 21.00; de **Abela, Outeiro, Lobo, Cova do Gato, Coop. Estrela Vermelha/Santiago do Cacém** - sala de con-

Real, 21.30; plenário da organização da freguesia de **Viade Baixo/Montalegre** - 20.30.

## • VISEU

Reunião plenária da célula da **Empresa Nacional de Urânio/Nelas** - 21.00.

## Domingo

• **AVEIRO**  
Assembleia plenária das organizações das freguesias de **Rio-meão, S. João de Ver, Lamas e Paços de Brandão** - Escola Primária dos Mortais-/Riomeão, 9.00.

• **BEJA**  
Plenário das organizações de **Castro Verde e Casével** - Centro de Trabalho de Castro Verde, 10.00; de **Entradas/Castro Verde** - Casa do Povo, 10.00; de **S. Marcos da Ataboeira/Castro Verde** - Junta de Freguesia, 15.00; em **Santa Bárbara/Castro Verde** - Centro de Convívio da SETE, 15.00.

Debate: **Propostas contidas no novo Programa do PCP** - Casa da Cultura de Beja, 15.30, com a participação do camarada **António Murteira**.

## • BRAGA

Reunião para todos os militantes do concelho de **Guimarães** - Pevidém, 9.30.

**Oleiros, Proença-a-Velha, Sertã, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão** - C.D.R.C. Vila Velha de Ródão, 16.00.

## • ÉVORA

Plenário da célula da **UCP A Luta é de Todos/Mora** - CT de Mora, 15.00.

## • FARO

Assembleia plenária da organização de **Albufeira**, para discussão das Teses e eleição de delegados - CT de Albufeira, 15.00, com a participação do camarada **Carlos Luís Figueira**, que também estará presente no almoço-conívio que às 12.30 tem início no mesmo local; da organização de **S. Brás** - CT, 15.00; da organização da freguesia de **Monte Gordo** - Junta de Freguesia, 15.30.

## • GUARDA

Reunião plenária da organização da freguesia de **Famalicão da Serra** - 15.30.

## • LEIRIA

Plenário da organização de **Alvorninha** -

de **Arrão/Ponte de Sor** - Casa do Povo; de **Gavião** - Casa do Povo.

## • PORTO

Assembleia plenária de militantes das freguesias de **Medas, Covelo e Lomba**, no lugar de **Vila Covado/Gondomar** - 9.30; das freguesias de **Rio Mau, Sebolido, Canelas, Eja e Capela** - Escola Primária de Rio Mau, 9.00; de parte do concelho de **Lousada** - CT Lousada, 9.30.

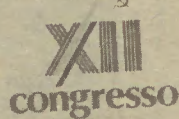
## • SETÚBAL

Reunião plenária dos sectores **Reformados, Pescadores, PMCI's, Mulheres, Construção Civil, Sindical/Sines** - salão da CM de Sines, 10.00; dos sectores **B. S. Pedro, 1.º Maio, Marítimo, Pescadores/Sines** - salão da CM, 15.00; das células de **empresa do Montijo** - CT, 16.00.

## • VILA REAL

Reunião plenária da organização do concelho de **Santa Marta de Penaguião** - Cen-

## Projecto de Alterações aos Estatutos do PCP



(Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações)

/Caldas da Rainha - 10.00; de **Gândara dos Olivais/Leiria**.

## • LISBOA

Reunião da célula do **Património do sector de Artes e Letras de Lisboa** - CT Vitória; da organização de **Moscavide** - 15.00; da freguesia da **Ajuda** - CT Ajuda, 15.00.

## • PORTALEGRE

Plenário da organização de **Assumar/Monforte** - Junta de Freguesia, 21.00; da organização de **Monforte** - CT, 21.00; de **Santo Aleixo/Monforte**; de **Valamonte/Monforte**; de **Foros**

tro de Trabalho, 15.00.

## • VISEU

Reunião plenária da organização de **Cinfães** - Bombeiros Voluntários, 10.00.

## Segunda

## • BRAGA

Reunião plenária da organização do concelho de **Barcelos** - CT, 21.00.

## • COIMBRA

Plenário da organização local de **Verri-de/Montemor-o-Velho** - 21.00; do com. local do concelho de **Coimbra** - 21.30, CT.



• **ÉVORA**  
Reunião plenária das organizações de S. Sebastião e Boafé/Évora – 20.30.

• **LISBOA**  
Reunião do organismo de direcção do Sector Público – CT Alfama; da célula da Trefilaria/Loures – CT de Sacavém; dos núcleos de Laboratórios e Oficinas da EDP – CT Moscavide, 18.30; dos núcleos da EDP no Carregado e Vila Franca de Xira –

CT V. F. Xira, 18.30; do núcleo da EDP na Av. EUA – CT António Serpa, 18.30; dos núcleos da EDP na José Malhoa e em Palhavã – CT, Sete-Rios, 18.30; da organização

local de Mafra – Mafra, 21.00.

• **PORTALEGRE**  
Reunião plenária das organizações de Caia, Alcáçovas, As-

sunção e Ajuda – CT Elvas, 21.00.

• **PORTO**  
Assembleia plenária da célula dos SMGE/SMAS do Porto – CT da Boavista,

18.30; reunião da dir. do Sector Intelectual do Porto – 21.30.

• **SANTARÉM**  
Plenário do sector

# Agenda

Avante!

**XII**  
congresso  
PCP

# TESES

para o  
XII Congresso do PCP

**XII**  
congresso  
PCP



Camponês de Alpiarça.

• **SETÚBAL**  
Reunião plenária da célula dos trabalhadores da autarquia do Montijo – CT Montijo, 20.30.

**Terça**

• **BEJA**  
Reunião dos organismos de Comerciantes e Industriais da cidade de Beja – CT, 20.30.

• **ÉVORA**  
Reunião plenária da organização de Brotas/Mora – Coop., 20.00; de Guadalupe – 20.30; dos camaradas da Administração Pública de Évora.

• **LEIRIA**  
Reunião plenária da organização de Azóia/Leiria.

• **LISBOA**  
Reunião plenária das organizações de Patameiras, Bairro Lima Pimentel, Pombais e Casal da Silveira/Loures – Assoc. de Moradores das Patameiras, 21.30; das organizações da Zona Industrial de Barcarena – CT Amadora, 18.30; da célula da Misericórdia (Função Pública) – CT Vitória, 18.30; dos núcleos da EDP na Boa Vista e Infante Santo – CT Santos, 18.30; dos Professores do Ensino Superior/Lisboa – CT Vitória, 21.00; dos camaradas do sector Pequenas Empresas/Alverca – CT Alverca, 18.00.

• **PORTO**  
Assembleia plenária da organização dos Órgãos de Informação do Porto – CT Boavista, 21.30.

• **SETÚBAL**  
Reunião plenária do sector Metalúrgico de Setúbal – CT concelho, 19.00; da célula da RN/Setúbal – CT concelho, 21.00; dos Reformados de Almada – CT concelho, 16.00.

**Quarta**

• **COIMBRA**  
Plenário das organizações de Professores das escolas Jaime Cortesão e Pedrulha – CT Coimbra, 21.30; da organização local de Peixeiro/Condeixa-a-Nova, 21.00.

• **ÉVORA**  
Plenário do sector Intelectual de Évora, para discussão dos Estatutos e eleição de delegados – CT Évora, 21.00.

• **LEIRIA**  
Plenário da organização de Monte Redondo/Leiria.

• **LISBOA**  
Reunião plenária da célula do LNEC – LNEC, 13.00; da célula dos Artistas Plásticos do sector de Artes e Letras da ORL – CT Vitória; célula do Teatro do sector de Artes e Letras da ORL – CT Vitória; de Agências Noticiosas do sector Informação – 21.30; da célula da revista «Mulheres»; da organização dos Bairros Gulbenkian, Abreu Lopes, Avelar Brotero, Codivel e Quintas Nova e Mendes/Loures – Junta Freguesia de Odivelas, 21.30; célula da Citofone – CT Vitória, 19.00; do sector Saúde – CT Vitória, 21.00; da célula da Sind. Médicos – CT Vitória, 18.30; de militantes do Partido na Tudor residentes no Carregado – Carregado, 21.00; da célula da URAP; da célula da ANA-EP (sector Transportes) – CT António Serpa, 18.00; da organização de Olhalvo/Alenquer.

Reunião com independentes do concelho de Vila Franca de Xira.

• **SETÚBAL**  
Reunião plenária dos sectores Cerâmico/Cimenteiro de Setúbal – CT Concelho, 18.30; de vários sectores (empresas indus-

(Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações)





triais e autarquias) de **Sines** — Centro Recreativo Sineense, 18.30; da organização de **Cacilhas** — CT Alberto Araújo; do **Pragal** — CT Pragal, 21.30.

## Quinta

• **BEJA**  
Plenário da célula dos **Reformados da cidade de Beja** — CT, 15.00.

• **ÉVORA**  
Plenário da organização de **Viana do Alentejo** — Biblioteca, 20.30.

• **GUARDA**  
Plenário da organização da vila de **Figueira de Castelo Rodrigo** — 18.00; da freguesia de **Vilar Torpim** — 21.00.

• **LISBOA**  
Plenário da célula do **Património do sector Artes e Letras da ORL** — CT Vitória, 21.00; com a participação de **José Casanova**; do sector de **Informação da ORL** — CT Vitória, 21.30; de células de empresa do **Prior Velho/Loures**; das organizações dos bairros **Espírito Santo, Memória, Liberdade, Ramada, Arroja, Odivelas Velho, Ponte da Bica, Pedernais, Sr. Roubado e V. Forno/V. Forno/Loures** — CT Odivelas, 21.30; da **Zona Ocidental/Boa Hora (OLL)** — CT Ajuda, 21.00; células de empresa de **Viúva Lamego, Minastela, Lercuto, Baldacci** (5.ª Zona da OLL); célula da **CDL**; da **EPAC-AGA**; da célula da **Carris** — CT Vitória, 18.30; da **CM e SMAS de V. F. Xira** — CT Vila Franca de Xira, 18.00; da freguesia da **Graca**; dos núcleos da **EPAL/Lisboa** — CT Vitória, 18.30; de parte do sector **Bancários de Lisboa** — CT Chiado, 17.30; célula da **DRICSS** do sector F. Pública — CT Alcântara, 13.00; célula da **CML da OLL** — CT Duque de Loulé, 18.30; célula da **Comp. de Seguros Fidelidade** (sector seguros) — CT Chiado, 17.30; camaradas da **Mague** residentes em **Vialonga** — CT Vialonga; debate — CT Vila Franca de Xira, 21.30, com a participação do camarada **Carlos Pinhão**; plenário das células da **EPAC e AGA** (S. Público) — CT Vitória, 18.30; células dos trabalhadores do **Hospital Júlio de Matos e do Hospital Miguel Bombarda C. Saúde** — CT Vitória, 17.30; célula do **Hospital Santa Maria** — CT Soeira Pereira Gomes, 17.30; das organizações locais de **Igreja Nova e Cheleiros/Mafra**.

• **PORTALEGRE**  
Plenário da organização de **Terrugem/Elvas** — CT, 21.00; de **Vila Boim/Elvas** — CT, 21.00; **S. Vicente/Elvas** — Casa do Povo, 21.00; de **Santa Eufália**; de **Barcarena/Elvas** — Casa do Povo, 21.00.

• **SETÚBAL**  
Assembleia plenária do **Sector Sindical do Barreiro** — CT Barreiro, 10.00.

## Sexta

• **BEJA**  
Debate: **Propostas contidas no novo Programa do PCP** — em **Moura**, no salão da Câmara Municipal, às 20.30, com a participação da camarada **Bernardina Sebas-**

# Agenda / **Avante!**



**XIII**  
congresso  
PCP

documentos e eleição dos delegados — 21.00; com o mesmo fim, reunião de vários sectores e empresas de **Faro** — 15.30, CT Faro; plenário das organizações de **Quelfes e Fuzeta**; de **Lagos**; das freguesias de **S. Clemente e S. Sebastião/Loulé**; da freguesia de **Alvor** — no **Bairro Popular**, 21.00; de **Tavira**; da freguesia de **Monte Gordo**.

### • GUARDA

Plenário dos concelhos de **Almeida e Sabugal** — Escola Primária de Sabugal, 20.30; do concelho de **Manteigas**; do concelho de **Seia**; da freguesia de **Gonçalo/Guarda**.

### • LISBOA

Plenário da freguesia de **Alcabideche** —

Salão do Montepio de **Alcabideche**, 16.00; da freguesia da **Pareda** — Com. de **Moradores do Bairro Alentejano**; das freguesias de **Dols Portos, S. D. Carmões, Runa/Torres Vedras** — **Caixaria**, 21.00; das freguesias de **Ramalhãl, Maxial, O. Cabeça/Torres Vedras** — **Maxial**, 21.00; da célula do **LNCC** — CT Vitória, 14.30; da organização de **Póvoa de Santo Adrião** — Salão da Junta de Freguesia, 15.00; de **Olival de Basto** — 21.30; da freguesia de **Barcarena** — **Tercena**, 15.00; do Com. Local de **Linda-a-Velha** — 21.30; da freguesia de **Paço d'Arcos** — CT Oeiras, 15.00; da freguesia de **Santo Condestável** — CT Pedro Soares, 15.30; do **Bairro 2 de Maio/Casalinho da Ajuda** — CT Ajuda, 15.00; de células do **Bairro da Boavista/Benfica** — CT Benfca, 16.00; dos núcleos da **EPAL** em **Valada e V. Pedra** — CT Valada, 10.00; da freguesia de **Forte da Casa** — Junta de Freguesia, 15.00; da freguesia de **S. João de Deus** — Assoc. de Reformados de S. João de Deus, 15.00; da freguesia de **Santa Engrácia** — CT Graça, 15.00; da freguesia do **Alto do Pina** — Associação de Reformados do Alto Pina, 15.00; da freguesia da **Damaia** — CT Damaia, 15.00; da freguesia da **Mina** — JF da Mina, 9.30; dos camaradas residentes em **Santa Iria da Azóia** — CT, 15.00; da freguesia de **Camarate** — CT Camarate, 15.00; de **Pero Negro** (freguesia de Sapataria)/Sobral de Monte Agraço; da organização local de **Arcena/V. F. Xira** — CT Arcena, 21.00; do Sector Sul, Quinta das Laranjeiras e Rua Nova, freguesia dos **Olivais** — Escola Fernando Pessoa, 15.30; da **Zona 1 de Chelas** — Comissão de Moradores, 21.00; da célula do **MAP** (F. Pública) — CT Alfama, 15.00; da vila de **Alenquer** — Junta de Freguesia de Triana, 15.00; de **Estribelros/Alenquer** — 20.00; de **Aldeia Galega, V. Verde, Ventosa/Alenquer** — CT Merceana, 20.00; de **Alto/Azambuja** — 20.00; de empresas de **Vila Franca de**

**Xira** — CT, 16.00; de professores do **Ensino Preparatório e Sec.** — CT Vitória, 15.00; de **Malveira, Vend. Milharado, Sto. Estevão/Mafra**; da célula dos **TLP** (Sector Público).

### • PORTALEGRE

Plenário da organização de **Alter do Chão** — 21.00; de **Seda/Alter do Chão**; de **Monforte**; de **Assumar e Santo Aleixo/Monforte**; de **Vilamonte/Monforte**; de **Longomel/Ponte de Sor**; de **Fortios/Portalegre**.

### • PORTO

Ass. plenária das zonas do **Carvalhido, Bom Pastor, Agra, Regado, S. Tomé, Arca d'Água e S. Dinis** — Escola de Agra/Paranhos, 21.30; da organização do **Bonfim** (excepto S. Victor) — CT Barão de S. Cosme, 15.00; de **Vilarelho/Santo Tirso** — Escola Primária, 21.00; da célula da **Siderurgia Nacional** — CT Boavista, 9.30; das empresas da **Maia** — CT da Areosa, 15.00; do Sector Cultural do Porto — CT Boavista, 9.30; da organização de **Professores do Porto** — CT Boavista, 9.30; do sector da **Saúde** — CT Boavista, 15.00.

### • SANTARÉM

Plenário da organização do **Couço** — Casa do Povo, 20.30; de **Pontevel e Ereira/Cartaxo**; de **Cartiçóis/Almeirim**; de **Vale de Santarém e Reguengos do Alviela/Santarém**.

### • SETÚBAL

Reunião plenária das células do **Hospital e Ensino/Barreiro** — CT Coima, 15.00; da freguesia de **Lavrado** — CT Lavradio; da organização de **Melides** — 18.00; dos bairros de **Grândola** — 15.00; de **Bancários da Baixa da Banheira** — 21.00; dos sectores **sócio-profissionais do Montijo** — CT Montijo, 16.00; da RN e outras empresas do concelho de **Palmeira**; da organização de **Alvalade** — CT Alvalade, 15.00; de **Ermidas** — CT, 15.00; da freguesia do **Castelo/Sesimbra** — Biblioteca do Zambujal, 15.00; da freguesia de **Santa Maria/Setúbal** — 15.00; da freguesia de **S. Julião/Setúbal** CT concelho, 16.00; dos trabalhadores da **CM e SMS de Setúbal** — 9.00; do sector **Intelectual-célula da Vereação** — 15.00; da freguesia da **Costa da Caparica** — CT da Costa da Caparica, 16.00.

### • VILA REAL

Assembleia plenária do concelho de **Sabrosa** — escola C+S de Sabrosa, 21.00; assembleia plenária da organização de freguesia de **Salto/Montalegre** — Escola Primária da Borralha, 20.00.

### • VISEU

Plenário das organizações concelhias de **Mangualde e Penalva do Castelo** — CT de Mangualde, 20.30; das organizações de **Armamar e Tabuaço** — 20.30; assembleia plenária da organização concelhia de **Viseu** — CT Viseu, 15.00; de **S. Pedro do Sul** — CT, 20.30; dos concelhos de **Castro d'Aire e Vila Nova de Paiva** — **Bombeiros Voluntários de Farejinhãs**, 20.30.

tião; em **Almodôvar**, na Casa do Povo, às 20.30.

• **ÉVORA**  
Reunião plenária da organização de **Cabeção/Mora** — Casa do Povo, 20.00; de **Igrejinha/Arraiolos** — Junta de Freguesia, 20.00; de **Vimieiro/Arraiolos** — Junta de Freguesia, 20.00; de **Santa Susana/Redondo** — Centro de Convívio, 19.00; de **Arcos/Estremoz** — 21.00; de **N. Sra. da Conceição e Juromenha/Alandroal** — 20.30; da organização de **Reformados de Vendas Novas** — CT, 15.00.

• **FARO**  
Assembleia plenária da organização de **Castro Marim**; dos sectores **Comerciantes, Escritórios, Calceiros, Vendedores, Hotelaria, Saúde, Segurança Social, Função Pública, Quadros Técnicos, Professores, Bancários, Juventude/Faro**, para votação dos documentos propostos pelo CC e eleição de delegados — CT Faro, 21.30; reunião dos sectores **Serviços, Construção Civil, Câmara Municipal, Comerciantes, Cooptar/Olhão** — CT Olhão, 21.00; assembleia plenária de **Odeixeira**; da organização da cidade de **V. Real de Sto. António** — Sindicato das Conservas, 21.00.

• **LISBOA**  
Plenário da célula da **FIMA/Sacavém**; da organização de **Caneças**; de **Sobral de Monte Agraço**; de **Zona Industrial de Ourela/Portela** — 18.30; do Comité Local de **Algés** — Algés, 21.30; da **Zona Industrial de Cruz Quebrada** — Algés, 18.30; da freguesia de **Oeiras** — Oeiras, 21.30; da célula da **Fundição de Oeiras** — 21.30; das células dos bairros da **Luz, Palma, Palhavã, D. Leonor e Foneças Velho** — CT Sete Rios, 21.00; dos militantes da célula da **Mague** residentes em **Alhandra** — CT Alhandra; das organizações de **Rio Seco, Cruzelro, Caramão** — CT Ajuda, 21.00; debate na **Castanheira** — CT da Castanheira,

21.00; reunião plenária da organização de **Póvoa de Sta. Iria** — CT Póvoa de Sta. Iria, 21.00; da célula da **Covina** — sala anexa ao Refeitório da Covina, 17.15; da organização local de **S. João da Talha** — CT S. João da Talha, 21.00; da **CM e SMAS de Vila Franca de Xira** — CT de V. F. Xira, 18.00.

Encontro com democratas da **Amadora** — CT Amadora, 21.30.

### • PORTALEGRE

Assembleia plenária da organização do concelho de **Nisa** — Junta de Freguesia, 21.00; reuniões em **Avis** — CT, 21.00; em **Ervedel** — CT, 21.00; em **Vila Fernando/Elvas** — Casa do Povo, 21.00; em **S. Brás/Elvas**; em **Arronches** — CT, 21.00; em **Sousel, Casa Branca e Cano**, concelho de Sousel.

### • SANTARÉM

Plenário de militantes em **Zibreira/Torres Novas**; na cidade de **Santarém** e em **S. Vicente de Paúl**; em **Vila Nova da Barquinha**.

### • SETÚBAL

Plenário em **Carvalhal/Grândola** — 21.00; das organizações de **Reformados, Comerciantes, Mulheres, Motoristas, Saúde, Intelectuais de Grândola** — 21.00; dos sectores **Segurança Social, Cortiças, Confeccções, Saúde** do concelho da **Moita** — 15.00; da organização de **Pegões/Montijo**; **Ermidas (aldeia)/Santiago do Cacém**, CT; da célula da **SAPEC** — CT Praias Sado, 18.30; das células da **Inapa, Litografia Sado, Óleos Vegetais/Setúbal** — CT concelho, 21.30.

• **VILA REAL**  
Debate em **Vila Real** sobre o **Projecto de Programa** — CT Vila Real, 21.30.

## Sábado

### • BRAGA

Reunião plenária de militantes do concelho de **Barcelos** —

CT de **Barcelos**, 21.00.

### • BRAGANÇA

Assembleia da organização do concelho de **Alfândega da Fé** — Centro de Trabalho, 21.00; assembleia da organização do concelho de **Vila Flor** — Escola Preparatória, 21.00.

### • BEJA

Reunião plenária da organização de **Cuba**; de células diversas de **Aljustrel** — CT, 15.00; da organização de **Ervidel** — CT, 20.00; de organismos diversos da cidade de **Beja** — CT, 14.30.

### • CASTELO BRANCO

Assembleia plenária da organização do concelho de **Fundão** — Escola Secundária, 14.30.

### • Évora

Reunião plenária da organização de

**Aguilar/Viana do Alentejo** — 19.30; de **Mora** — CT, 15.00; de **Pavia/Mora** — CT, 20.00; do concelho de **Portel** — Sociedade, 15.00; de **Santana do Campo/Arraiolos** — Junta de Freguesia, 19.00; de vá-

rias organizações de **Montemor-o-Novo**, de **Vendas Novas**, de **Alandroal**.

### • FARO

Plenário com vários sectores, na **Concelha**, para votação de

# TESES

para o  
XII Congresso do PCP





# TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra» (144.º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série «Ilha da Fantasia»  
14.15 - O Regresso de Antílope  
15.00 - Musical  
16.00 - A Última Fronteira  
16.30 - Ponto por Ponto  
17.30 - Brinca Brincando  
18.15 - Tempos Modernos  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Telenovela «Passarela»



21.15 - Série «Os Amores de Napoleão e Josefina»  
22.05 - Fados (Espectáculo na Praça de Toiros de Cascais)  
23.10 - 24 Horas  
23.40 - Remate.

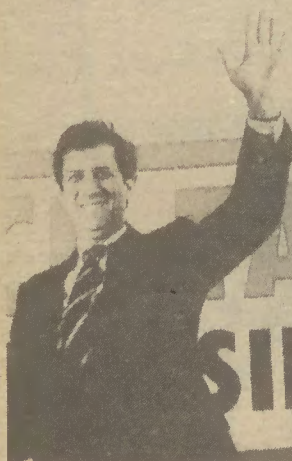
RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»  
15.25 - Série «Joana»  
16.00 - Série «Quem sai aos Seus» (19.º epis.)  
16.55 - Telenovela «Helena» (87.º epis.)  
17.35 - Trinta Minutos Com...  
18.00 - Série «A Malta de Bronx» (2.º epis.)  
19.00 - Music Box  
19.55 - O Fugitivo  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Série «Maude»  
21.55 - Sinais do Tempo  
22.50 - Hitchcock Apresenta.

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série «A Herança dos Guldenburgs» (10.º epis.)  
14.15 - Fantasia e Realidade  
15.00 - Musical Jazz Session  
16.00 - A Última Fronteira  
16.30 - Ponto por Ponto  
17.30 - Brinca Brincando  
18.15 - Tempos Modernos  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Telenovela «Passarela»  
21.05 - Telemundo  
21.35 - Teatro Português «A Menina Feia», de Frederico Pressler  
00.25 - 24 Horas  
00.55 - Remate



01.10 - Pela Noite Dentro «Tanner», real. Robert Altman (EUA/1988, 90 min.) - Inédito em Portugal.

RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»  
15.25 - Agora Escolha!  
16.55 - Telenovela «Helena»  
17.30 - Trinta Minutos Com...  
18.00 - Série «Equinócio»  
19.00 - Music Box  
19.55 - O Fugitivo  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Série «O Sétimo Direito»  
22.00 - Africanissimo



23.00 - Série «Berlim, Praça Alexandre» (4.º epis.)  
23.55 - Rotações.

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família  
12.00 - Friedrich Gulda e Chick Corea - Concerto no Festival de Piano de Munique  
13.00 - Notícias  
13.10 - Recordes Guinness  
13.35 - Parlamento



14.05 - Sessão da Tarde «Aventura em Las Vegas», real. Hal Ashby, interpr. Jon Voight e Ann-Margret (EUA/1982, 105 min.)  
15.50 - Vivamusica



16.35 - Série «Miss Marple»  
17.35 - O Romance da Raposa (3.º epis.)  
17.50 - O Circo Kharkov  
18.45 - Branca de Neve (Bailado)  
19.10 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.15 - Boletim Meteorológico  
21.25 - Série «A Magia de David Cooperfield»



22.30 - Série «O Assassino de Mary Phagan» (4.º e ult.º epis.)  
23.45 - Cinema da Meia Noite «Poltergeist - O Fenómeno», real. Tobe Hooper, prod. Steven Spielberg e Frank Marshall (EUA/1972).

RTP2

09.00 - Compacto «Totally Live»  
12.00 - Série «A Nossa Turma»

13.05 - Compacto «Selva de Pedra»  
16.00 - Estádio  
20.00 - Music Box  
20.50 - Elogio à Leitura  
21.15 - Série «Hill Street» (10.º epis.)  
22.10 - Concorde ou Talvez Não.

Domingo

RTP1

09.50 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.05 - 70x7  
12.30 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série «Quanta Água Correu Debaixo da Ponte» (4.º epis.)



14.00 - Série: «O Primeiro Paraíso»



15.00 - Primeira Matiné: «O Filho de Robin dos Bosques», real. George Sherman e Henry Levin, interpr. Cornel Wilde e Anita Louise (EUA/1946)  
16.55 - Clube Amigos Disney  
19.00 - Série «O Justiciero»  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.45 - Série «Mala de Cartão»



21.55 - Série «Regresso a Casa»  
23.00 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box  
11.00 - Troféu  
12.00 - Caminhos  
12.30 - Novos Horizontes  
13.30 - Troféu  
17.10 - Ideias e Negócios



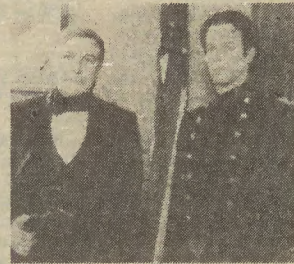
17.50 - Série «A Bela e o Monstro» (12.º epis.)

18.40 - Série «Século XX»  
19.30 - Primeiro Andamento Maria João Pires interpreta Mozart - Concerto para piano e orquestra K 537, «Coroação»  
20.05 - Série «Quem Sai aos Seus...»  
20.30 - Artes e Letras «John Heartfield»  
21.30 - Cineclube: «A Boceta de Pandora»  
23.25 - Magazine Cinema  
23.50 - Som da Surpresa

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série «O Império de Carson»  
14.20 - Série «Um Amigo Especial»  
15.00 - Musical «Soul Session»  
16.00 - A Última Fronteira  
16.30 - Ponto por Ponto  
17.30 - Brinca Brincando  
18.15 - Tempos Modernos  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela «Passarela»



21.10 - Série «Norte e Sul» (5.º epis.)  
23.00 - A Escrita da Casa  
23.30 - 24 Horas  
24.00 - Remate

RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - Telenovela «Helena»  
17.35 - Trinta Minutos Com...



18.00 - Série «Damon e Debbie» (últ. epis.)  
19.00 - Music Box  
19.55 - Série «O Fugitivo»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Série «Maude»  
22.00 - Conta-corrente Magazine de Economia)  
22.35 - Teatro Português «Os Ausentes»

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série «Dalas»



14.10 - Os Super Gatos  
15.00 - David Sandborn  
16.00 - Série «Última Fronteira»  
16.30 - Ponto por Ponto  
17.30 - Brinca Brincando  
18.15 - Tempos Modernos  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Telenovela «Passarela»

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez



12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série «Fama»  
14.15 - Série «A viagem do Mimi»  
15.00 - Musical  
16.00 - Missões de Paz  
16.30 - Ponto por Ponto  
17.30 - Brinca Brincando  
18.15 - Tempos Modernos  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Vamos Jogar no Totobola  
20.35 - Telenovela «Passarela»  
21.30 - Lotação Esgotada: «Dune», real. David Lynch (EUA/1984, 130 min.)  
23.45 - 24 Horas  
00.15 - Remate

RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»  
16.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - Telenovela «Helena»  
17.30 - Trinta Minutos Com...  
18.00 - Série «A Rota da Seda» (2.º epis.)  
19.00 - Music Box  
19.55 - O Fugitivo  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Maude  
22.00 - Série «O Primo Basílio» (2.º epis.)  
22.50 - Magazine de Teatro



21.10 - Série «Modelo e Detective»  
22.10 - Primeira Página  
23.10 - Série «Tribunal de Polícia»  
23.40 - 24 Horas  
00.10 - Remate

RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»  
15.25 - Elogio à Leitura  
15.50 - Primeiro Andamento  
16.25 - Lá em Casa Tudo Bem...  
16.55 - Telenovela «Helena»  
17.35 - Trinta Minutos Com...  
18.00 - Music Box especial («Via rápida»)  
19.55 - O Fugitivo  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Série «Maude»



21.55 - Cinemadois: «As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant», real. Rainer Werner Fassbinder, interpr. Hanna Schygulla (RFA/1972, 120 min.)

## a noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear. Um alerta dos cientistas

Direcção de Evgueni Velikhov. vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

edições Avante!

edição ilustrada 182 págs. — 950\$00



# Exposições

## • LISBOA

**Alfredo Luz** — Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

**Amie Yoes** — Escultura. Gal. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 9/11).

**Ângelo de Sousa** — Escultura. British Council, R. S. Marçal.

**António Dacosta** — Pintura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 10/11).

**Ausenda Coelho de Castro/Valente Alves** — Fotografia. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00 (até 9/11).

**Cartazes de Propaganda do Estado Novo 1933-1949**. Biblioteca Nacional (Campo Grande). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 16.00 (até 12/11).

**Colectiva Tapeçaria**. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

**Colectiva** — Trabalhos de Victor Belém,

Rogério de Freitas, Júlio Quaresma, Isabel Mendes Ferreira e Helena Sá. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51.

**Colectiva de Pintura** — Obras de Almandal, Darocha, Domingos Pinho, João Penalva, Júlio Resende, Maria José Aguiar, Mário Américo, Noronha da Costa, Pedro Tudela, Rogério Ribeiro, Zulmira de Carvalho. Gal. DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

**Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Eduardo Santos Neves** — Pintura. Galeria Voz do Operário, R. V. Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 8/11).

**Emília Mendes e Victor Sequeira** — Pintura e escultura. Palácio dos Anjos, Algés. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 11/11).

**Escultura Portuguesa dos Séc. XIII a XVIII**. Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes.

**Esperanza Huertas** (Espanha) — Pintura. Gal. das Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. Berna, 51.

**Fausto Giaccone** (Itália) — «Una Storia Portoghese»: a Reforma Agrária no Alentejo em 75; o Alentejo em 1986. Instituto Italiano, R. do Salitre, 146 (até 4/11).

**Francisco de Aquino** — Pintura. Gal. Santa Justa, R. Santa Justa, 93-2.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 8/11).

**Heloisa Novaes** — Pintura. Gal. Holly, Largo da Trindade, 17. De 3.ª a sáb. das 10.30 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, 2.ª só de tarde (até 5/11).

**Imagens no Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga. R. Janelas Verdes (até Março).

**João Santiago** — Pintura (retrospectiva). Gal. de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.

**José António Flores** — Desenho. SNBA — Gal. de Arte Moderna, R. Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 20/11).

**José Mouga** — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às



João Santiago  
Retrospectiva na Gulbenkian

20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 8/11).

**José Freire** — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 4/11).

**Júlio Pomar** — obras recentes. Alliance Française, R. Bramcamp, 13-1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 19.20 (até 11/11).

**Larry Clark e Gilbert Fastenakens** — «Acontecimentos I», fotografia. Sala de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. Dr. Nicolau Bettencourt. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00, 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

**Luísa Nogueira** — Pintura. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 15/11).

**Luís Cruz** — Escultura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 8/11).

**Oskar Pinto Lobo** — Retrospectiva de pintura. Museu de Arte Contemporânea da Gulbenkian (até 20/11).

**Pedro Casqueiro** — Pintura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

**Rocha Pinto** — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A (até 8/11).

**Ruben Nakian** — Escultura. Na Gulbenkian, das 10.00 às 17.00. Encerra à 2.ª e à 4.ª e sáb. de manhã (abrindo até às 19.00) (até 13/11).

**Traje de Ópera** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até Novembro).

**Valente Alves** — Fotografia. Clube Cinquentista. R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/11).

**Xana** — Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 5/11).

## • PORTO

**Fernando Pessoa** — O impossível-retrato — Colectiva de pintura. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00. Museu Soares dos Reis (até 20/11).

**Ilda David** — Pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 9/11).

**Jovem Escultura Portuguesa** — Casa Serralves, R. Serralves. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00.

## • OUTRAS LOCALIDADES

**João Cutileiro** — Escultura. Centro Cultural S. Lourenço (até 21/11) ALMANSIL.

**Arte da Moldávia** — Pintura, cerâmica, tapeçaria, arte aplicada. Das 15.00 às 23.00. Cinema D. João V (até 13/11).

**1.ª Bienal Municipal de Gravura** (obras a concurso e artistas convidados), Gal. Municipal/Recreios Desportivos (até 30/11) AMADORA.



**Lagoa Henriques** — Desenho e escultura. Gal. Vértice, Av. Eng. A. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 11.00 às 19.00 (até 15/11) CASCAIS.

**Albino Moura** — «Lisboa», pintura. Gal. Almandart, Av. Gen. Humberto Delgado — COSTA DA CAPARICA.

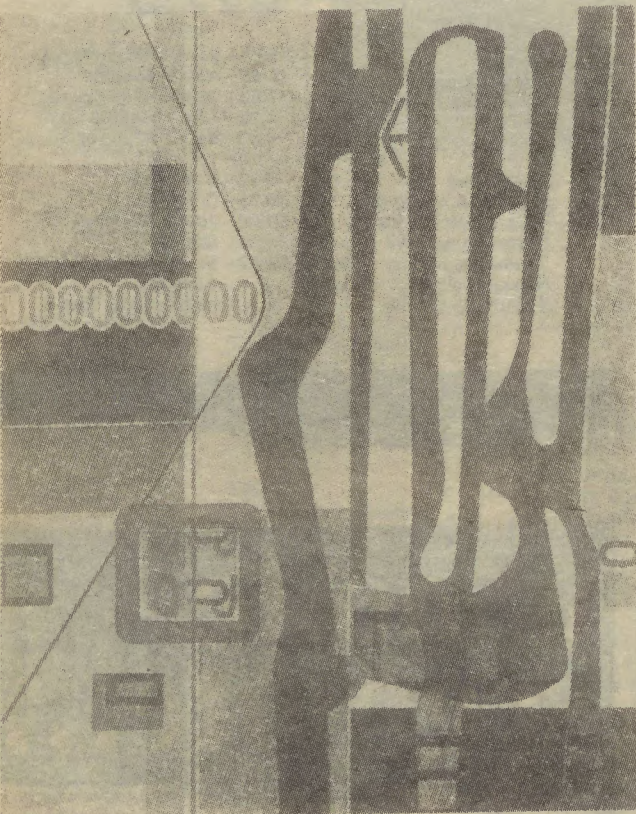
**Isabel Cabral e Rodrigo Cabral** — Pintura e escultura. Gal. Múltiplo, Centro Comercial Solmar. De 3.ª a dom. das 14.30 às 20.00 (até 6/11) ESPINHO.

**Loures em imagens do passado — A memória das coisas** (recolha fotográfica e

etnográfica) — Museu Municipal/Casa Adro. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/12) LOURES.

**Georges Haefeli** (Suíça) — Colagens e guaches. Gal. Spatium, R. Jacques Pessoa, 17 (até 15/11) TAVIRA.

**Colectiva de Pintura** — Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00, dom. das 16.00 às 19.00 TORRES VEDRAS.



Pedro Casqueiro



«Cartazes do Estado Novo»

# Cinema

A selecção

|          |                             | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|-----------------------------|---------------|-------------|-----------------------|--------------|--------------|
| <b>A</b> | Olhos Negros                | —             | ★★★★        | ★★★★                  | ★★★★         | ★★★★         |
| <b>B</b> | Milho Vermelho              | —             | —           | —                     | —            | ★★★★         |
| <b>C</b> | A Última Tentação de Cristo | —             | ★★★★★       | ★★★★                  | ★★★          | —            |
| <b>D</b> | Frenético                   | —             | ★★★         | ★★★                   | ★★           | ★★★          |

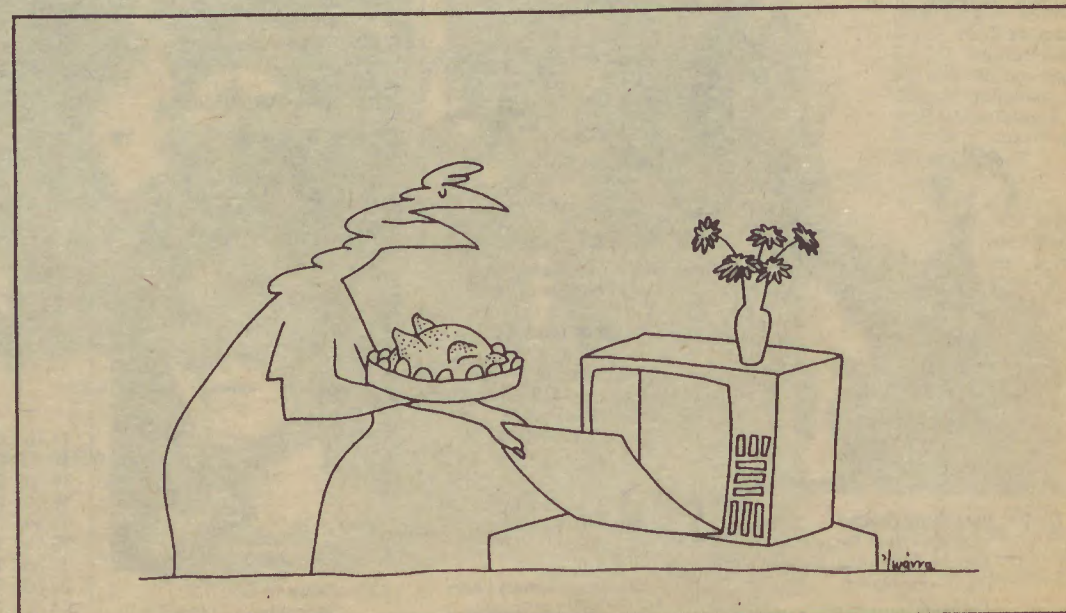
A — Real. Nikita Mikhalkov — em Lisboa: **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).

B — Real. Zhang Yimou — em Lisboa: **Quarteto** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).

C — Real. Martin Scorsese — em Lisboa: **Alfa** (15.15, 18.15, 21.30, 00.30), **Apolo 70** (15.15, 18.15, 21.30), **Mundial** (15.15, 18.15, 21.30), **S. Jorge** (14.30, 17.45, 21.00).

D — Real. Roman Polanski — em Lisboa: **Amoreiras** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Fonte Nova** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45).

Classificação de  
★ a ★★★★★





# Teatro o Cartaz

## • LISBOA

**CAM** — Sala Polivalente (Gulbenkian), R. Nicolau Bettencourt, 3.ª e 4.ª às 18.30, 5.ª e 6.ª, às 21.00, sáb. às 16.00 e 21.00, dom. às 16.00. **Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente**, de Natália Correia, enc. Carlos Avilez, cenário e fig. Emilia Nadal, música Carlos Zingaro.

**Casa dos Tabuenes** (R. Poais de S. Bento, 75-B, 2.ª), 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumetal**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

**Comuna**, Praça de Espanha, De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna, 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Nora**, texto de Gonçalo Mendes Trancoso, dramaturgia e enc. de João Bri-

tes, pelo Grupo O Bando.

**Mãe d'Água das Amoreiras** (Rua das Amoreiras, 101), 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. e dom. às 17.00. **Um para o Caminho**, de Harold Pinter, enc. Fernando Corte-Real.

**Teatro ABC** (Parque Mayer), De 3.ª a 6.ª às 20.30 e 22.45; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

**Teatro do Bairro Alto** (R. Tenente Raul Cascais, 1-A), De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 horas. **Auto da Feira**, de Gil Vicente, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**Teatro da Graça** (Trav. S. Vicente, 11), De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **Vieux Carré**, de Tennessee Williams, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje.

**Teatro Nacional D. Maria II** — Sala Gar-

rett (Rossio), De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de Francisco Manuel de Melo, enc. Varela Silva.

**Teatro da Trindade** (R. Nova da Trindade), De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Zerlina**, de Hermann Broch, enc. João Perry, int. Eunice Muñoz e Alexandre Melo.

**Teatro Variedades** (Parque Mayer), De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos**, de Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga e Nuno Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

José Duarte.

**Teatro Sá da Bandeira** (R. Sá da Bandeira, 10), De 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César Oliveira e Henrique Santana, enc. Paulo César.

## • ALMADA

**Teatro Municipal de Almada** (R. Conde Ferreira), De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Velhacarias de Scapin**, de Molière, enc. Julio Castronuovo, pela Companhia de Teatro de Almada.

## • Para Crianças

**TIL** (R. Leão de Oliveira, 1 — ao Cavário), Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

O conjunto de danças, música e cantares «Fluerach» da República da Moldávia, que vem este ano comemorar conosco o 71.º aniversário do triunfo da Revolução de Outubro, encontra-se em Portugal para uma curta série de espetáculos que terminará no dia 6 em Almada. Na véspera, dia 5 (sábado próximo), apresenta-se no palco do Coliseu dos Recreios em Lisboa; hoje está em Aveiro e amanhã em Coimbra. O grupo, constituído por 20 instrumentistas, 16 bailarinos e 3 cantores, não é entretanto embaixador único da arte e da cultura da Moldávia: acompanham-no outras personalidades da vida cultural da-

quela República, que se propõem contribuir para um melhor conhecimento mútuo entre os nossos dois povos. Nesse sentido, a não perder é a exposição patente até ao dia 13 no Cinema D. João V, na Damaia, com obras de pintura, cerâmica, artes gráficas e decorativas.

A Associação Portugal-URSS, que está assim mais uma vez a assinalar «Os Dias da URSS», promove ainda um festival de gastronomia da Moldávia, com carne, legumes e especiarias nacionais que tornam esta cozinha especialmente apreciada. Núcleos da Associação promovem paralelamente outras actividades comemorativas: neste caso o núcleo de Almada, que deu início a uma outra exposição — esta de fotografia — e a um ciclo de cinema, e organiza no dia 4 uma sessão evocativa do 71.º aniversário da Revolução de Outubro na SFUAP, Cova da Piedade.

## ABC Cineclube

O ABC prossegue a realização das duas sessões semanais prometidas:

- no Quarteto, amanhã, sexta-feira, às 18.45, o segundo dos filmes anunciados de Nikita Mikhal-

kov: **Cinco Noites**, realizado em 1978;

- na Sociedade Portuguesa de Autores, na terça-feira, às 18.30, o primeiro filme (de dois programados) do cineasta alemão Helmut Kautner: **Por Debaixo das Pontes**, realizado em 1944.

## Mais Cinema

Na Cinemateca Portuguesa, como vem sendo hábito, ciclos cruzados e muitos filmes clássicos. Esta semana:

- hoje, 18.30 — Amantes Desconhecidos, de Otto Preminger (1971); 21.30 — Os Rubis do Príncipe Birmão, de Allan Dwan (1955);

- sexta, dia 4, 18.30 — **Rosebud**, O. Preminger (1975); as 21.30 — **Ariane** (1957);
- sábado, dia 5, 15.30 — **O Factor Humano**, de Preminger (1979); 18.30 — **Ariane**; 21.30 — **Sabrina**, de Billy Wilder (1954).

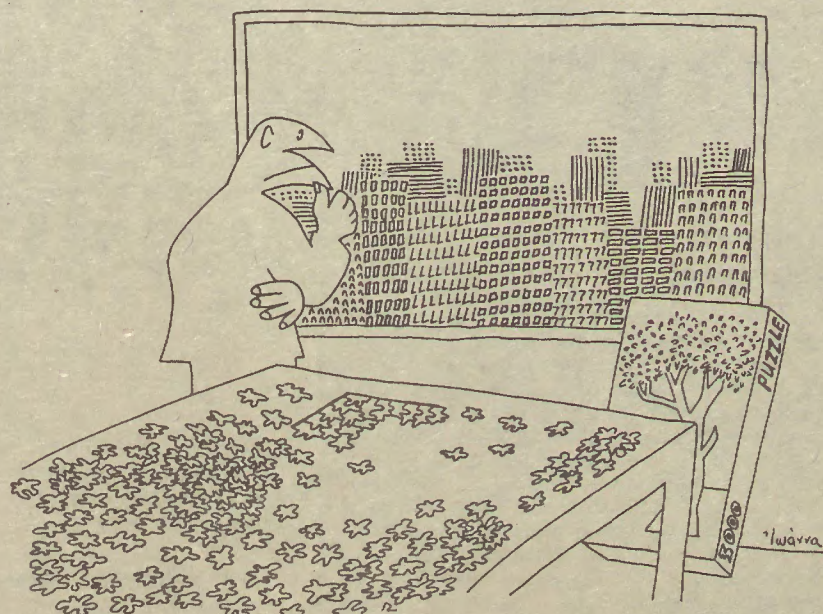
De segunda a quarta-feira da próxima semana, às 18.30 e 21.30, **Clássicos do Cinema Mudo** com filmes de King

Vidor, D. W. Griffith e outros.

## Música

Música negra em Lisboa: *gospels* e espirituais por **The Barret Sisters** na Aula Magna em Lisboa, dia 7, às 21.30.

Na Gulbenkian, a **Orquestra Gulbenkian** apresenta-se em dois concertos dirigidos pelo maestro **Muhai Tang**, com o pianista **Ju Hee Suh**, interpretando obras de Rossini, Mendelssohn, Sibelius e Schubert. Nos dias 3 e 4, às 21.30 e 18.30, respectivamente, com bilhetes a 450\$00, 600\$00 e 750\$00. Quarta-feira, dia 9, em concerto único no Coliseu dos Recreios, a **Orquestra do Gewandhaus de Leipzig** sob a direcção do maestro **Kurt Masur** interpreta obras de Max Reger e Mahler (Sinfonia n.º 1 — «Titã»). No Coliseu, bilhetes de 600\$00 a 1500\$00.



# ...e ainda Música, debates, etc.



## UMA ANÁLISE CIENTÍFICA DA VIDA DIFÍCIL E EXTRAORDINÁRIA DE KARL MARX

“Só o materialismo filosófico de Marx indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria económica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista.”

Lénine

Volume de 800 páginas, encadernado e com sobrecapa. 54 páginas de ilustrações.



Uma iniciativa de edições **Avante!** e Editorial Progresso

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

## Tempo Fim de Semana



Céu muito nublado. Aguaceiros e possibilidades de trovoadas em todo o território.





# aTV

## Este adjectivo «repugnante»...

Desta vez, Primeira Página escolheu outros horizontes. Foi até à China. Era uma reportagem de origem francesa — e aqui será conveniente lembrar que o anti-comunismo da televisão francesa é conhecido em todo o mundo como dos mais primários. A alta burguesia francesa não deixa os seus créditos por mãos alheias...

As imagens eram de uma grande pobreza e, às vezes, com um sabor francamente construído... antecipadamente. Tornou-se de todo em todo bem claro que certas afirmações do responsável pela reportagem não eram de modo nenhum apoiadas pelas referências colhidas. As conclusões tinha sido tiradas... antes. Como por exemplo aquela segundo o qual «o marxismo-leninismo conduz a resultados desastrosos nos países onde é aplicado...».

No que respeita à China, é preciso esquecer (e, pior de tudo, esquecer deliberadamente) a longa, milenária História do povo chinês, com o seu inenarrável cortejo de sofrimentos e misérias. São ainda do nosso tempo as «carroças da morte» que, de madrugada, percorriam as grandes cidades a recolher os cadáveres vitimados pela fome e pelo frio. Admito que os franceses da **TF1** nunca tenham lido **La condition humaine** — mas todas as televisões do mundo, incluindo a nossa, já passaram documentários que são documentos impressionantes. Com excepção da francesa, se calhar...

Depois de uma afirmação destas, tão tendenciosamente malévola, nada mais vale a pena acrescentar. Outra coisa ficámos nós a saber: que a China vive intensamente a sua paixão pelo capitalismo e que, nesse aspecto, ela é pioneira da «perestroika»...

Pelo que, se a respeito desta reportagem, usarmos o adjectivo repugnante, ninguém nos poderá acusar de exagero.

## O crime da inocência ou o crime da indecência?

Aliás na apresentação da citada «Primeira Página» já o locutor se referia ao «atraso em que o socialismo estatal mergulhou a União Soviética»...

Ouve-se — e pasma-se de indignação. Trata-se de uma afirmação de absoluta gratuidade de tal modo que roça das fronteiras da inocência. Aliás na televisão portuguesa há cada vez mais meninos a brincar com punhais.

Ainda aqui o adjectivo **infame** é o que mais depressa acode ao bico da pena. Para ilustração do jovem que disse (ou que leu...) aquela indecência, se transcrevem as palavras de Correia da Fonseca, o único crítico diário de televisão actualmente em funções:

*Admito que a utilização desta fórmula possa fazer merecer a quem a inventou, ou a quem a usou, um degrauzinho mais na escala da carreira profissional. Entenda-se, porém, que este processo de subir na vida não é mais honesto que o de roubar carteiras. Porque é factual e histórico que com o «socialismo estatal» é que a União Soviética passou, em dezenas de anos, da situação de país subdesenvolvido à de uma das grandes potências mundiais. Que com o «socialismo estatal» é que conseguiu essa façanha mesmo através de duas sucessivas devastações do seu território: a primeira subsequente à intervenção de forças estrangeiras logo a seguir à Revolução, a segunda por obra dos invasores nazis que o capitalismo (isto é, a simpática «iniciativa privada») açulara contra a URSS. Que com o «socialismo estatal» é que a União Soviética abateu a besta hitleriana.* (em o diário, 27-10-88)

Não acrescentarei (por desnecessário) uma palavra ao esclarecimento de Correia da Fonseca. Mas poderá haver quem objecte com a grandeza material da União Soviética, embora se possa comparar com a situação social nos Estados Unidos onde dez por cento da população passa fome (números da **UNESCO**). Mas pensemos no que se passa em países como a RDA, a Checoslováquia, a Bulgária, Cuba, etc., etc. Agora imagine o locutor o «atraso» a que o «socialismo estatal» submete os povos. Como estão «adiantados» Portugal, Chile, Brasil, Argentina, etc., etc.

Ah, meus senhores, quando se substitui a notícia pela propaganda, os resultados estão à vista!

## É assim ou não é?

Intensificam-se, em certos meios, as pressões para um entendimento entre o governo legítimo de Angola e o Jonas Savimbi. Pouco importa a algumas pessoas que o chefe da UNITA, sendo negro, aceitasse ser aliado e pau mandado do *apartheid* — suprema ignomínia! Pouco importa que aquele indivíduo traísse o povo de Angola, colaborando com os colonialistas dos piores tempos. Pouco importa a prática de terrorismo a que a organização savimbista se dedica...

Curiosamente, o correspondente da RTP nos Estados Unidos conta-nos que o Senado americano recusou as verbas para ajudar à independência da Namíbia. Porquê? Ele explica. Tal projecto implica o enfraquecimento e o posterior desaparecimento das forças de Savimbi. Ora o que os Estados Unidos devem pretender, sim, é empregar esforços para a «reconciliação nacional em Angola»...

Qualquer pessoa não deixará de relacionar as iniciativas da UNITA que em vários pontos se levam a cabo. Enganam-se, porém, se pensam que o motor do movimento está em Washington. Não. O governo americano não faz mais do que cumprir as ordens de meia dúzia de damas e cavaleiros que, em Lisboa, e na corda jamba, assistem à caminhada da UNITA para o abismo. É assim ou não é?...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

A súbita demissão de Vítor Constâncio do cargo de secretário-geral do PS provocou um alvoroço assinalável na generalidade da comunicação social, chamando à escrita e aos microfones todo o género de análises e previsões. Do relato objectivo dos acontecimentos à construção de complicadíssimos «cenários», passando pela preocupação de muita gente pelo destino do acordo PS/PSD sobre revisão constitucional, de tudo se viu um pouco. E ainda a procissão vai no adro...

O secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, anunciou ontem de tarde, em conferência de imprensa, que vai convocar a Comissão Nacional do seu partido à qual apresentará a sua demissão do cargo e proporá uma data de realização de um Congresso Extraordinário para proceder à sua substituição.

Vítor Constâncio, no período de perguntas e respostas da conferência de imprensa, que decorreu na sede do PS do Largo do Rato, em Lisboa, esclareceu que não se recandidatará ao cargo de que agora se demite, atitude que assume por, disse, não aceitar «ser tratado como um líder de transição».

O secretário-geral do PS, que se manterá em funções até ser encerrado o processo da sua substituição, falou aos jornalistas após dar conhecimento da sua decisão ao presidente do partido e ao Secretariado Nacional, que ontem se reuniu em Lisboa para o efeito.

Numa curta declaração inicial, Vítor Constâncio, que entrou acompanhado por sua mulher, Maria José, e por José Manuel Vilaça e António Manuel, seus colaboradores próximos, disse ter tomado «esta decisão com a consciência tranquila de quem pensa ter dado uma contribuição positiva para a vida do PS em fase difícil da sua existência».

A seu favor, o secretário-geral do PS apontou a contribuição «para dotar o seu partido de um novo programa fundamental, desmarxizado e moderno»; ter assegurado «a unidade partidária depois das mais expressivas vitórias em dois Congressos»; ter conduzido «o partido em eleições numa campanha difícil em que, sem grandes recursos, dei o máximo para entusiasmar um eleitorado em parte descrente. O PS, apesar de uma derrota relativa, saiu dessas eleições mais forte do que antes e sem competidor na liderança incontestada da oposição»; ter construído no último Congresso uma maioria e um conjunto de órgãos que incluem os quadros de maior qualidade de que dispõe o partido».

Na sua declaração aos jornalistas, Vítor Constâncio deixa entender que se demite por causa da oposição activa ou passiva que tem tido que enfrentar no interior do PS, embora se tenha recusado a responder a perguntas no sentido de explicitar as acusações. Comentou que deixa essas questões ao cuidado do jornalismo especulativo e ao que chamou «a normal intriga da política portuguesa».

Disse o secretário-geral do PS que admite que «outros tivessem feito melhor» que ele. «Apesar de termos subido na mais recente sondagem e de, nas realizadas antes do Verão, estarmos clara-

mente acima dos 30 por cento, há quem ache pouco», disse. (...)

(«o diário», 28/10/88)

## Pressão de Belém

O último encontro entre Mário Soares e Vítor Constâncio, que decorreu há cerca de três semanas e teve como razão o acordo de revisão constitucional entre o PS e o PSD, terá sido um factor importante na decisão tomada pelo secretário-geral do PS de demitir-se do cargo.

Nesse encontro, destinado a informar o Presidente do conteúdo do acordo que o PS se preparava para firmar com o PSD sobre a revisão da Constituição, Mário Soares terá tecido duras críticas a Constâncio não só sobre a forma como orientou as negociações, como também pelo facto de os socialistas não terem mantido informado dos vários passos dados com esse objectivo.

No termo da conversa entre ambos — que decorreu num ambiente de fria tensão —, Soares terá informado Constâncio de que, a partir de então, se relacionaria com o PS da mesma maneira neutral que se relacionava com o PSD. Constâncio terá ficado, a partir daí, com a convicção absoluta de que teria sempre o Presidente contra si, juntando mais esse factor de peso ao conjunto de razões que motivaram a sua demissão.

A decisão de abandonar a liderança do PS vinha tomando corpo há já bastante tempo e foi tomada, sem que Constâncio tivesse sobre ela consultado alguém, há cerca de quinze dias. O secretário-geral do PS «acreditou que, a partir do Congresso de Fevereiro deste ano, havia conseguido estabelecer com o País e com o seu partido uma nova e sólida relação», disse ao «Expresso» um dos seus mais íntimos colaboradores, mas o líder socialista rapidamente terá percebido que a realidade não confirmava essa convicção.

Da mesma forma, Vítor Constâncio terá contado com a solidariedade e o empenhamento dos principais membros do Secretariado Nacional, equipa escolhida por si após este Congresso, tendo rapidamente constatado que o apoio manifestado não se traduzia em actos nem em atitudes políticas, mas, pelo contrário, se dissolvia num ambiente de «intriga permanente» e de atitudes «individuais» destinadas a fazer dele um «líder de transição».

Constâncio decidiu então «não se deixar queimar em lume brando», ainda segundo a mesma fonte. O secretário-geral do PS percebeu que tinha pela frente uma

oposição «disfarçada e mole», nunca frontal e aberta e como tal «impossível de combater frontalmente». Essa oposição a partir do interior do Partido Socialista e das «suas margens» — como Constâncio disse na declaração que fez à imprensa quando do anúncio da sua demissão —, manifestava-se através, nomeadamente, de múltiplas notícias nos jornais, entendidas pelo líder socialista como o resultado de outras tantas pressões e intrigas internas.

Há cerca de quinze dias, quando anunciou ao grupo parlamentar do seu partido que não participaria no debate da interpelação do PS ao Governo sobre política económica, Constâncio tinha já tomado a sua decisão definitiva. O facto de a interpelação ter sido agendada para uma data posterior àquela que estava prevista pelo secretário-geral levou-o a ter de prolongar o período de absoluto silêncio e deixar que continuassem marcadas algumas realizações até ao último momento — como um jantar com 200 empresários do Norte previsto para quinta-feira. Na véspera da sua decisão, Constâncio deu-se ainda ao trabalho de «baralhar» os seus assessores de imprensa — pedindo a um que desmarcasse o jantar do Porto e a outro que convocasse a conferência de imprensa onde anunciaria a sua decisão —, por forma a impedir deduções ou especulações.

A totalidade dos membros do Secretariado Nacional do PS — que chegaram, pelas dez horas da manhã de quinta-feira, ao Largo do Rato para uma reunião que julgavam de rotina — não tinha sido informada da decisão do líder (...)

(«Expresso», 29/10/88)

## «Farto, não»

Ontem, o «Semanário» esteve em casa de Vítor Constâncio, onde acompanhou os primeiros passos da família após a mais notável decisão da sua carreira política (...)

Em afirmação ao «Semanário», Constâncio sublinhou: «Não sai por estar farto de política.» Esta posição, numa primeira leitura, poderá deixar antever um regresso do dirigente socialista. Se a decisão de Constâncio «neste momento é definitiva», não deixa de ser um indicio o facto de ele «não tencionar deixar a política» e de estar pronto a «participar no Congresso do partido» onde, no entanto, nos disse desejar ter apenas uma «presença discreta».

O «Semanário» pode afirmar que existem três candidatos possíveis — António Guterres, Jaime Gama, Torres Couto — mas Constâncio não se propõe «à partida», promover nenhuma dessas personalidades.

«Já há algum tempo» que o líder socialista pensava em demitir-se. «Mesmo antes do acordo de revisão constitucional». A gota de água que pesou nesta drástica decisão é ainda desconhecida, mas tratou-se «apenas de uma pequena peça num processo de maturação», ao qual não foi alheia a sensação de Constâncio «estar a ser destruído em lume brando por algo que não podia combater».

(«Semanário», 29/10/88)

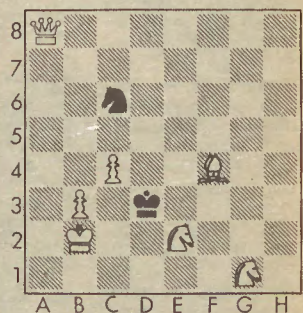
# Xadrez

CLXXVIII  
3 de Novembro de 1988

Proposição N.º 178  
Por: Jean Oudot  
«Thèmes 64», 1958

Pr.: [2]: Cç6-Rd3

Br.: [7]: Ps.b3,c4.-Cs.é2, g1-Bf4-Da8-Rb2



Mate em dois lances

\*\*\*

Jogo N.º 178  
Tilburg, Out./1988  
Br.: J. Timman  
Pr.: R. Hubner

1. é4,é6; 2. d4,d5; 3. Cç3,Bb4; 4. é5,c5; 5. a3,B:c3+; 6. b:c3,Cé7; 7. Cf3,Da5; 8. B é2,Cbç6; 9. B é2,c:d4; 10. c:d4,Da4; 11. Tb1,C:d4; 12. Bd3,Céç6; 13. Bb4,Cf5; 14. Dç1,b6; 15. ç4,C:b4; 16. T:b4,Dç6; 17. 0-0,0-0; 18. Df4,Bb7; 19. B:f5,é:f5; 20. Cd4,Dç5; 21. C:f5,Bç8; 22. C:g7,R:g7; 23. Dg5+,Rh8; 24. Df6+,Rg8; 25. Dg5+,Rh8; 26. Df6+,Rg8; 27. Tb3,Té8; 28. Tg3+,Rf8; 29. Tg7,Té7; 30. é6,B:é6; 31. T:h7 e 1-0.

\*\*\*

Solução do N.º 178

Chave: 1. Db7! (Ameaça: 2. Dh7++)  
1. .... Cé7; 2. Df3++  
1. .... C é5; 2. Dd5++  
1. .... Cd4; 2. Cç1++

A. de M. M.

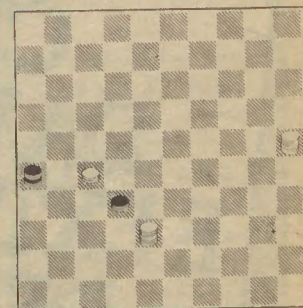
# Damas

CLXXVIII  
3 de Novembro de 1988

Proposição N.º 178  
Por: Jules Bourquin  
— Suíça 1850/1912

Pr.: [2]: (26)-32

Br.: [3]: (25)-27-(38)



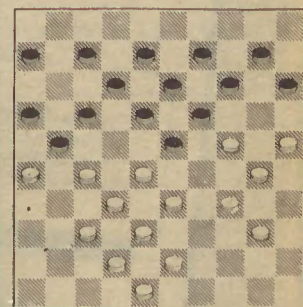
Jogam as brancas e ganham

\*\*\*

Golpe (Problema) N.º 178  
Por: Jules Bourquin — 1902

Pr.: [15]: 6-7-8-9-10-12-13-14-15-16-17-18-19-21-23

Br.: [15]: 24-25-26-27-28-30-32-33-34-37-38-40-42-43-48



Jogam as brancas e ganham

\*\*\*

Solução do N.º CLXXVIII

Miniatra N.º 178 (J.B.): 38-29 (32x21); 29-12+, pois se:  
— (21-27); 25-3+  
— (26-48); 12x26+  
Golpe N.º 178 (J.B.): 34-29 (23x45); 25-20 (14x34); 24-20 (15x24); 28-22 (17x39); 26x17 (12x21); 38-33 (39x28); 32x5=D (21x14); 5x40 (45x34); 42-37 (41x32); 43-38 (32x43); 48x8 (16-21); 8-2=D+

A. de M. M.